



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

MÁRIO JORGE MARTINHO DA COSTA

2º CICLO DE ESTUDOS EM HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

A EMIGRAÇÃO NO CONCELHO DE PENACOVA ATRAVÉS DOS REGISTOS DE
PASSAPORTES (1870-1899)

2014

ORIENTADOR: PROFESSOR DOUTOR JORGE FERNANDES ALVES

CLASSIFICAÇÃO: CICLO DE ESTUDOS:

DISSERTAÇÃO:

Versão definitiva

*À memória dos homens e mulheres de Penacova
que partiram à procura de uma vida nova e melhor.*

AGRADECIMENTOS

O trabalho que agora surge é a concretização de um sonho, no qual, não estive sozinho.

Por isso, não posso deixar de expressar umas palavras sinceras de gratidão a todos os que tornaram possível a apresentação desta dissertação de mestrado.

Ao Professor Doutor Jorge Fernandes Alves, meu orientador científico, a abertura de novas perspectivas sobre a História Contemporânea de Portugal do século XIX, até então desconhecidas, a sugestão da temática a estudar, a disponibilidade e generosidade sempre demonstrada no esclarecimento das minhas dúvidas e faltas de conhecimento e, o acompanhamento crítico na construção desta dissertação, sempre, por base da liberdade intelectual.

Não querendo cometer o delito da ingratidão para com o professor Paulo Jorge Simões Agostinho, devo a amizade, o incitamento para a frequência deste ciclo de estudos e o apoio na prossecução deste objectivo.

E, por fim, à Paula. Pelo seu impulso que me permitiu a concretização deste estudo. Pela leitura crítica e pelas discussões. Pela paciência perante a minha falta de disponibilidade. E, acima de tudo, pelo carinho demonstrado. O meu profundo reconhecimento.

Para descobrir o que, por dificuldade de linguagem, se chama o mistério da História e que, afinal, talvez seja tão simples como a claridade do sol ou a escuridão da noite, parece não haver técnica, ciência nem arte que cheguem. Parece ser necessário juntá-las todas e ceder ao fascínio de contemplar a vida do homem no tempo. Talvez a entrega apaixonada a esta contemplação possa realmente aproximar as palavras que balbuciamos para transmitir o que aí se revela como a palavra única que o homem e o mundo pronunciam e ninguém jamais chegará a dizer.

RESUMO ANALÍTICO

A emigração no concelho de Penacova através dos Registos de Passaportes (1870-1899)

Mário Jorge Martinho da Costa

A emigração no concelho de Penacova através dos Registos de Passaportes (1870-1899). Este estudo divide-se em quatro capítulos: começa pelo trato da problemática e metodologia da emigração, no qual, abordamos através da brevidade possível, este fenómeno de natureza estrutural e conjuntural. Depois de termos feito justiça aos autores cujo pensamento consideramos fulcral para a nossa interpretação emigratória, atentámos na definição do objecto a estudar e da demarcação do seu quadro espaciotemporal, tendo por fonte base, os *Livros de Registos de Passaportes*. Assim, considerámos o concelho de Penacova e a baliza cronológica de 1870-1899. Ao partirmos do local, numa perspectiva quantitativa, mas, também, de compreendermos as suas causas de cariz estrutural e conjuntural, temos o intuito de contribuir para um maior conhecimento do estudo dos movimentos populacionais no Portugal da segunda metade do século XIX.

Esboçado o perfil do território, no tempo e no espaço (capítulo dois), o objectivo essencial do capítulo três, consistiu em traçar o perfil do emigrante penacovense. Quem emigra? e Por que razão? Na raiz da atitude de emigrar havia uma causa geoeconómica e social, mas, também, psicológica, familiar, política e, muitas vezes, de pressão demográfica. A falta de desenvolvimento do sector agrícola, agravada pela carência de e nas propriedades industriais, empurrava o grosso da população, maioritariamente masculina e dentro da faixa produtiva, que, numa penumbra vivenciada na subsistência de um salário de jornaleiro tão exíguo que roçava pelo mínimo indispensável ao seu parco sustento, o desejo de emigrar, sobretudo para o Brasil, no qual, o espírito alimentava o sonho de uma vida melhor.

Para a explicação do intenso movimento emigratório que se fez sentir no período em questão, concorrem, igualmente, factores externos como a actuação das autoridades brasileiras na promoção de uma política de atracção de braços para fazer face à crescente necessidade de mão-de-obra que substitua o progressivo dismantelamento das estruturas escravagistas e, ao mesmo tempo, explore um imenso território despovoado (capítulo quatro).

Palavras-chave: Emigração/Imigração. Livros de Registos de Passaportes. Penacova. Século XIX. Brasil.

ABSTRACT

Emigration in the council of Penacova through Passport Registry (1870-1899)

Mário Jorge Martinho da Costa

Emigration in the council of Penacova through Passport Registry (1870-1899). This study is divided into four chapters begins by dealing the problem of emigration and methodology, in which we address through the earliest possible, this phenomenon of structural and cyclical. After we have done justice to the authors whose ideas we consider central to our emigration interpretation, we look at the definition of the subject to be studied and the demarcation of their spatio-temporal framework, based on source, the *Books Passport Registry*. Thus, we considered the council of Penacova and chronological beacon 1870-1899. To leave the site in a quantitative perspective, but also to understand its causes structural and cyclical in nature, have the aim of contributing to a better understanding of the study of population movements in Portugal in the second half of the 19th century.

Outlined the profile of the territory, in time and space (chapter two), the primary purpose of chapter three was to profile the penacovense emigrant. Who migrates? The reason why? At the root of the attitude to emigrate was a geo-economic and social issue, but also psychological, familial, political, and often, the demographic pressure. The lack of development of the agricultural sector, aggravated by insufficient and industrial properties, pushing the mainstream, mostly male and within the productive range, which, in a want lived in a subsistence wage laborer so meager that brushed the bare minimum the meager sustenance, the desire to emigrate, especially Brazil, in which the spirit nurtured the dream of a better life.

For explanation of the intense migratory movement that was felt during the period in question, also competing external factors such as the performance of the Brazilian authorities in promoting a policy of attracting arms to meet the growing need for labor- work that replace the gradual dismantling of slavery-like structures and at the same time, explore a vast unpopulated territory (chapter four).

Keywords: Emigration/Immigration. Books Passport Registry. Penacova. 19th century. Brazil.

CRITÉRIOS DE EDIÇÃO DE TEXTO E ABREVIATURAS

Na escrita da presente dissertação, procurámos, por uma apresentação que facilite a comunicação na organização do discurso e defina, de forma correcta, a substância do texto.

Quanto às citações e notas de rodapé e referências bibliográficas a documentos em formatos impresso e electrónico, procurámos, como fonte de referência, as orientações apresentadas nas normas portuguesas de informação e documentação.

Na utilização de excertos de documentos para ilustrar as nossas afirmações, optámos, quando vantajoso para uma melhor interpretação da informação, pela actualização da grafia.

Relativamente à ortografia, não escrevemos segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor desde Janeiro de 2009, por, até 2015, nos encontrarmos no período de transição, durante o qual se podem adoptar as duas grafias.

As siglas e abreviaturas utilizadas na presente dissertação foram:

A – Arquivo e Documentação

AUC – Arquivo da Universidade de Coimbra

B – Estrutura textual e estrutura bibliográfica

TBE – Taxa bruta de emigração

Cit. - Citado

Consult. - Consultado

coord. - coordenação

dir. – direcção

ed. – edição

et. al. – e outros

In/in – Em/em

n.º - número

org. – organização

P./p. – Página/Páginas/página/páginas

Trad. - Tradução

Vol. – volume

WWW – World Wide Web

SUMÁRIO

0 – INTRODUÇÃO	11
1 – PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA	13
1.1 - Breve evolução do movimento emigratório português	13
1.2 - Antologia histórica - uma conjunção de análises	15
1.3 - A construção do objecto	23
1.4 - O quadro spatiotemporal.....	25
1.5 - As fontes e seus problemas metodológicos.....	25
2 - O TEMPO E O TERRITÓRIO	30
2.1 - Perfil do território: características gerais e algumas incidências.....	30
2.1.1 - As condições naturais e a actividade humana.....	30
2.1.2 - Limites e definição histórico-administrativas do espaço em análise.....	33
3 – PERFIS DOS EMIGRANTES PENACOVENSES.....	47
3.1 - Destinos da emigração.....	52
3.2 - Homens e mulheres.....	56
3.3 - Estado civil.....	62
3.4 - Estrutura etária dos emigrantes	64
3.4.1 - Recrutamento militar	68
3.5 - Ocupação profissional.....	77
3.6 - Alfabetização dos emigrantes	85
3.7 - Freguesias de naturalidade e/ou residência dos emigrantes.....	90
3.7.1 - Espaços em conexão.....	94
3.8 - Motivo de saída dos emigrantes.....	98
3.9 - Saída por... ..	100
3.10 - Reemigração	104

4 – UM CRUZAMENTO NECESSÁRIO: O DISCURSO DAS AUTORIDADES BRASILEIRAS E A EMIGRAÇÃO	112
4.1 - Um olhar sobre a <i>Guia do Emigrante para o Império do Brasil</i>.....	112
4.1.1 - O conteúdo – algumas considerações	113
4.1.1.1 - Intervenção do Estado no fenómeno imigratório	113
4.1.1.2 - És imigrante? Legislação brasileira	120
4.1.1.3 - Informações do Império do Brasil	121
4.2 - O contexto local: aproximações e distanciamentos	123
5 - CONCLUSÃO	126
FONTES E BIBLIOGRAFIA	129
ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS	138

0 – INTRODUÇÃO

Esta dissertação, incidindo sobre um concelho, Penacova, e uma época, os anos de 1870 a 1899, trata do fenómeno da emigração legal, mais concretamente, o período em que os quantitativos globais do movimento emigratório português no século XIX, mais angustiarão os contemporâneos, como Alexandre Herculano ou Oliveira Martins, que, num acto de cidadania e de amor pátrio, procuravam explicações para o drama nacional da emigração.

Só ao estudar a emigração enquanto fenómeno local, será possível elaborar um quadro mais completo, que nos permita ter uma visão nacional desse fenómeno e compreender a História de Portugal, alicerçadas em pesquisas completas e totais, apesar de, termos plena consciência que a História Total é uma miragem.

Desta forma, pretendemos dar um valioso contributo para a ampliação dos conhecimentos sobre uma das faces de todo o processo socioeconómico de Portugal, a partir da década de setenta do século XIX, o drama da emigração.

Com minúcia, começamos por apresentar um sintético esboço da problemática em estudo enquanto fenómeno estrutural presente na nossa História, a partir do século XV, para, de seguida, perspectivarmos uma antologia de reflexões consideradas valiosas por se aproximarem da problemática em estudo. Neste esforço, não ignorámos os testemunhos da época, com as devidas interpretações, nem tão pouco, quisemos excluir as interpretações que foram sendo feitas *a posteriori*, ou seja, a elaboração de valiosas sínteses estribadas em pesquisas assentes numa quantidade e diversidade de fontes.

Concluída esta tarefa, e após termos assumido a responsabilidade de perspectivarmos o objecto, a contextualização da emigração do concelho de Penacova no todo nacional, e de delimitarmos o seu quadro espaciotemporal, através da caracterização das suas condições naturais e da relação estabelecida com as diferentes formas de vida económica e dos aspectos da população, importa uma palavra acerca das fontes utilizadas. Dada a quantidade e diversidade para o estudo desta temática, cingimos a nossa pesquisa aos *Livros de Registos de Passaportes* com a finalidade de permitir traçar o perfil do emigrante de Penacova. Por outras palavras, a matéria-prima que, simplisticamente, nos revela a resposta às questões, Quem emigra? e Por que razão? Outras fontes, nomeadamente a imprensa periódica regional, com o recurso a *O Conimbricense*, se demonstrou preciosa para a elaboração da presente dissertação, colmatando lacunas de informação dada a riqueza de notícias e de anúncios subjacentes à prática migratória.

Com o sentido de procurarmos explicações para as evidências reflectidas na fonte base, tomámos a opção de perspectivarmos as estruturas geoeconómicas e sociais do concelho através do discorrer dos seus limites e definição histórico-administrativa enquadradas as suas condições naturais e a actividade humana.

Importa aclarar que nesta dissertação todas as partes são os pilares de um edifício, o estudo da emigração portuguesa. Por isso, no sentido de pôr a claro o que a norteou, procurámos no terreno prático do espaço teórico, no outro lado do Atlântico, através da análise à *Guia do Emigrante para o Império do Brazil*, o papel desempenhado pelas autoridades brasileiras como testemunho epocal, que, com as devidas interpretações, evidencia o quanto influenciou o destino pessoal de cada indivíduo. Isto implica o tomarmos consciência que no estudo da problemática dos movimentos migratórios em Portugal, temos de descortinar, não só, os factores repulsivos característicos de um determinado ponto de partida, mas, temos obrigatoriamente de ter em conta, os factores atractivos ofertados por um definido ponto de chegada. São os dois lados da moeda, indissociáveis e importantes.

Para terminarmos esta introdução, esperamos que esta dissertação sirva para mostrar, de forma clara, a emigração como fenómeno manifestado nas três últimas décadas do século XIX, inserida num contexto espacial limitado, perspectivada através do traço do perfil dos que partiram.

1 – PROBLEMÁTICA E METODOLOGIA DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Em Portugal quem emigra são os mais enérgicos e os mais rijamente decididos; (...) Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a trasbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre. (...) Em Portugal a emigração não significa ausência – significa abandono.

QUEIRÓS, Eça - *Uma Campanha Alegre II*, p. 27.

1.1 - Breve evolução do movimento emigratório português

Os movimentos migratórios revestem de um acentuado interesse decorrente da necessidade de determinar a sua origem e acompanhar a sua evolução ao longo do tempo. De raízes multisseculares, tem variado de acordo com o espaço, o tempo e as condições de vida do Homem, caracterizadas por traços de cariz económico, social, político, religioso, militar e personalístico, conheceu no século XIX, um pouco por toda a Europa, um grande incremento, impacto e mutação, em particular para o continente americano¹.

No caso português², podemos apontar a conquista de Ceuta, seguida do início da colonização da Madeira, em que a intensidade dos fluxos de saída do reino passaram a ser uma constante, e, mais tarde, com a necessidade de colonização dos arquipélagos atlânticos dos Açores, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e da necessidade de manutenção e defesa das feitorias e fortalezas dispersas pela costa africana e pelas Índias Orientais, como a explicação para o princípio do fenómeno da emigração portuguesa. Situação idêntica ocorreu com a ocupação do território brasileiro através do sistema de capitanias. Utilizada no sentido de equilibrar os excessos demográficos com as crises decorrentes de uma agricultura insuficiente, a ocupação do litoral brasileiro, e a intensificação das culturas da cana-de-açúcar e do algodão, ao mesmo tempo que se procurava explorar o interior, fez-se essencialmente com colonos oriundos dos arquipélagos atlânticos – Açores e Madeira – e de Portugal continental. Porém, o esforço da diáspora portuguesa, só foi possível porque e em simultâneo com a mais que provável elevada percentagem de saída de gentes de um reino, apesar de tudo

¹ Sobre a problemática histórica dos movimentos migratórios e da evolução dos estudos dos mesmos, ver, NAZARETH, J. Manuel - *Demografia – A Ciência da População*, p.15-100.

² Para uma visão geral da origem e História da emigração portuguesa, ver, entre outros, SERRÃO, Joel e outros - *Testemunhos Sobre a Emigração Portuguesa – Antologia -*; SERRÃO, Joel - *A Emigração Portuguesa*; e, SERRÃO, Joel - *Emigração*. In: *Dicionário de História de Portugal*. SERRÃO, Joel, (coord.). P. 363-373. Vol. II.

pouco povoado, acontece a entrada de escravos³. O prosseguimento deste movimento emigratório-colonizador⁴, terá levado a que no decurso do século XVII tenham sido tomadas medidas legislativas no sentido de “(...) restringir uma tendência migratória que de colonizadora, gradualmente, assumia os caracteres de fenómeno puramente emigratório”⁵. Porém, a saída de braços do reino continuou, e aquando da descoberta e intensa exploração das minas de ouro e pedras preciosas no Brasil, a lei de 1720 procura impedir a emigração para este território, como se depreende do excerto: “(...) não tendo sido bastantes as providências, que até ao presente tenho dado nos decretos de 25 de Novembro de 1709 e de 19 de Fevereiro de 1711, para se proibir que deste Reino passe para as Capitanias do Estado do Brasil a muita gente que todos os anos se ausenta dele, principalmente da província do Minho, que, sendo a mais povoada, se acha hoje em estado, que não há a gente necessária para a cultura das terras, nem para o serviço dos Povos (...)”⁶.

Nos primórdios do século XIX, uma série de acontecimentos políticos - as invasões francesas, a transferência da corte para o Brasil e a independência deste território – fizeram diminuir o número de saídas anuais para o Brasil, cifrando-se em cerca de 4 000 a 5 000⁷.

A partir de 1834, data do triunfo definitivo do liberalismo e da reforma administrativa de 25 de Abril de 1835 que cria dezassete distritos administrativos no Continente e três nas ilhas adjacentes, os governos civis, fruto dessa nova organização, assumem um papel importante em matéria de emigração pois passam a ser os responsáveis pela emissão de passaportes⁸ e pela repressão da emigração ilegal ou clandestina. Neste contexto surgem os relatórios oficiais e os livros de registo de passaportes, cujo conteúdo permite um conhecimento mais preciso do movimento migratório, dos seus condicionalismos e dos respectivos destinos. Por outro lado, o Brasil já se tinha tornado independente, o que se traduz pelo facto de o fluxo migratório deixar de estar subordinado aos propósitos colonizadores do Estado português, para ser espontâneo e, por isso, regular. O Brasil continuou a ser durante esse período o destino preferencial dos emigrantes que partiam do país. A identidade da

³ SERRÃO, Joel - *A Emigração Portuguesa*, p. 104.

⁴ Joel Serrão explicita o significado dos conceitos: colonizador é todo aquele que sai de um país com destino a uma colónia, por iniciativa do Estado; emigratório está relacionado com o indivíduo que abandona o país por motivos pessoais, in: *Dicionário de História de Portugal*, p. 364.

⁵ SERRÃO – *A Emigração...* p. 106.

⁶ SERRÃO – *A Emigração...* p. 107-108.

⁷ ARROTEIA, Jorge Carvalho - *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*, p. 18.

⁸ Para uma contextualização histórica e evolução legislativa do passaporte e da emigração portuguesa, ver, ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*, p. 119-143; COSTA, Afonso - *Estudos de Economia Nacional I – O problema da emigração*, p. 161-167; e, LEITE, Joaquim da Costa - *Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*, p. 463-480.

língua, a presença de parentes e amigos e o exemplo dos que regressavam com algumas economias, continuavam a ditar essa opção por terras brasileiras⁹.

Face ao crescimento económico e urbano que então grassava o Brasil e à necessidade pragmaticamente agravada de substituir mão-de-obra escrava pela assalariada, devido à abolição da escravatura em 1888, foram criadas as condições para absorver grandes quantidades inesgotáveis de emigrantes, independentemente da sua origem social. Daí a permissividade da legislação brasileira à emigração¹⁰, em especial à europeia, e é nesse contexto que se deve compreender o aumento do fluxo de entrada de indivíduos no Brasil.

Surge uma nova forma de escravidão protagonizada por portugueses, mas também, por espanhóis e italianos, que procuravam uma fuga para a miséria oferecida pela sua pátria, e, ao mesmo tempo, aspiravam a uma promoção social.

Na realidade, enquanto a grande maioria dos emigrantes partia pobre e morria pobre, o país continuava com as suas estruturas produtivas atrasadas e a viver das remessas dos emigrantes, fonte de receita “(...) com que, invisivelmente, se equilibravam quer orçamentos nacionais deficitários, quer uma balança comercial com crónico predomínio das importações”¹¹, e, iludia, desta forma, o seu atraso económico.

1.2 - Antologia histórica - uma conjunção de análises

O elevado peso que a partir da segunda metade da centúria de Oitocentos a emigração portuguesa para o Brasil vai assumir, tem motivado, desde essa época, numerosas análises, desde escritos oficiais, estudos de vários intelectuais, textos opinativos publicados em jornais e revistas, pesquisas globais e detalhadas vertidas em provas académicas e investigações historiográficas.

Por isso, não poderíamos deixar de apresentar, de forma sintética, um conjunto variado de pensadores e algumas das teorizações formuladas acerca do problema da emigração.

Nesta linha de ideias, referenciamos na segunda metade do século XIX, Alexandre Herculano, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Frederico Laranjo.

⁹ HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos II*, p. 68-69 e p. 131. Num estudo acerca da emigração no Noroeste português para o Brasil, no século XIX, Jorge Fernandes Alves regista “(...) que esta emigração se apoiou, em parte, nas conexões familiares, de compadrio e de vizinhança que proporcionaram chamadas e apoio para a primeira instalação (...)”, in: Aspectos da emigração no Noroeste português – o distrito do Porto no século XIX, p. 78.

¹⁰ Sobre este assunto, ver, COSTA - *Estudos de Economia Nacional...* p. 149-153.

¹¹ SERRÃO – *A Emigração...* p. 175.

Alexandre Herculano¹² considera a emigração como um fenómeno complexo nas suas causas, distinguindo, desta forma, emigração espontânea de emigração forçada. A emigração espontânea compreende todos os que saem do reino com a esperança de um dia regressarem afortunados à sua aldeia natal, apesar de poderem ter, junto dos seus, uma vida modesta e tranquila sustentada no esforço do seu trabalho. Por sua vez, na emigração forçada, estão todos os que são expulsos do país pela miséria. Herculano reconhece por detrás da sua fuga, as dificuldades estruturais da sociedade portuguesa, como a miséria nos campos e os baixos salários dos jornaleiros agrícolas, situação que a seu ver deveria ser corrigida não só com o aumento dos salários, mas também, com o acesso destes à posse da terra através da enfiteuse.

Oliveira Martins¹³ sugere uma confluência de factores, de natureza ordinária e excepcional, como a génese da emigração portuguesa entre 1866 e 1888. De cariz ordinário, aponta a carestia de vida, os tributos e encargos hipotecários, a excessiva fragmentação do solo, a fuga ao serviço militar e o exemplo daqueles que traziam fortuna ao regressarem ao reino. Quanto aos factores de natureza excepcional, alude a ruína da viticultura, a concorrência americana na produção de cereais e a diminuição das obras e empregos públicos. Refere ainda como causa explicativa desta sangria humana, a lei brasileira de 13 de Maio de 1888 que aboliu por completo a escravatura e forçou os fazendeiros a procurarem mão-de-obra branca para substituir o trabalho escravo.

Utilizando o meio demográfico como ponto de partida para tentar compreender este fenómeno, procura associar o crescimento natural da população e a pressão que esta exerce sobre os recursos, como circunstância provocatória da emigração, referindo que o motivo envolvente à partida da grande maioria dos emigrantes provém, fundamentalmente, da míngua de meios de subsistência¹⁴.

Ao observar a hipotética transferência da mão-de-obra do Brasil para África, como uma das soluções para o problema da emigração, considera que é um erro crasso desviá-la para as nossas colónias africanas¹⁵. Sendo entre nós um mal necessário¹⁶, o êxodo para a

¹² In: *Opúsculos...* p. 61-132. Sobre o pensamento de Herculano acerca da emigração, ver, MENDES, José Maria Amado - A emigração portuguesa nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa, p. 293-308.

¹³ In: *Fomento Rural e Emigração*, p. 167-217. Sobre o pensamento deste autor acerca da emigração, ver, MENDES - A emigração portuguesa nas ópticas de... p. 293-308.

¹⁴ In: *Fomento Rural...* p. 180. A pobreza e a ausência de meios de subsistência, enquanto factor impulsionador da emigração, foi igualmente defendida por Alexandre Herculano, in: *Opúsculos...*

¹⁵ In: *Fomento Rural...* p. 189-196. Joel Serrão sublinha que lhe repugnava o facto de a nossa única indústria de exportação se baseasse na criação de gado humano, in: *A Emigração...* p. 174.

¹⁶ MARTINS – *Fomento Rural...* p. 207.

antiga colónia portuguesa nunca foi tão rentável como quando deixou de ser colónia¹⁷, ao afigurar-se como a resposta para os nossos problemas estruturais e conjunturais, pelos indivíduos sem ocupação que deixavam o reino e pelo afluxo crescente de divisas, fonte de receita capaz de equilibrar a balança de pagamentos¹⁸.

Ramalho Ortigão¹⁹ emite um juízo negativo sobre a emigração portuguesa para o Brasil ao denunciar a forma como os emigrantes, padecentes da pobreza e da ignorância, eram presas fáceis para empregadores e fazendeiros, que os exploravam na ânsia de rentabilizá-los no menor curto espaço de tempo.²⁰ Trata, igualmente, o papel da mulher na emigração para o Brasil, nomeadamente, das provenientes dos Açores, aludindo que eram vítimas de uma exploração sexual²¹. Apesar das carências do quotidiano, e muitas vezes, as perspectivas de futuro serem sombrias e implicarem sérios riscos²², questionou “(...) para que queria a pátria esses trabalhadores? Que destino lhes prepara? Que futuro lhes promete?”²³. Os emigrantes viam no chamamento brasileiro ecoar o desejo de mudança individual e/ou familiar e a atracção do dinheiro, dadas as dificuldades estruturais do nosso país, apesar dos campos, nomeadamente os do Alentejo, necessitarem de quem os cultive.

Frederico Laranjo²⁴, influenciado pela aplicação do método científico ao estudo dos fenómenos sociais, procura encontrar uma explicação científica para o fenómeno das migrações internacionais, para, posteriormente, servir de guia ao estudo da emigração portuguesa. Considera que o termo emigração aplicado a três fenómenos, significa, i) a saída de um país de parte ou da totalidade da população que o habita, indo, ocupar um território já habitado. A este fenómeno, dá o nome de invasão; ii) a saída de parte da população de um país para outro país, com a intenção de se fixar, de forma pacífica; iii) a fuga das populações, dos campos para as cidades, dentro de uma mesma nação. Por ser a mais importante e a mais visível, observa que o fenómeno de maior expressão é o segundo, apesar de o primeiro e o

¹⁷ HERCULANO – *Opúsculos*... p. 69.

¹⁸ Herculano refere o refluxo da emigração portuguesa em 3 000 contos de réis anuais, in: *Opúsculos*... p. 68.

¹⁹ In: *As Farpas X*, p. 47-94. Acerca da autoridade moral do autor para as descrições sobre o colono no Brasil, ver, ALVES - *Os Brasileiros*... capítulo 5, nota 37, p. 209.

²⁰ In: *As Farpas*... p. 57.

²¹ In: *As Farpas*... p. 61. Abordando o papel da mulher no contexto da emigração portuguesa para o Brasil, veja-se o trabalho de SILVA, Maria Beatriz Nizza da - A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil, p. 653-659.

²² Ortigão refere a vida de miséria que muitos emigrantes - homens, mulheres e crianças -, levavam no Rio de Janeiro, sujeitando-se a todo o tipo de trabalho, para terem que comer; assim como, aos cortiços, habitações colectivas onde a densidade domiciliar extremamente alta aumentava a promiscuidade, reduzia as condições de higiene e a falta de salubridade originavam a degradação da saúde dos emigrantes, in: *As Farpas*... p. 61-62.

²³ In: *As Farpas*... p. 63.

²⁴ In: *Teoria Geral da Emigração E Sua Aplicação A Portugal*. Numa perspectiva de arqueologia do discurso em torno do trabalho de Laranjo, ver, ALVES, Jorge Fernandes - Leituras sobre a emigração em Portugal – revisitação da Teoria Geral de José Frederico Laranjo (1878), p. 5-13.

terceiro estarem relacionados com este. Portanto, ao observá-la como algo mais abrangente, relacionada com a população, as suas condições físicas, a religião, a política e a economia, considera-a como uma condição da vida da humanidade, e, por isso, detentora de leis de evolução²⁵.

Num país como Portugal, a solução para o problema da emigração, passa pela necessidade de diversificar a economia nacional, conjugando a prática da agricultura com a criação de condições para a instalação de indústrias modernas e para o desenvolvimento da prática comercial²⁶.

No dealbar do século XX, Afonso Costa²⁷ considera a emigração como a melhor base de estudo da evolução económica das nações que a produzem, independentemente de esta ser proibida ou facilitada. Apesar de considerar o regime monárquico responsável pela corrente emigratória, dado o atraso em que votou a agricultura²⁸, observa a emigração para o Brasil como a melhor solução para o destino da nossa mão-de-obra pobre, beirã e minhota, pois, são uma fonte de capitais passível de equilibrar a nossa balança de pagamentos através do envio das remessas dos emigrantes. Observada como um negócio, preconizava que o Estado a deve chamar a si através da sua regulamentação.

Em pleno século XX, é de assinalar o trabalho de Joel Serrão e Miriam Halpern Pereira. Joel Serrão apresenta-nos uma abordagem global²⁹ deste drama numa perspectiva evolutiva desde a origem da diáspora portuguesa pelo mundo até à década de 1970, com o recurso a dados quantitativos exemplificativos, com referências ao destino e características da emigração portuguesa.

Dando particular enfoque para a segunda metade do século XIX, procura explicá-la não só em termos quantitativos com a apresentação de um conjunto de números que apreendam a sua evolução entre 1855 e 1973, mas também, com os condicionalismos internacional e nacional, considerando que no decurso do século XIX, se emigrava por toda a Europa, em particular para o continente americano, as causas que levam portugueses, italianos, espanhóis, ingleses e alemães a esta mobilidade são bem diferentes. Assim, nos países industrializados a emigração contribuía para desbloquear o mercado de trabalho e consolidar o capitalismo industrial e financeiro. No caso português, esta mobilidade populacional aconteceu devido ao desequilíbrio das suas estruturas socioeconómicas,

²⁵ In: *Teoria Geral...* p.8.

²⁶ In: *Teoria Geral...* p. 88.

²⁷ In: *Estudos de Economia Nacional...* Sobre o pensamento deste autor acerca da emigração, ver, MENDES – A emigração portuguesa nas ópticas de... p. 293-308.

²⁸ In: *Estudos de Economia Nacional...* p. 75.

²⁹ In: *A Emigração...*

predominantemente agrárias, que não conseguiam satisfazer as necessidades de uma população em crescimento. Facilitada pelo investimento em linhas férreas e pela revolução dos transportes marítimos, os que abandonam o país, trocam-no pela antiga colónia que com a extinção da escravatura, necessitava de mão-de-obra para trabalhar nas fazendas. E no mito do “mineiro”, se revia uma população que com força e ânimo fugiam à sorte da miséria. No entanto, a realidade era bem diferente, pois os portugueses ignoravam a profunda transformação ocorrida no Brasil com a extinção da escravatura em que “(...) o imigrante europeu é solicitado a substituir o escravo nas rudes fainas agrícolas, em condições reais de prestação de serviços que não se afastavam muito das anteriormente existentes, e que, muitas vezes, restabeleciam a escravatura, se não de direito, pelo menos, de facto.”³⁰

Partindo da análise à estrutura socioeconómica portuguesa, Miriam Halpern Pereira³¹, apresenta-nos as causas que estiveram na origem deste movimento, considerando-o como um caso não isolado na Europa e, ao mesmo tempo, diferente dos movimentos emigratórios anteriores. Em primeiro lugar, porque até ao século XIX, este êxodo tinha como principal missão o desempenho de funções socioeconómicas e administrativas dado a sociedade colonial assentar no trabalho escravo. Em segundo lugar, a motivação para a emigração acontece dada a predominância de uma economia próxima do Antigo Regime com a não absorção, por parte da agricultura e da indústria, da enorme massa humana que crescia de forma contínua. Predominantemente jovem e masculina, partiam com a esperança de regressar, dada a quantidade de remessas de divisas enviadas que permitiam equilibrar uma balança de pagamentos deficitária. Perante esta sangria de braços que abandonava o país, os governantes portugueses procuravam criar entraves à saída de mão-de-obra do reino, nunca proibi-la. Portugal encontrava-se num dilema. Por um lado, a ideologia liberal defendia a liberdade de deslocação, neste caso, a liberdade de emigrar. Por outro lado, havia a necessidade de limitar as saídas do reino e de regulamentar a emigração, evitando o risco de despovoamento do país, nomeadamente nas zonas rurais. Por um lado, a coibição de emigrar não permitia a entrada de remessas de divisas dos emigrantes, fundamental para o equilíbrio da balança comercial. Por outro lado, a liberdade de emigração podia afectar as migrações internas sazonais de trabalhadores para os latifúndios a Sul do Tejo. Por um lado, a burguesia agrária e industrial queixava-se da emigração provocar um aumento dos salários dos trabalhadores, inerente a uma carência interna de mão-de-obra. Por outro lado, a mecanização

³⁰ In: *A Emigração...* p. 49.

³¹ In: *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*.

das propriedades a Sul do Tejo e o moroso desenvolvimento da indústria não permitia absorver o excesso de população. Acresce a tudo isto, a necessidade de deslocar parte deste fluxo populacional do Brasil para as colónias africanas, inserindo-a no projecto de ocupação efectiva daqueles territórios. Por sua vez, dada a carência de gentes no Brasil, a política de emigração brasileira, insere-se num projecto mais lato de dotar “(...) o mercado brasileiro de mão-de-obra assalariada livre que, pouco a pouco, viesse a substituir o trabalho escravo e alargar a área agrícola, promovendo o povoamento de zonas incultas” ³².

Por isso, o emigrante está longe de se imaginar como um peão no jogo das políticas portuguesa e brasileira de emigração.

Porém, os progressos alcançados pelos estudos da temática emigratória, denotaram as insuficiências do quadro nacional para uma compreensão satisfatória do fenómeno. Desta forma, acentuou-se o enfoque de abordagens regionais e locais para a obtenção de uma visão de conjunto, tão próxima quanto possível da realidade, acerca do fenómeno emigratório português. Granjeia particular atenção os estudos de Jorge Fernandes Alves³³ e Miguel Monteiro³⁴.

Abordando o distrito do Porto, Jorge Fernandes Alves apresenta-nos uma análise detalhada do movimento legal de saídas para o Brasil no século XIX, mais precisamente, entre 1836 e 1879. Baseado numa análise crítica detalhada aos registos de passaportes, apostou na metodologia de microanálise para abarcar os múltiplos aspectos e implicações que este fenómeno acarreta, articulando o quantitativo e o qualitativo – homens e mulheres, solteiros e casados, idade, caracterização socioprofissional, analfabetismo e alfabetização, relação de trabalho, origem, viagem e destino -, o autor apresenta-nos uma análise detalhada deste movimento compreendendo as suas causas mais profundas. Num contexto de migrações internas para a cidade do Porto, Jorge Fernandes Alves analisa os principais centros de repulsa populacionais, as suas estruturas económicas e sociais e a emigração como um novo projecto de vida delineado pela família fora do reino, dificultado pelas consequências práticas da legislação nacional. Neste estudo, aborda a temática do retorno da emigração do Brasil sublinhando, pelos dados apurados, a ideia que “Os muito afortunados são efectivamente poucos, e esses deverão passar bastantes décadas no Brasil de forma a acumularem a sua riqueza.”³⁵ Globalmente, os que regressam do Brasil, fazem-no por não se terem integrado ou porque já resolveram as suas dificuldades pontuais. A análise económica ao “(...) retorno com

³² PEREIRA – *A Política Portuguesa...* p. 16.

³³ In: *Os Brasileiros...*

³⁴ In: *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*.

³⁵ In: *Os Brasileiros...* p. 403.

algum capital, tal como as remessas enviadas como messadas, colocação de capitais na dívida pública e compra de acções, aquisição de bens para o retorno futuro ou para futuras aquisições a compra de acções (...)"³⁶, ressalta o papel dos emigrantes no equilíbrio da balança de pagamentos e na criação de uma dinâmica económica nacional com o investimento em companhias financeiras e bancos, fábricas e oficinas.

No âmbito da linha de estudo iniciada por Jorge Fernandes Alves, Miguel Monteiro, partindo das fontes de fundo local – registos de passaportes, termos de abono de identidade para emigrantes, fiança ao recrutamento, recenseamentos eleitorais e deliberações municipais e fundos eclesiásticos locais –, procura estudar, na perspectiva da microanálise, as dinâmicas migratórias e principalmente emigratórias, das populações no concelho de Fafe entre 1834 e 1926. Ao traçar o quadro geoeconómico, social e administrativo desta célula administrativa, inserindo-o num quadro nacional de cariz político, económico, social e histórico infere da existência de trajectos populacionais distintos. Assim, se os proprietários emigram mais do que qualquer outro grupo social; os criados, jornaleiros e trabalhadores migram para destinos regionais, regressando ao fim de um curto período de tempo. Desta forma, Miguel Monteiro analisa o papel do retorno das dinâmicas populacionais na estrutura concelhia. Se as migrações não tiveram efeito económico visível, dado o carácter de sobrevivência de quem as integrava; ao invés, considera positivas as influências do retorno da emigração do Brasil visíveis através da renovação das estruturas das propriedades fundiárias, na construção de edifícios e na criação de fábricas e de uma mobilidade social ascendente favorecida pelo exercício de cargos público-administrativos.

Como contributos para os progressos alcançados pela historiografia da temática, merece referência um conjunto de estudos que procuram explicar o fenómeno sob múltiplos prismas. Joaquim da Costa Leite deu enfoque aos elementos estatísticos para a compreensão da realidade demográfica portuguesa³⁷, aos negócios ligados à emigração³⁸, através do estudo da mobilização dos recursos necessários para o pagamento das passagens dos emigrantes e daqueles para quem a emigração era uma oportunidade de negócio, o interesse tributário do Estado e os de uma rede de agentes hierarquicamente organizados, assim como, o papel das companhias de navegação no contexto migratório, e, às vantagens das mudanças sentidas no sector dos transportes³⁹ de passageiros entre Portugal e o Brasil com a substituição dos veleiros pelos vapores. Isilda Braga da Costa Monteiro abordou o papel do documento que

³⁶ In: *Os Brasileiros...* p. 403.

³⁷ In: *Emigração portuguesa...*

³⁸ In: *Os negócios da emigração (1855-1914)*, p. 381-396.

³⁹ In: *O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914*, p. 741-756.

permitia a saída legal do país, o passaporte⁴⁰, baseado na legislação, no discurso parlamentar e na imprensa; e, equacionou se o problema do fluxo migratório se pode explicar, tão simplisticamente, por uma fuga ao recrutamento militar⁴¹.

Com o propósito de “(...) captar o «verdadeiro» fluxo migratório que abandonou o País no decorrer dos séculos XIX-XX”⁴², Maria Ioannis Baganha alerta para a urgência do recurso a fontes multinacionais. Dentro dessa perspectiva, destacamos como contributo para os progressos alcançados pela historiografia da temática, um conjunto de trabalhos realizados por investigadores portugueses e brasileiros, que vieram enriquecer o panorama anterior, não só pela apresentação de conclusões baseadas em estudos bem completos, mas também, pela apresentação de uma série de linhas de investigação alicerçadas em várias fontes, resultantes de encontros científicos promovidos pelo CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade - e que se encontram inseridos em projectos⁴³ coordenados por Fernando de Sousa. As publicações resultantes desses encontros científicos têm incidido sobre a conjugação diferenciada de variáveis como a quantificação do processo emigratório; as suas principais tendências evolutivas à luz da origem geográfica dos emigrantes e da sua estrutura económico-social; do seu impacto nas estruturas – sociais, demográficas, económicas, culturais e políticas – portuguesas e brasileiras; do volume e formas de retorno, assim como, da evolução económica e das políticas de emigração/imigração de Portugal e do Brasil⁴⁴.

Em síntese, podemos sublinhar o aumento significativo de estudos sobre a emigração, o que demonstra por parte dos investigadores, em particular nas últimas décadas, uma enorme preocupação de extrair dos arquivos todo o material documental relativo a esta problemática a fim de realizar o necessário trabalho de análise, proporcionando dessa feita compreender melhor o seu significado e alcance. A difusão de estudos sobre esta temática, tornou indispensável, no sentido de facilitar a nossa investigação, delimitar o universo a analisar aos que mais directamente poderão estar relacionados com a problemática subjacente ao nosso trabalho. Norteados pela ideia que não podemos ter acesso a toda a informação sobre o objecto em estudo, temos presente a ideia que neste esforço de selecção, corremos o risco da inevitável preterição de muitas importantes investigações.

⁴⁰ In: Os passaportes – do enquadramento legal à prática (1855-1926), p. 117-146.

⁴¹ In: A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX, p. 99-114.

⁴² In: Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração, p. 735.

⁴³ http://www.cepese.pt/portal/investigacao/projectos/descricao-da-pasta-projectos?cl=pt&set_language=pt. [Consult. 13 Maio 2013].

⁴⁴ <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes>. [Consult. 13 Maio 2013].

1.3 - A construção do objecto

A falta de estudos acerca das migrações internacionais em determinadas parcelas do território português, não permite uma visão total da emigração portuguesa. Por isso, o presente trabalho pretende, dessa forma, contribuir para o preencher de uma lacuna, apesar de termos a plena consciência que a História Total é inatingível.

Dessa forma, é nosso propósito que este estudo seja mais um capítulo que sirva para a compreensão da globalidade do tema, e, ao mesmo tempo, dar mais um contributo para um melhor conhecimento da realidade portuguesa contemporânea.

Torna-se manifesto ser nosso fim estudar o fenómeno migratório legal no concelho de Penacova, numa perspectiva mais geral do desenvolvimento, ou seja, saber concretamente qual a sua expressão nos anos de 1870 a 1899.

Não pretendemos reconstituir, passo a passo, o espaço em que se moviam os munícipes, mas, apresentar os aspectos essenciais da dimensão quantitativa e qualitativa da emigração, procurando explicar os próprios factos e determinar as suas causas, permitindo, dessa forma, uma leitura mais completa do fenómeno emigratório. Deste modo, ao traçarmos o perfil daqueles que partiram, procuraremos conhecer o abandono de um município pelos seus activos. Da sua distribuição por sexo, estado civil e estrutura etária, da freguesia de partida e do porto de chegada, da profissão de origem e do grau de instrução, da nova emigração e da situação militar.

Pretendemos, dessa forma, visionar a imagem individual de cada emigrante, fundamental para dimensionar o perfil do sujeito em si e em contexto, económico e social. Por isso, e através de uma caracterização dos seus protagonistas, em termos quantitativos e qualitativos, estaremos a fazer uma microanálise da emigração portuguesa e a contextualizar este fenómeno no quadro nacional. Apesar de termos a consciência que os números não nos respondem a todas as perguntas, o recurso aos dados estatísticos, apresentados sob a forma de quadros e gráficos, permite-nos chegar a conclusões gerais, evitando, dessa forma, que caíamos em generalizações redutoras.

Na nossa perspectiva, será, igualmente importante, articular os dados colhidos com uma análise das potencialidades e fragilidades do espaço em estudo, de modo a detectar a existência de desequilíbrios na sua estrutura socioeconómica que pudessem ter funcionado como factores repulsivos.

Desta forma, procurámos superar a metodologia da descrição dos factos isolados, para os encarar como a matéria-prima de uma visão mais alargada da realidade colectiva nacional,

abordando a comparação, dada a existência de estudos da mesma natureza, a nível nacional, até onde for julgada possível. Para isso, houve todo um cuidado posto no escrito histórico, evitando o simples relato dos dados colhidos. Dada a importância do fenómeno migratório para articular nas suas estruturas e conjunturas realidades demográficas e socioeconómicas, através de uma abordagem dos condicionalismos que a envolveram, procurámos dar uma visão temporal, ainda que parcial e ténue, e, simultaneamente, espacial da intensidade da emigração no concelho de Penacova.

Um estudo de investigação deve demarcar não só o seu objecto mas também o seu lugar. Há, obviamente, outros trabalhos relevantes para o estudo deste concelho. No entanto, a inexistência de trabalhos anteriores feitos sobre os nossos propósitos, a ligação afectiva a esta divisão territorial, a existência de fundos documentais de boa qualidade, digitalizados e disponíveis em linha e a descoberta do prazer pelo estudo da problemática da emigração, estiveram presentes na escolha e selecção do tema de investigação.

Num último momento da presente investigação, tivemos a percepção de que era fundamental compreender o discurso das autoridades governativas do Brasil, como fonte fundamentada para novas perspectivas da problematização em estudo.

Isto significa que propusemos compreender tal processo, através do intento de mostrarmos os contornos históricos do problema com base na difusão do ideário do Império do Brasil.

Norteadas em torno de cinco questões fundamentais, directamente ligadas ao movimento emigratório, a nossa investigação procurará dar resposta:

1. Como podemos contextualizar a emigração do concelho de Penacova no todo nacional?
2. Que relações existem entre a emigração e as vicissitudes económicas e sociais do concelho, no período em estudo?
3. Qual o perfil do emigrante penacovense?
4. Que características quantitativas e qualitativas nos apresenta este movimento populacional?
5. Como foram apresentadas as questões migratórias no discurso oficial das autoridades brasileiras?

1.4 - O quadro espaciotemporal

Enquadrada a nossa investigação na problemática, importa circunscrevê-la no espaço e no tempo.

Quanto à circunscrição espacial, optou-se pelo critério administrativo, adoptando o concelho como um quadro quantitativamente seguro, capaz de permitir à escala regional/local, conclusões que permitam analisar no seu conjunto este movimento, perspectivando em que termos a problemática da emigração legal, que nas últimas décadas da centúria de Oitocentos marcou Portugal, se contextualiza na área em estudo. Apesar de no período em análise, o concelho não apresentar um quadro fixo de freguesias, as suas repercussões não são inquinadoras de uma visão de conjunto, mais próxima da realidade quanto possível, contribuindo, desta forma, como pretendido, para uma imagem total do processo migratório português, meio para que possamos ter uma melhor compreensão da realidade portuguesa contemporânea.

Relativamente ao quadro temporal de referência, optámos pelas datas limite, 1870 e 1899, que apresentam a vantagem de possibilitarem a detecção da marcha evolutiva da emigração no concelho de Penacova. Por que optámos por estas datas e não por outras? Pela razão apontada, tomámos o ano de 1870 como ponto de partida, porque, e apesar de algumas acalmias relativas, a partir desta década, o volume emigratório português aumenta regularmente, fixando-se nos 17 milhares em 1872, roça os 20 milhares em 1883, alcança os 29 milhares em 1889, os 30 milhares em 1893 e os 44 milhares em 1895⁴⁵. Por sua vez, a data de 1899 foi escolhida por dois motivos. Em primeiro lugar, por questões de índole prática, o fim de um período de trinta anos. Em segundo lugar, como se encontra referenciado, permite-nos fornecer os ritmos e factores do processo de mobilidade da população a nível local e inseri-la, num esforço de comparação, a nível nacional.

1.5 - As fontes e seus problemas metodológicos

Da enorme massa documental disponível, e sem a possibilidade de abranger a totalidade dos testemunhos do passado, optámos como documento base para o presente estudo, pelos *Livros de Registos de Passaportes* depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC).

⁴⁵ SERRÃO – *A Emigração...* p. 33-34.

Base documental digitalizada e disponível no sítio web desta instituição, cuja legibilidade não chega a ser afectada, desde logo, pelas boas condições físicas dos livros, a pesquisa em linha, compatível com uma consulta e o tomar de notas numa sala de leitura *in loco*, permitiu o complementar a informação já recolhida, ao trazer novos elementos que nos possibilitaram a detecção de pequenos lapsos no levantamento da informação.

Dado o método de exploração de que foram objecto, apresentam-se como fonte privilegiada para quantificar a emigração legal, pela obrigatoriedade de no período em estudo, só o portador de passaporte ser detentor da possibilidade de sair do reino. Esta importante fonte administrativa, forneceu-nos dados que pelo seu carácter quantitativo, possibilita um tratamento estatístico, visto o possível cruzamento de dados e a confrontação de informações. Como se verifica, este núcleo documental permite uma imagem indispensável para o estudo deste fenómeno, com a finalidade de permitir a percepção do quadro que abrange a perda efectiva de população de ambos os sexos e de todas as idades, quais os seus fluxos geográficos de proveniência e quais os fenómenos internos aos movimentos migratórios que lhes estão associados - ligações familiares e de grupo, a natureza dos vínculos à partida (emigração livre, contratada), os fluxos profissionais, a partida de grupos, a sazonalidade do movimento, a remigração, entre outros⁴⁶.

Jorge Fernandes Alves esclarece que o potencial de informação do registo de passaporte aumenta quando os processos anexos, dispõem de documentação variada, desde certidões e declarações, contratos ou cartas de chamada, e, “(...) quando esta informação se torna susceptível de cruzamento com variáveis distintas destes processos, conglomerando em bases de dados os registos complementares, de que é exemplo o trabalho sobre reconstituição de paróquias desenvolvido entre nós por Norberta Amorim”⁴⁷.

Porém, importa analisá-la noutra perspectiva por não apresentarem a precisão desejada, pois, pode facilmente constatar-se que enquanto registo oficial, é bastante limitativa, pois não nos apresenta os casos de emigração clandestina⁴⁸ nem o quadro dos que sendo naturais do concelho solicitaram o requerimento de passaporte noutro Governo Civil. Importa acrescentar que nas informações apresentadas não se encontra uma distinção entre os indivíduos que fazem parte do movimento emigratório dos que decidiram fazer uma viagem de lazer e/ou de negócios. Depois, temos de admitir algum desmazelo por parte de quem

⁴⁶ Portugal. Arquivo da Universidade de Coimbra – *Migrações: populações em movimento no Distrito de Coimbra nos séculos XVII-XX*. Catálogo da exposição documental. Coimbra: AUC, 2009.

⁴⁷ In: Portugal. Arquivo da Universidade de Coimbra - *Migrações: populações em movimento...*

⁴⁸ Rui Cascão apresenta-nos a validade dos *Róis de Confessados* e dos *Recenseamentos Militares* como fontes possíveis para o estabelecimento de uma imagem mais completa do fenómeno emigratório, in: *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*, p. 50-51.

redigiu os registos. Importante é o facto de estes não permitirem detectar fraudes, que, com toda a certeza, terão existido.

Apesar de todas as contingências inerentes à documentação, como precaução, urge clarificar que “Não nos documentamos ao acaso, mas em função de uma investigação. Sem essa referência constante, corremos o risco de nos perdermos em falsas pistas ou em procedimentos de documentação totalmente inúteis”⁴⁹.

Paradoxalmente, estamos perante uma fonte simultaneamente rica e deficitária.

Para uma cobertura quanto possível do objecto de estudo, procedemos a uma longa e sistemática pesquisa em 43 livros, cujos registos se enquadram entre o número 236 no livro 2 e o número 1531 no livro 45. As informações arroladas são referenciadas de acordo com o formulário apresentado, no qual, o redactor o deveria de preencher com a mais completa informação relativa ao requerente. Desta forma, é relevante a existência de uma vasta informação sobre quem emigrava, como a data do pedido, a identificação do impetrante - nome, estado civil, profissão, filiação, naturalidade, freguesia e concelho -, local de destino, acompanhantes, documentos, a validade de saída do reino e um campo reservado ao registo de observações. É-nos igualmente apresentada a idade e um conjunto de sinais de natureza antropométrica⁵⁰ de quem partia e dos seus acompanhantes, tais como, altura, configuração do rosto, nariz e boca, tom de pele, cor do cabelo, sobrolhos e olhos e a evidência ou não de sinais particulares. A partir do livro 12, Abril de 1880, no campo reservado às observações, o redactor passou a dar resposta a um conjunto de questões relativas ao grau de instrução dos requerentes, se prestou fiança ao recrutamento militar, se já tinham ido ao Brasil, o tempo que por lá permaneceram, os locais de destino e a qualidade do trabalho desempenhado. No livro 24, Outubro de 1888, o rol de questões apresentadas foram simplificadas e apenas teria de ser feita menção ao grau de instrução do requerente, à sua situação militar, ao número de vezes que já foi ao Brasil e qual a causa da emigração. Em todo este processo, desapareceu a referência à naturalidade do requerente. A partir do livro 41, Abril de 1897, o redactor passou a referenciar a filiação do requerente e o porto de saída.

Equacionado o movimento emigratório como um processo global de sucessivo crescimento⁵¹, a sua incidência ao nível do distrito de Coimbra, também se fez sentir de forma mais intensa, a partir da década de 1870, podendo ser considerado como um dos principais

⁴⁹ ALBARELLO, Luc; [et. al.] - *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, p. 29-30.

⁵⁰ Não foram efectuados levantamentos de dados de natureza antropométrica por não serem relevantes para o nosso estudo.

⁵¹ SERRÃO – *A Emigração...*

problemas desta circunscrição administrativa⁵². Por isso, as autoridades administrativas sentiram a necessidade de tratar este problema, procurando analisar os condicionalismos que o envolveram. Daí, cremos que as sucessivas alterações ao formulário deste corpo documental tinham o propósito de pôr em evidência, os factores repulsivos que estariam na base deste processo. Fuga à miséria provocada por uma sobrepopulação ou por uma estagnação económica de um distrito cuja actividade principal era a agricultura entrecortada aqui e além por alguma actividade de cariz industrial marcadamente artesanal? Dever de zelo por parte das famílias em verem os seus jovens escapar à prestação do serviço militar? Desejo de promoção social através da ilusão do enriquecimento fácil? Uma fonte passível de nos ajudar a responder a estas perguntas são os relatórios do Governo Civil de Coimbra, dado, no essencial, apresentarem uma imagem desta circunscrição administrativa.

Não obstante a impossibilidade, por questões de natureza temporal e de logística, compulsar esta documentação, limitamo-nos a referenciar este testemunho, produto dos actos de governação.

Importa uma palavra para a pesquisa efectuada noutros núcleos documentais. É o caso da informação facultada pelos censos da população realizados no país a 1 de Janeiro de 1864 e 1878 e a 1 de Dezembro de 1890⁵³. Consideramos necessário referenciar a imprensa periódica regional de Coimbra, como *O Conimbricense*, fonte inesgotável do testemunho das manifestações dos homens, para ajudar à compreensão das circunstâncias relacionais existentes entre as condições de informação e transporte dos emigrantes e o negócio das substituições de militares.

No capítulo quatro, apresentamos o potencial das publicações oficiais do Estado brasileiro, neste caso, a *Guia do Emigrante para o Império do Brazil*, do Inspector Geral das Terras e Colonização, Tenente-Coronel Francisco de Barros e Accioli de Vasconcellos, publicado em 1884 no Rio de Janeiro, como uma fonte extremamente relevante do ponto de vista da História dos movimentos migratórios intercontinentais, por constituírem um espaço privilegiado de divulgação das práticas levadas a cabo pelo governo brasileiro, no sentido de solicitar imigrantes, em particular do continente europeu, tendo em vista substituir, e, por fim, terminar com a escravatura.

⁵² ROQUE, João Lourenço - *Classes populares no distrito de Coimbra no XIX (1830-1870). Contribuição para o seu estudo*, p. 571-589.

⁵³ Sobre a qualidade da informação disponibilizada, ver, NAZARETH – *Demografia...* p. 128-129.

No nosso esforço em tentarmos reconstruir a realidade histórica, procurando uma cobertura tão completa quanto possível, tivemos sempre presente a ideia que por mais que busquemos as fontes, nunca conseguiremos alicerçar um estudo em todas as fontes relevantes.

2 - O TEMPO E O TERRITÓRIO

No primeiro plano, campos de terra, onde pastam rebanhos, e sonha uma pastora, e onde árvores despidas bracejam aflitas em sua rudeza; eucaliptos em cerrada massa de veludo amortecido, erguem-se à esquerda; enquanto, descendo os campos em declive, um grupo de habitações, de um branco mate, ou de granitos patinados, fixa a atenção apoiada numa saliência. Para além, no fundo lampejam as águas metálicas de um rio que se farta à vista, e nos refresca de campinas baixas, onde assenta um disperso povoado. Logo a seguir, em grandes ondulações ásperas e rudes, ergue-se a encosta, cujos contrafortes, listrados em campos de socalcos, fecham entre si as fendas e os vales, (...).

Abel Salazar, O vale de Penacova de Eugénio Moreira, p. 8.

2.1 - Perfil do território: características gerais e algumas incidências

2.1.1 - As condições naturais e a actividade humana

Localizado no interior Este do distrito de Coimbra, o território do concelho de Penacova, tem uma rede hidrográfica de onde sobressai o rio Mondego, nascente na vertente setentrional da serra da Estrela, a 1525 metros de altitude, complementado na sua margem esquerda, por um dos seus principais afluentes, o rio Alva, igualmente nascido na serra da Estrela. A rede hidrográfica do concelho é completada com uma série de ribeiras que desembocam directamente ou indirectamente nestes cursos de água⁵⁴.

A zona estudada não possui grandes elevações, sendo caracterizada por colinas de pequena e média altitude e vales pouco acentuados, de formação xistosa, a qual, representa mais de metade da geologia do concelho, e onde apenas uma serra se destaca pela sua imponência, a serra do Roxo/Aveleira com 535 metros de altitude. A segunda formação rochosa do concelho, o quartzito, é visível numa das mais belas livrarias de Portugal, e por isso, justamente designada de Livraria do Mondego, que se situa Entre Penedos, a jusante da confluência do Mondego com o Alva. A par da dureza das rochas quartzíticas, é possível

⁵⁴ CORREIA, Fernando - Mondego – a génese e identidade, in: CORREIA, Fernando e FONSECA, Carlos - Penacova, o Mondego e a Lampreia, p. 70-82.

observar duas zonas geológicas importantes, compostas por calcários e margas do Jurássico, onde se podem recolher amostras de fósseis de belemnites e amonites; bem como, junto ao Casal de Santo Amaro, calcários recifais que estão na origem de uma tentativa de industrialização no concelho, a produção de cal⁵⁵.

De características mediterrânicas, embora com influências atlânticas, em virtude da relativa proximidade ao Atlântico, as condições gerais da circulação atmosférica, nomeadamente os ventos húmidos de Oeste, juntamente com o relevo, apresentam-nos uma característica climática marcada por temperaturas mais elevadas no mês de Agosto, enquanto as mais baixas ocorriam no primeiro mês do ano. Uma outra característica climática é a pluviosidade, em que as chuvas são mais abundantes e intensas no Inverno, escassas e de pouca intensidade no Verão. Assim, e de acordo com o esboço provisório das regiões climáticas em Portugal, proposto por Suzanne Daveau, a área em estudo enquadra-se numa unidade climática de subtipo marítimo de transição entre os de montanha e de fachada atlântica⁵⁶.

No que concerne aos solos, a sua composição predominantemente xistosa, e que por isso, os torna pobres e difíceis de trabalhar, é contrastada com as ínsuas fertilizadas pelas cheias invernosas do Mondego.

Por isso, directamente relacionada com os condicionalismos físicos está a repartição da população pelas actividades económicas.

Com uma economia marcadamente rural, a prática da agricultura também se operava nos terrenos mais carenciados através da alternância da exploração de espécies como o carvalho, sobreiro e castanheiro, que o concelho vê presentemente substituídas pelo pinheiro bravo e pelo eucalipto; e, a produção de algum azeite, algum vinho, alguma aguardente, alguns cereais, alguns produtos hortícolas e alguma fruta, praticada em pequenas ou pequeníssimas parcelas de terra que penosamente salpicam as vertentes dos montes⁵⁷. De entre a população vegetal explorada destacam-se os medronheiros, as estevas, as giestas, as urzes, os tojos e as carquejas⁵⁸.

⁵⁵ AZEVÊDO, José, CALLAPEZ, Pedro e PAREDES, Ricardo - Importância e historial, Geomorfologia e Estratigrafia e tectónica, in: CORREIA, Fernando e FONSECA, Carlos – *Penacova, o Mondego...* p. 94-116; e, FONSECA, Carlos, DUARTE, José António e FONTE, José da - *Penacova: um quadro natural*, p. 3-5. Sobre a indústria da cal, ver, MENDES, José Maria Amado - *A indústria de cal no concelho de Penacova – História e potencialidades*.

⁵⁶ Cit. por MEDEIROS, Carlos Alberto - *Geografia de Portugal – Ambiente Natural e Ocupação Humana – Uma Introdução*, p. 92-98.

⁵⁷ FONSECA, Carlos, DUARTE, José António e FONTE, José da – *Penacova: um quadro...* p. 3.

⁵⁸ FONSECA, Carlos, DUARTE, José António e FONTE, José da – *Penacova: um quadro...* p. 6.

A actividade agrícola, apesar de ser um dos pilares da economia do concelho, é de baixo rendimento, pois, para além da excessiva fragmentação da propriedade rural, é técnica e tecnologicamente pouco desenvolvida, policultural e de auto-abastecimento⁵⁹. Neste sentido, António Luiz de Sousa Henriques Sêcco nota que os habitantes da área administrativa correspondente ao extinto concelho de São Pedro de Alva, ora anexo, ora desanexo, como veremos, ao concelho de Penacova, complementavam o que extraíam da prática da agricultura com o comércio da aguardente, azeite, vinho, trigo, milho, bacalhau e linho, no qual, o rio tinha um papel chave na sua prática⁶⁰.

Pelo exposto, podemos dizer que apesar da complexidade dos factores que intervêm na distribuição da população, é de considerar que numa região marcadamente agrícola, o tipo de propriedade se vai reflectir no povoamento, pois, a uma excessiva fragmentação do solo, está associada uma área mais densamente povoada. Associada à prática da agricultura, encontramos o clima, nomeadamente, a distribuição da pluviosidade, dado as estiagens contribuírem para uma maior ou menor produção agrícola; assim como, o relevo, desde logo, condicionador da dimensão da propriedade agrícola e da pluviosidade enquanto recurso natural indispensável ao cultivo da terra.

Contornando, por isso, as condições do terreno e as dificuldades que se abatiam sobre uma produção agrícola manifestamente pouco rentável, a navegabilidade do Mondego⁶¹, surge como uma alternativa de subsistência para uma parte da população, nomeadamente das zonas à beira rio, através do transporte fluvial de mercadorias e passageiros. Desta forma, os portos da Raiva e da Foz do Alva, localizados no limite a partir do qual o rio deixa de ser navegável, constituíram-se como importantes plataformas logísticas, que desenvolviam não só actividades ligadas ao trânsito de produtos, mas também, a execução de tarefas relacionadas com o veículo de transporte, as barcas serranas⁶².

Quanto ao sector industrial, encontramos na produção manufactureira ou artesanal de palitos dos dentes, localizada no Lorrão, uma das principais actividades transformadoras do concelho, que, numa simbiose perfeita com a silvicultura, utilizava como matéria-prima

⁵⁹ VAQUINHAS, Irene Maria - *Violência, Justiça e Sociedade Rural – Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*, p. 22.

⁶⁰ In: *Memória Historico-Chorographica dos diversos concelhos do Districto Administrativo de Coimbra*, p. 59.

⁶¹ Para uma visão histórica da navegabilidade do rio Mondego, ver, SECO, Maria Adelina de Jesus Nogueira - *A região de Penacova e a navegação comercial no Mondego: subsídios para a história desta navegação*.

⁶² SECO – *A região de Penacova e a navegação...* p. 22 e MENDES – *A indústria de cal...* p. 5-7. Acerca do porto da Raiva, António Luiz de Sousa Henriques Sêcco afirma que dista “(...) de quatro grandes léguas de Coimbra, é o termo ordinário da navegação do Mondego, no Estio; pois que no Inverno, e em quanto há abundância de água, ela se estende até à Foz do Dão (...)”, in: *Memória Historico-Chorographica...* p. 59.

produzida nas margens do Mondego, a madeira de salgueiro branco⁶³. Em sentido inverso, encontramos a cultura do linho e a produção caseira da lã⁶⁴.

Com condições de subsistência muito duras, as gentes desta terra viram-se na necessidade de andarem em busca de actividades mais lucrativas ou de partir para novos destinos em busca de uma existência melhor.

2.1.2 - Limites e definição histórico-administrativas do espaço em análise

Depois do traçar de uma breve introdução geográfica da divisão territorial em estudo, no presente, iremos ensaiar os limites e definição do espaço em análise, marcado por uma quase completa ausência de ensaios que ilustrem uma leitura diacrónica globalizante e fidedigna, baseada em documentos originais, e menos fiel a interpretações fantasiosas, senão com a finalidade de dignificação do autor e a nobilitação da terra e das suas gentes.

Desta desfortuna local, tratam as linhas que se seguem.

Apesar do carácter enigmático das primeiras populações que habitaram a região, dada a falta de achados arqueológicos abundantes corroborada pela inexistência de pesquisas arqueológicas mais intensas, apenas documentamos, com certeza, a presença romana na região onde assenta hoje Penacova, através de uma lápide funerária romana, datada do século I, que se encontra na Igreja Matriz e que confirma “(...) a chegada da romanização e a ascendência céltica dos seus habitantes”⁶⁵. Aliás, a opinião mais corrente, acerca da raiz do topónimo *Penacova* aponta para a aglutinação dos elementos *pen*, vocábulo cantábrico da época da cultura castreja, que deu origem à palavra portuguesa *penha*, que significa monte escarpado e *cova*, que deriva do facto de a eminência rochosa se erguer de um vale profundo⁶⁶.

De facto, a excepcional posição geográfica onde está implantada era o bastante para que ali tivesse existido uma estrutura fortificada. Se, por um lado, autores islâmicos, dão

⁶³ Em exposição esclarecedora, António Luiz de Sousa Henriques Sêcco observa que “A indústria principal do concelho é a navegação do Mondego, a que se entrega grande parte dos seus naturais, conduzindo do centro da província para a Figueira da Foz, ou desta para aquele, particularmente estes géneros: - sal, milho, vinho, azeite, lenha, além de outros efeitos. Mas os moradores de Lorvão, homens, mulheres e crianças, são talvez o povo único do país, que se dedica à pequena indústria do fabrico dos palitos, e à sua exportação para as diversas cidades do Reino, donde passam mesmo aos mundos estranhos”, in: *Memoria Historico-Chorographica...* p. 112.

⁶⁴ MENDES, José Maria Amado - *A área económica de Coimbra – estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*.

⁶⁵ BORGES, Nelson Correia - *Novos Guias de Portugal 6: Coimbra e Região*, p. 226.

⁶⁶ BORGES – *Novos Guias de Portugal...* p. 226.

conta de na *Kura* de Coimbra existirem vários castelos, entre os quais, o de Penacova⁶⁷; por outro lado, encontramos investigadores que consideram que durante a Alta Idade Média, castros como o de Penacova, também conhecidos por castelos, forma diminutiva de *castrum*, se tornou comum para designar as fortalezas da Reconquista⁶⁸.

Seja o que for que tenha existido no alto do penhasco, a população viveria, com a certeza, em condições de extrema rudeza, circunstância que lhes aumentava os laços de solidariedade e de união, vínculo gerador de uma consciência colectiva, encontrada na região de Entre Douro e Mondego, em que as comunidades locais organizavam a sua vida económica e defendiam os seus interesses face a outras comunidades vizinhas⁶⁹. Encontramo-nos perante o *concilium*.

De competência limitada e sem personalidade jurídica, o *concilium*, é a primeira manifestação, ainda que rudimentar, do poder local⁷⁰. Temos conhecimento da sua existência quando por razões de justiça ou de transferência de propriedade, as comunidades rurais entravam em contacto com os detentores do poder, como ocorreu em 956, quando “ (...) os homens de Alquinitia e Vila Cova (c. Penacova) procederam à delimitação dos seus termos na presença do conde Ximeno Dias⁷¹.” Estamos perante o embrião de uma organização pré-concelhia que vai dar origem ao território em que se desenvolve o presente estudo.

Sem qualquer margem de erro, a importância estratégica de Penacova, de controlo da linha do Mondego com tropas fiéis, quer face aos muçulmanos, quer face aos cristãos leoneses, assim como, a tentativa de atrair gentes para o povoamento desta região, levará a que D. Sancho I lhe outorgue carta de foro em Dezembro de 1192, através da larga concessão de isenções e privilégios⁷². É o nascimento de uma nova malha concelhia, junto à margem direita do Mondego.

No último dia do ano de 1513, aquando da reforma dos forais levada a cabo por D. Manuel I, a vila recebe nova carta⁷³.

Em 1572, data do *Numeramento* ou *Cadastró Geral do Reino*, realizado no reinado de D. João III, é apresentada a delimitação do concelho, que “(...) tem de termo pera parte da vila d’Ovoa, que he da comarca da Beira, duas legoas de termo; e pera a parte da vila da

⁶⁷ MARQUES, A. H. Oliveira - O Portugal Islâmico, in: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal: Portugal, das Invasões Germânicas à Reconquista*, p. 194.

⁶⁸ BEIRANTE, Maria Ângela - A Reconquista Cristã, in: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal: Portugal, das Invasões Germânicas à Reconquista*, p. 268-273.

⁶⁹ BEIRANTE – A Reconquista Cristã... p. 289.

⁷⁰ BEIRANTE – A Reconquista Cristã... p. 289.

⁷¹ BEIRANTE – A Reconquista Cristã... p. 289.

⁷² MARQUES, Maria Alegria Fernandes - *Os forais de Penacova*, p. 19.

⁷³ MARQUES – *Os forais*... p. 5.

Lousã, que he da comarca da Beira, tem duas legoas de termo; e pera a parte da vila de Ponbeiro, que he da comarca da Beira, tem outras duas legoas de termo; e pera a parte de Coimbra tem mea legoa de termo; e pera a vila de Carvalho tem mea legoa de termo⁷⁴.” A delimitação referenciada, abrangia então lugares das actuais freguesias de Arrifana, Santo André e São Miguel, do actual concelho de Poiães, e ainda a de Almage, do actual concelho de Mortágua. Por comparação com o concelho actual, não se encontram anexadas as freguesias de Carvalho, Lervão, Sazes do Lervão e São Paio do Mondego⁷⁵.

Confrontados com a impossibilidade de compulsarmos toda a documentação que nos transmita a profunda mudança ocorrida na divisão administrativa de Penacova, podemos adiantar, de forma não exaustiva, e de acordo com o *Atlas de Cartografia Histórica*⁷⁶:

A - Nas *Memórias Paroquiais* de 1758, identificamos as freguesias de Penacova, Almage, Farinha Podre, actualmente São Pedro de Alva, Friúmes, Oliveira do Cunhado, actualmente Oliveira do Mondego, Paradela, Poiães e Travanca, actualmente Travanca do Mondego como enquadradas no concelho de Penacova;

B - A divisão administrativa de 1834 não traz alterações às freguesias que se encontravam incorporadas neste concelho, constituído pelas freguesias de Penacova, Almage, Farinha Podre, Oliveira do Cunhado, Paradela, Poiães (Santo André) e Travanca;

C - O *Recenseamento da População Portuguesa* de 1849 não apresenta alterações à geografia concelhia proposta na divisão administrativa de 1842, pois, verificamos que este é composto pelas freguesias de Penacova, Carvalho, Figueira de Lervão, Lervão e Sazes do Lervão.

Tendo em consideração a Lei de 24 de Outubro de 1855, a freguesia de Friúmes é desanexada do concelho de Santo André de Poiães e assume-se como parte integrante do concelho de Penacova.

A partir desta data, as freguesias de Carvalho, Figueira de Lervão, Friúmes, Lervão, Oliveira do Mondego, Penacova e Sazes do Lervão passaram a constituir, permanentemente, a fisionomia do concelho.

Porém, durante o período em análise, a sua extensão física foi variável, em virtude das constantes anexações e desanexações de freguesias, resultante das sucessivas reformas administrativas operadas na segunda metade do século XIX. Podemos caracterizar e fasear, do seguinte modo:

⁷⁴ MARQUES – *Os forais...* p. 48-49.

⁷⁵ MARQUES – *Os forais...* p. 49.

⁷⁶ <http://www.fcsh.unl.pt/atlas2005/> [Consult. 25 Jan. 2014].

A - A freguesia de São Pedro de Farinha Podre (São Pedro de Alva), sede de concelho criado pelo Decreto de 6 de Novembro de 1836⁷⁷ e extinto em 31 de Dezembro de 1853, esteve anexada ao concelho de Tábua até 24 de Outubro de 1855, mudando-se para o de Penacova nesta data. Em 7 de Setembro de 1895, foi anexa ao concelho de Tábua, e, a 13 de Janeiro de 1898, foi novamente incorporada no concelho de Penacova.

B - A freguesia de Travanca do Mondego, pertencente ao extinto concelho de São Pedro da Farinha Podre, foi incorporada a 31 de Dezembro de 1853, no concelho de Tábua. A 24 de Outubro de 1855, foi integrada no concelho de Penacova, reintegrando, novamente, o concelho de Tábua em 7 de Setembro de 1895. A 13 de Janeiro de 1898 passou definitivamente para o concelho de Penacova.

C - Em 13 de Janeiro de 1898, as freguesias de São Sebastião da Paradela, actualmente Paradela, e São Paio da Farinha Podre, actualmente São Paio do Mondego, pertencas do extinto concelho de São Pedro da Farinha Podre foram desanexadas a 13 de Janeiro de 1898 do concelho de Tábua, tendo sido incorporadas no concelho de Penacova.

D - No dia 7 de Setembro de 1895 as freguesias de Santa Maria da Arrifana e de São José das Lavegadas, pertencas ao concelho de Poiares, foram incorporadas no concelho de Penacova, por extinção do primeiro. A 13 de Janeiro de 1898, com a restauração do concelho de Poiares, estas freguesias foram novamente incorporadas neste município.

Depois de identificados os microcosmos administrativos do presente estudo, urge a necessidade de delinear os ritmos e as tendências de evolução da população na área estudada, as suas dinâmicas de crescimento ou de regressão.

Importa salientar o facto de as permanências e mudanças ora apontadas, em última análise, não são impeditivas da análise evolutiva do fenómeno em estudo, nas suas dimensões, quantitativa e qualitativa, pelos lapsos temporais relativamente curtos, numa área em estudo onde se verifica uma tendência evolutiva do movimento emigratório operado no sentido ascendente.

Para o período entre 1870 e 1899, optámos pela utilização preferencial da informação estatística compilada em fontes como os censos da população de 1864, 1878 e 1890, que, apenas nos fornecem uma visão parcelar das suas características demográficas, em virtude de os dados publicados apenas se referirem às freguesias anexas ao concelho à data da sua realização.

⁷⁷ SÊCCO - *Memória Historico-Chorographica...* p. 58.

Servimo-nos do censo da população de 1864 que apesar de não se encontrar inserido na baliza cronológica traçada, os dados fornecidos permitem-nos captar o ritmo e a evolução do movimento natural da população. Importa esclarecer que outras fontes poderiam ter sido usadas, ainda que de forma cautelosa, para nos darem uma imagem aproximada do quadro da evolução geral dos ritmos e tendências da população, ao evidenciar, por exemplo, variáveis demográficas como a natalidade e mortalidade, o saldo fisiológico e o crescimento efectivo. Referimo-nos aos *Registos Paroquiais* de casamento e de óbito, aos *Róis de Confessados* e aos *Recenseamentos Militares*. Quanto a estas fontes, seria fastidioso estar a analisar o seu conteúdo. No entanto, é importante salientar o seu papel para o estudo do movimento da população. No seguimento desta ideia, os *Registos Paroquiais* transmitem uma imagem aproximada da área geográfica de onde são originários os nubentes que casam numa determinada paróquia. Porém, podem ignorar as pessoas celibatárias que aí se instalam, nomeadamente as que se dedicam a tarefas a nível doméstico, assim como, aquelas que se unem fora da paróquia e nela se estabelecem com a família já total ou parcialmente constituída⁷⁸. Quanto aos *Róis de Confessados*, a sua validade reside no facto de permitir “(...) uma tentativa de correlação entre a origem geográfica dos indivíduos e o respectivo estatuto socioprofissional”⁷⁹ e mencionam, quase sempre, os ausentes de ambos os sexos, as idades e para onde se deslocaram⁸⁰. Por sua vez, os *Recenseamentos Militares*, fornecem o paradeiro dos recrutas. No entanto, nem sempre a informação apresentada tem a validade desejada, isto porque, apresenta muitas omissões quanto ao destino dos recrutas, por exemplo, aparecem repetições de uns anos para os outros e apresenta a inclusão de indivíduos desaparecidos⁸¹.

Como se distribui o Homem pelo espaço concelhio?

Partindo dos dados disponíveis sobre o conjunto da população de Penacova, à data da realização dos censos da população, podemos verificar pelo aumento da população. O censo realizado a 1 de Janeiro de 1864, aponta para a sede do concelho, 2 728 habitantes, e, para o total do concelho, 13 840 habitantes. Por sua vez, o censo realizado a 1 de Janeiro de 1878, indica para a sede do concelho, 3 056 habitantes, e, para o todo concelhio, 14 805 habitantes. Por último, verificamos que no terceiro censo da população realizado a 1 de Dezembro de 1890, a sede de concelho tem um total de 3 264 habitantes, e, para o conjunto do concelho, 15 918 habitantes (Quadro 1).

⁷⁸ CASCÃO – *Permanência e mudança em duas comunidades...* p. 44.

⁷⁹ CASCÃO – *Permanência e mudança em duas comunidades...* p. 47.

⁸⁰ CASCÃO – *Permanência e mudança em duas comunidades...* p. 50.

⁸¹ CASCÃO – *Permanência e mudança em duas comunidades...* p. 50-51.

Com efeito, de uma população de 13 840 habitantes passou-se para um total de 15 918 habitantes, o que representa um acréscimo populacional de 2 078 indivíduos.

Quadro 1 - Evolução demográfica (1864, 1878 e 1890)

Freguesias	1 Jan. 1864	1 Jan. 1878	1 Dez. 1890
Carvalho	1 420	1 481	1 538
Figueira de Lorvão	1 716	1 754	1 914
Friúmes	1 003	1 053	1 146
Lorvão	2 453	2 664	3 220
Oliveira do Mondego	909	975	991
Penacova	2 728	3 056	3 264
São Pedro de Alva	2 178	2 399	2 422
Sazes do Lorvão	862	815	891
Travanca do Mondego	571	608	532
Total global	13 840	14 805	15 918

Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1864*, p. 95-96; *Censo da População do Reino de Portugal de 1878*, p. 135-136; e, *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 120. Vol. I.

Genericamente positiva, apresentando, porém, uma população geograficamente assimétrica, pode afirmar-se que grande parte das freguesias, foram responsáveis pelo crescimento demográfico durante o período em análise. A exceção pode ser feita ao movimento natural da população da freguesia de Travanca do Mondego, na qual se assiste a um crescimento negativo da população, apesar do sinal positivo demonstrado entre os anos 1864 e 1878. Por sua vez, na área correspondente à freguesia de Sazes do Lorvão, é visível um decréscimo populacional entre 1864 e 1878, para, se verificar uma fase de crescimento entre 1878 e 1890, que, em 1890 atinge valores superiores de 1864.

Um dado que consideramos essencial para a compreensão das características da população deste concelho é a distribuição do número de habitantes por fogo (Quadro 2).

Quadro 2 - Distribuição de habitantes por fogo (1878 e 1890)

Freguesias	1878			1890		
	Fogos	População	Média	Fogos	População	Média
Carvalho	372	1 481	3,9	415	1 538	3,7

(continua na página seguinte)

Freguesias	1878			1890		
	Fogos	População	Média	Fogos	População	Média
Figueira de Lorvão	441	1 754	3,9	471	1 914	4
Friúmes	274	1 053	3,8	297	1 146	3,8
Lorvão	667	2 664	3,9	847	3 220	3,8
Oliveira do Mondego	257	975	3,7	272	991	3,6
Penacova	775	3 056	3,9	888	3 264	3,6
São Pedro de Alva	572	2 399	4,1	557	2 422	4,3
Sazes do Lorvão	194	815	4,2	200	891	4,4
Travanca do Mondego	153	608	3,9	140	532	3,8
Total global	3 705	14 805	3,9	4 087	15 918	3,8

Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1878*, p. 135-136, e, *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 120-121. Vol. I.

Em 1878, este concelho possuía 3 705 fogos para um universo de 14 805 habitantes. Em 1890, observamos 4 087 fogos num total de 15 918 habitantes. Para um conhecimento mais aprofundado da composição quantitativa dos fogos, apresentamos a média do número de habitantes por fogo. Comparando os valores apresentados, verificamos que em 1878 a média total do número de habitantes por fogo cifrava-se em 3,9. No cômputo geral das freguesias, os fogos tinham uma média de habitantes que variava entre os 3,7 em Oliveira do Mondego e os 4,2 em Sazes do Lorvão. Para o ano de 1890, a média total do número de habitantes por fogo é de 3,8. No cômputo geral das freguesias, os fogos tinham uma média de habitantes que variava entre os 3,6 de Oliveira do Mondego e de Penacova e os 4,4 de Sazes do Lorvão.

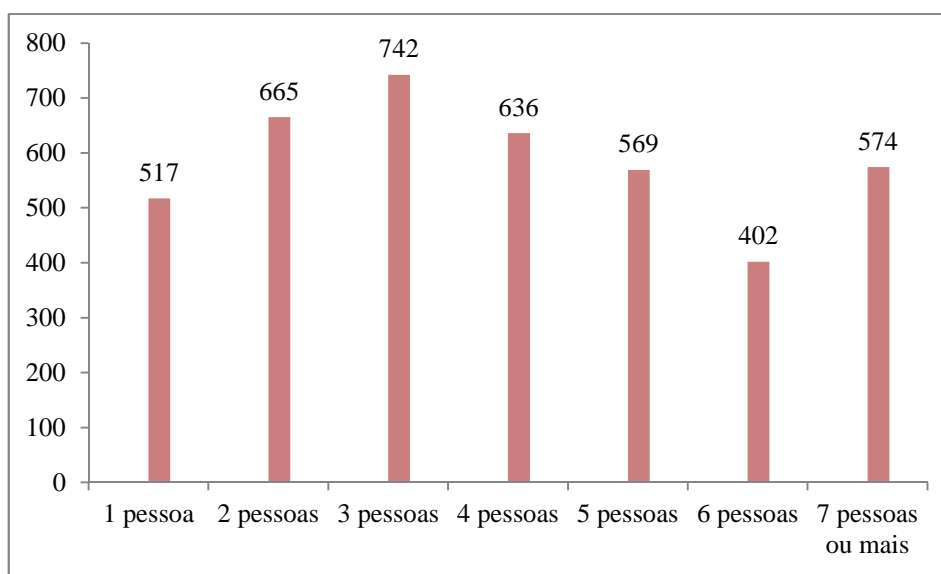
Ao relacionarmos o número médio de habitantes por cada fogo com o indicador a nível nacional, verificamos que em 1890, a média de Penacova, 3,8, se apresenta inferior à média nacional, cifrada em 4,05⁸².

É, igualmente interessante, conhecermos a composição do agregado familiar em 1890. Apresentado no gráfico 1, são relevantes os núcleos de três, duas e quatro pessoas, que representam 18,07%, 16,19% e 15,44% do total, respectivamente, assim como o número de agregados familiares com sete ou mais pessoas e seis pessoas, que representam 13,98% e 9,79% do total, respectivamente. A existência de famílias com um elevado número de indivíduos pode indicar uma elevada taxa de natalidade, como se pode observar no gráfico 2, dedicado à distribuição da população por grupo de idades. Porém, o elevado número de famílias compostas por uma única pessoa é próximo do número de pessoas na faixa etária acima dos 70 anos, 322 homens e 341 mulheres, pode ser revelador de estarmos perante uma

⁸² *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. CI. Vol. I.

elevada esperança média de vida ou de almas que vivem sós por motivo de os seus familiares mais directos se encontram vítimas dos movimentos migratórios internos ou de migrações internacionais.

Gráfico 1 - Número e composição de famílias do concelho de Penacova (1890)



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 244. Vol. III.

Resumindo, podemos constatar que estamos perante um concelho onde o ritmo de desenvolvimento populacional não acompanha o do resto do país, apesar de se encontrar num estado de sobrepovoamento, devido às suas condições naturais não conseguirem dar resposta às necessidades das pessoas⁸³.

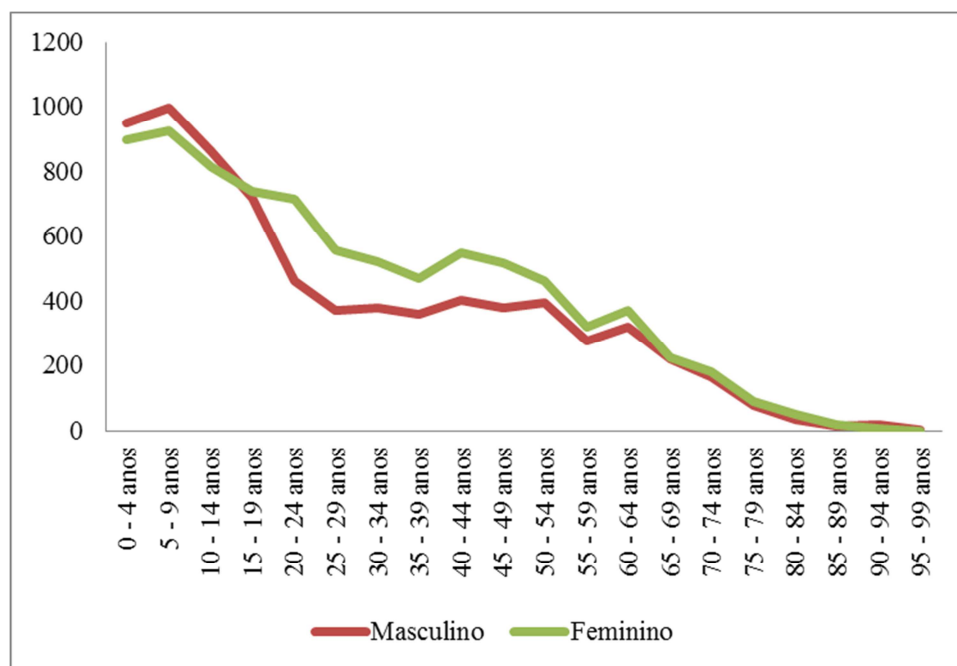
Quanto à estrutura etária da população os dados disponíveis são igualmente importantes.

Ao analisarmos a distribuição da população por grupo de idades (Gráfico 2) verificamos que existe um elevado número de indivíduos nas primeiras faixas etárias, indiciador de uma elevada taxa de natalidade, que, vai tendo uma regressão gradual a partir dos 9 anos de idade. No sexo masculino, verifica-se que é na passagem da faixa etária dos 15-19 anos para os 20-24 anos que encontramos a maior retracção, traduzida por uma passagem de 720 para 462 indivíduos. No sexo feminino, essas alterações ocorrem um pouco mais tarde, na passagem da faixa dos 20-24 anos para os 25-29 anos, com uma contracção de 716 para 558 almas. Merece ainda reparo, a constância da relação de elementos, nos sexos masculino e

⁸³ VAQUINHAS – *Violência, Justiça e Sociedade Rural...* p. 57-61.

feminino, entre os 25 e os 54 anos. A partir desta faixa, ocorre uma quebra gradual e progressiva da população, à excepção do grupo dos 60-64 anos, em que se nota uma ligeira emergência nos grupos masculino e feminino.

Gráfico 2 - Grupo de idades no concelho de Penacova (1890)



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 129. Vol. II.

Através do quadro 3, podemos observar a distribuição dos 15 918 habitantes, em 1890, quanto ao sexo e estado civil.

Com os dados apresentados, verificamos que 7 423 (46,63%) habitantes eram do sexo masculino e 8 495 (53,36%) eram do sexo feminino, pelo que concluímos que a população de facto era maioritariamente feminina.

No que concerne ao estado civil, 60,27% (9 594) eram solteiros, 33,63% (5 354) casados e 6,09% (970) viúvos.

Quadro 3 – Estado civil da população por freguesias (1890)

Freguesias	Estado civil					
	Solteiros		Casados		Viúvos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Carvalho	469	480	233	257	31	68

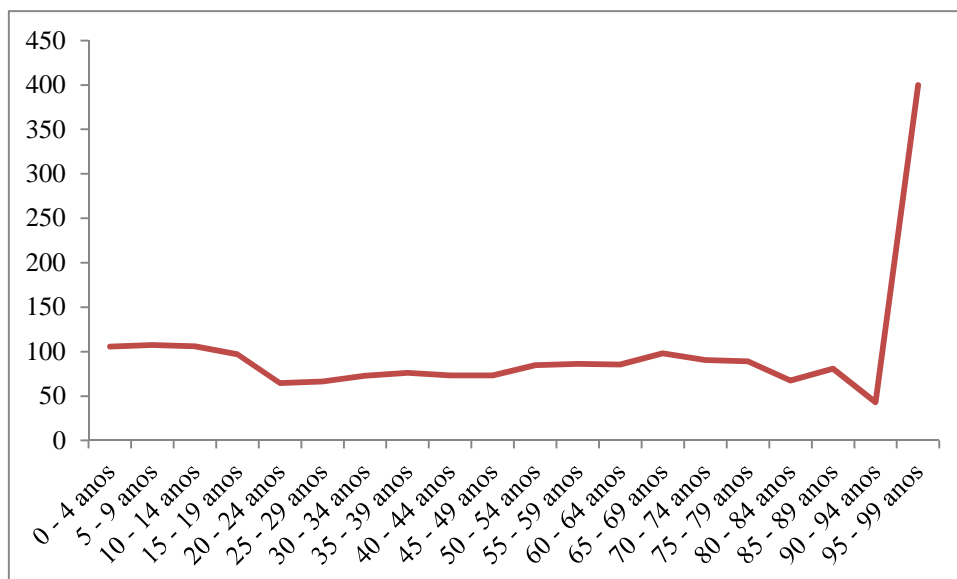
(continua na página seguinte)

Freguesias	Estado civil					
	Solteiros		Casados		Viúvos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Figueira de Lorvão	544	535	361	367	35	72
Friúmes	329	356	183	203	28	47
Lorvão	942	938	575	592	61	112
Oliveira do Mondego	258	358	130	172	17	56
Penacova	932	1 030	508	579	61	154
São Pedro de Alva	716	851	326	392	41	96
Sazes do Lorvão	238	276	156	159	21	41
Travanca do Mondego	152	190	63	98	13	16
Total global	4 580	5 014	2 535	2 819	308	662

Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 120-121. Vol. I.

Quanto à mobilidade da população, podemos verificar através da análise à relação de masculinidade (Gráfico 3), a existência de algumas flutuações em grupos de idades que pelas suas características, como a sua juventude, poderão estar mais sujeitos a deslocações populacionais, internas ou intercontinentais.

Gráfico 3 - Relações de masculinidade no concelho de Penacova (1890)



Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 129. Vol. II.

Falamos da contracção do índice de masculinidade nas faixas etárias que se situam entre os 19 anos e os 49 anos, havendo um maior retraimento no grupo entre os 15 anos e os 24 anos. Para a faixa entre os 20-24 anos, a relação de masculinidade atinge os valores mais baixos, 64,52%, isto é, 462 homens para um universo de 716 mulheres.

No que diz respeito à classificação profissional da população efectivamente residente no concelho, os dados do censo de 1890 indicam que impera a actividade designada por trabalhos agrícolas, com 57,26% da população, ou seja, 9 116 habitantes (Quadro 4). Apesar de a agricultura ser o mais importante pilar da economia do concelho, tradutor da sua ruralidade, segue-se, por ordem de importância, o sector da indústria, com 26,55% da população, ou seja, 4 227 habitantes. Importa esclarecer que esta designação é aplicada a profissionais de características marcadamente artesanais, tanto mais que o fabrico de palitos dos dentes, era a principal actividade transformadora do concelho. A par desta, temos o sector da serração de madeira⁸⁴ e construção e manutenção da barca serrana, isto porque, a riqueza florestal do concelho permitia não só o desenvolvimento de actividades ligadas ao trato da madeira, mas também, das actividades ligadas à construção e manutenção da barca serrana, meio de transporte que sulcava as águas do Mondego, na prática de um tráfego fluvial regional e inter-regional. O tráfego fluvial que se fazia sentir pode ser traduzido no desempenho de actividades ligadas aos transportes e ao comércio com 5,32% e 3,06% da população, ou seja, 847 habitantes e 488 habitantes, respectivamente. De acordo com o censo, importa ainda referenciar 502 trabalhadores domésticos e 515 improdutivos ou com profissão desconhecida.

Quadro 4 - Actividades profissionais no concelho de Penacova (1890)

Profissões	Total geral	% geral
Trabalhos agrícolas	9 116	57,26
Pesca e caça	-	-
Extracção mineira	-	-
Indústria	4 227	26,55
Transportes	847	5,32
Comércio	488	3,06
Força pública	15	0,09
Administração pública	59	0,37

(continua na página seguinte)

⁸⁴ MENDES – *A área económica de Coimbra...* p. 217-227.

Profissões	Total geral	% geral
Profissões liberais	149	0,93
Vivendo dos rendimentos	-	-
Trabalhos domésticos	502	3,15
Improdutivos	515	3,23
População de facto	15 918	100

Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 80. Vol. III.

Outro dado que julgamos essencial para a compreensão da população de Penacova é a referência que o *Censo da População do Reino de Portugal de 1890* faz aos estrangeiros. À data da sua realização, encontravam-se 10 estrangeiros de nacionalidade brasileira, presentes no concelho, 4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Oliveira do Mondego contava com 5 desses registos, Penacova, 4 e Friúmes, 1⁸⁵.

Por último, importa uma alusão ao grau de instrução dos penacovens. No quadro 5, denotamos o baixo nível de instrução da maior parte da população em 1878 e 1890. De acordo com o censo de 1878, cerca de 91,9% da população, num total de 14 505 almas era analfabeta, atingindo 40% entre os homens e 51,9% entre as mulheres. Em 1890 o nível de analfabetismo manteve-se bastante elevado, com uma taxa a rondar os 86,5% da população num universo de 15 918 almas, atingindo 34,8% entre os homens e 51,6% entre as mulheres. Apesar dos progressos registados no recuo do analfabetismo, estes são pouco expressivos.

Quadro 5 - Grau de instrução da população do concelho de Penacova (1878 e 1890)

Censos	Analfabetos		Sabe ler		Sabe ler e escrever	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1 Jan. 1878	5 812	7 529	211	52	1 043	158
%	40,06	51,9	1,45	0,35	7,19	1,08
% global	91,97		1,81		8,27	
1 Dez. 1890	5 554	8 223	198	37	1 671	235
%	34,89	51,65	1,24	0,23	10,49	1,47
% global	86,54		1,47		11,97	

Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1878*, p. 135-136 e *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 120-121. Vol. I.

⁸⁵ *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 120-121 e p. 282. Vol. I.

Se virmos em particular o grau de instrução da população por freguesias (Quadro 6), o território concelhio não exhibe grandes contrastes no grau de instrução, evidenciando a transversalidade do analfabetismo em todas as freguesias.

Em termos de localização dos fregueses com grau de instrução – saber ler e escrever –, verificamos que 304 residem em Penacova, 295 habitam em Lorvão, 293 moram em São Pedro de Alva e 218 são de Figueira de Lorvão.

Nos indicadores mostrados devemos em consideração que a expressividade do nível de instrução está directamente relacionado com os valores de população de facto (Quadro 1) que cada freguesia apresenta.

Quadro 6 - Grau de instrução da população por freguesias (1890)

Freguesias	Analfabetos		Sabe ler		Sabe ler e escrever	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Carvalho	598	794	7	2	128	9
Figueira de Lorvão	655	935	69	6	216	33
Friúmes	393	595	9	1	138	10
Lorvão	1 244	1 625	39	1	295	16
Oliveira do Mondego	305	562	1	1	99	23
Penacova	1 161	1 663	36	14	304	86
São Pedro de Alva	790	1 298	-	-	293	41
Sazes do Lorvão	250	456	35	7	130	13
Travanca do Mondego	158	295	2	5	68	4
Total global	5 554	8 223	198	37	1 671	235

Fonte: *Censo da População do Reino de Portugal de 1890*, p. 120-121. Vol. I.

Nesta proposta de estudo, em que procuramos visionar o fenómeno da emigração no concelho de Penacova, no período compreendido entre 1870 e 1899, apresentámos um conjunto de dados que consideramos relevantes para a compreensão do movimento emigratório.

Ao traçarmos o perfil do território em que se desenvolve o nosso estudo, através da definição do quadro espacial, da esquematização da sua evolução administrativa, do sumariar do tecido social e económico e da análise à dinâmica das populações, procurámos elaborar uma síntese, aliciante e sugestiva, alicerçada em pesquisas incompletas e parcelares, limitadas em função do campo e objecto de estudo, e, da documentação que compulsámos, ainda que de forma não exaustiva, que nos sirva de ponto de partida para melhor compreender os factores

sociais e económicos, de natureza interna e externa⁸⁶, que poderão estar por detrás da dinâmica do movimento migratório.

Em resumo, o elevado número de população activa circunscrita à prática da subsistência no sector primário, num concelho estagnado economicamente, propiciador de duras condições de vida e de ausência de melhores perspectivas de vida, mas também, a ambição e o desejo de promoção, assim como, a pressão a que os mais jovens estavam sujeitos, vindas do meio social e familiar têm quase sempre uma relação directa ou indirecta com a emigração.

⁸⁶ NAZARETH – *Demografia...* p. 253.

3 – PERFIS DOS EMIGRANTES PENACOVENSES

Desenvolve-se cada vez mais a emigração para o Brasil. Chegam frequentemente a Coimbra numerosos ranchos de emigrantes. Famílias inteiras sobem pela Rua Martins de Carvalho, para irem ao governo civil buscar os passaportes. Parecem romarias, mostrando-se todos muito esperançados em irem melhorar de fortuna. (...)

CARVALHO, Joaquim Martins de – Emigração. *O Conimbricense*. (7 Dez. 1894) 1.

Devidamente equacionada a emigração legal no primeiro capítulo, o objectivo do presente é algo ambicioso dado que pretendemos lançar o olhar sobre o perfil do emigrante penacovense, procurando tratar a incidência deste drama com o recurso da recolha integral dos dados evidenciada nos registos de passaportes.

Pretendemos caracterizar a população emigrante ao delinear os destinos externos, as razões subjacentes à sua partida e da ocupação profissional desempenhada, decorrente do sexo, idade e alfabetização. Procuraremos, ao mesmo tempo, conhecer da sua distribuição tendo em conta a freguesia de partida e a amplitude da emigração individual e/ou familiar.

Ao nos debruçarmos sobre a emigração penacovense, importa começar por considerar a sua comparação com o todo nacional.

Para a sua concretização, foram recolhidos dados de 2 992 registos de indivíduos naturais e/ou residentes no concelho de Penacova que solicitaram passaporte no Governo Civil de Coimbra e que representam um universo de 3 447 pessoas (Quadro 7).

Quadro 7 - Emigração - Portugal Continental e Penacova (1870-1899)

Anos	Continente	Penacova	P/C%	Anos	Continente	Penacova	P/C%
1870	7 310	10	0,13	1885	10 337	75	0,72
1871	10 388	21	0,19	1886	9 207	55	0,59
1872	14 814	38	0,26	1887	13 206	132	0,99
1873	10 083	47	0,46	1888	16 475	182	1,1
1874	11 849	5	0,04	1889	15 592	102	0,65
1875	12 978	78	0,6	1890	21 863	153	0,69
1876	9 257	68	0,73	1891	26 140	229	0,87
1877	8 362	71	0,84	1892	16 297	149	0,91

(continua na página seguinte)

Anos	Continente	Penacova	P/C%	Anos	Continente	Penacova	P/C%
1878	7 603	58	0,77	1893	23 931	237	0,99
1879	9 298	21	0,22	1894	25 129	237	0,94
1880	9 227	53	0,57	1895	36 553	349	0,95
1881	10 286	59	0,57	1896	22 100	137	0,61
1882	12 212	165	1,35	1897	17 533	127	0,72
1883	11 860	136	1,14	1898	20 791	207	0,99
1884	11 332	51	0,45	1899	14 282	195	1,36

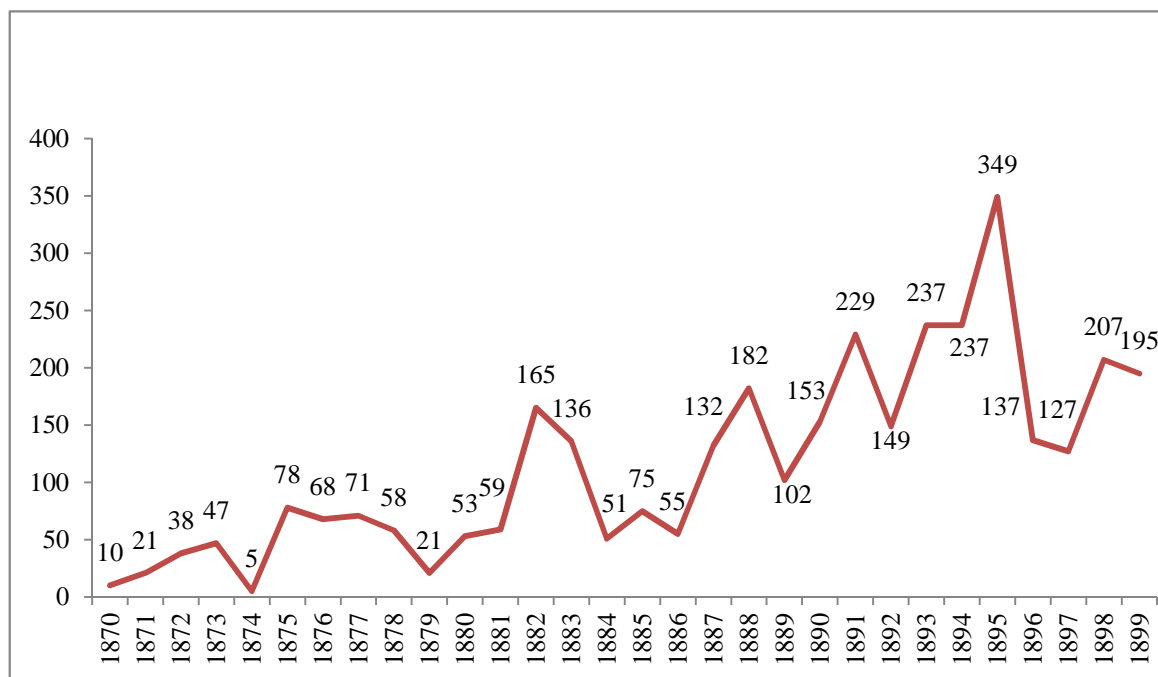
Fonte: Leite – Emigração portuguesa... p. 478 (Continente) e *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

No período em estudo, verificamos que enquanto no todo continental, a emigração manifesta uma expressão quantitativa bastante acentuada, o fluxo de penacovensens saídos da sua terra natal que partiram em direcção à concretização de um sonho, apresenta ritmos oscilatórios diferenciados que procuram acompanhar a evolução no espaço nacional, não se apresentando, no entanto, significativo o seu contributo na manutenção do movimento no seu todo.

É de referir que de 1870 a 1899 saíram do país, segundo os números apresentados, 446 295 portugueses. No período considerado, a corrente emigratória em Penacova, assume segundo os dados disponíveis, 3 447 penacovensens. Este valor corresponde a cerca de 0,77% do total de emigrantes do Continente.

Fenómeno de proporções variáveis, a corrente emigratória assume maior importância entre 1886 e 1895. A primeira observação que nos surge é facilmente visível através dos dados apresentados no gráfico 4. Os anos de maior dinamismo, embora com algumas flutuações, se situam entre 1887 e 1899, atingindo o pico de grandeza em 1895 com 349 indivíduos. A par desta fase, é importante referenciar que os anos de 1882 e 1883 se revestem de grande vitalidade com 165 indivíduos e 136 indivíduos, respectivamente, seguidos, de um período de afrouxamento, entre 1884 e 1886. Por sua vez, entre os anos de 1870 e 1881, o fluxo emigratório atinge o seu pico de grandeza em 1875 com 78 indivíduos, tendo o seu valor permanecido homogéneo até 1881, excepto em 1879 com 21 indivíduos, atingindo o mínimo em 1874 com 5 indivíduos.

Gráfico 4 - Fluxo anual de emigração do concelho de Penacova - total de registos (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Ao não adoptarmos uma atitude passiva perante a saída das populações da unidade espacial em estudo para um país diferente, procurámos, com os dados disponíveis, ter uma imagem mais aproximada, ainda que não corresponda na íntegra à realidade da especificidade do movimento emigratório em Penacova.

Deste modo, cruzámos informações. Com os valores apresentados para a população de facto do concelho, nos censos gerais da população do reino de Portugal, foi possível calcular a taxa bruta de emigração (TBE), ou seja, o número total de emigrantes para o período determinado, neste caso, entre 1878 e 1890, no qual, o quadro de freguesias da área administrativa em estudo se manteve fixo.

Assim:

População 1878 = 14 805

População 1890 = 15 918

Emigrantes 1878-1890 = 1 242

Temos:

$$TBE = (1\,242 / 12) [(14\,805 + 15\,918) / 2] \times 1\,000 = 6,73 \text{ por mil}$$

Sob o ponto de vista da representatividade desta corrente emigratória regional no conjunto da emigração continental, o valor apresentado permite-nos confirmar que a

emigração penacovense não atingia proporções elevadas no contexto do fluxo emigratório no espaço continental.

Outra perspectiva a que nos propusemos analisar é a relação entre o número de habitantes e a superfície do território (Quadro 8). Os números apresentados permitem-nos concluir pela intensidade do povoamento dada a existência de valores de progressão ascendente muito superiores aos registados para a totalidade do distrito.

Quadro 8 - Densidade populacional
(Habitantes por km²)

Recenseamentos	Penacova	Distrito
1864	88	69,3
1878	94,7	75,2
1890	102,4	81,5
Valor médio	95,03	75,3

Fonte: Vaquinhass – *Violência, Justiça e Sociedade Rural...* p. 60.

Por isso, João Evangelista situa Penacova entre os escalões superiores de um Portugal fortemente povoado, com uma densidade média de 50 a 100⁸⁷.

Apesar dos valores apresentados pelo cálculo da TBE e da densidade populacional não corresponderem, na íntegra, à totalidade do período em análise, estes, apresentam-nos indicadores que nos ajudam a tirar conclusões explicativas do movimento emigratório.

A leitura dos números apresentados impõe que questionemos se factores de natureza conjuntural ou estrutural, terão provocado as perdas populacionais registadas. A resposta não é fácil. Ao retractarmos a incidência deste fenómeno, encontrando os condicionalismos que o envolveram, temos de equacionar que a par da envolvimento estrutural, com o reconhecimento das populações rurais, que, permanecendo na sua terra natal, dificilmente poderiam melhorar a sua situação económica, dado a fraqueza dos rendimentos auferidos mal darem para o seu sustento, assim como, a ausência de alternativas ao trabalho agrícola; se fazem sentir, de modo proporcionalmente mais intenso, condicionalismos de cariz conjuntural que funcionaram como factores repulsivos ou atractivos. Por isso mesmo, alguém se surpreende que a emigração atinja valores mais elevados surgindo como uma oportunidade de fuga à

⁸⁷ Cit. por VAQUINHASS – *Violência, Justiça e Sociedade Rural...* p. 59-60.

pobreza com que se deparavam muitas famílias? Não admira que o movimento emigratório recrudescesse numa conjuntura difícil, atingindo os valores mais elevados.

Porém, é difícil não correlacionar esta situação com factores externos, alheios à realidade local. Jorge Fernandes Alves considera não ser possível falar dos fluxos migratórios sem referir as condições do lugar de destino⁸⁸. Ao relacionarmos os picos emigratórios com a cronologia dos incentivos aplicados, por exemplo, pelo Estado brasileiro à emigração, verificamos que no seu todo, são coincidentes. Neste contexto, é justo reconhecer a sua acção nos anos de 1870, que através de empresas por este subvencionadas, concede subsídios às companhias de navegação de modo a baixarem os preços das passagens e a proporcionar um conjunto de condições que tornassem as viagens menos dolorosas para os que embarcavam, como a existência de cuidados médicos gratuitos a bordo e o cuidado para que não faltasse a boa comida portuguesa e o bom vinho. Além disso, ofertava transporte ferroviário gratuito em todos os caminhos-de-ferro subvencionados pelo governo do Brasil, para qualquer ponto do Império, assim como, o usufruto de hospedaria gratuita por um período não superior a oito dias e a prontidão para ajudar os emigrantes no trato de colocação⁸⁹. Na década de 1880, referenciamos novamente a acção do governo brasileiro, nomeadamente após a abolição da escravatura em 1888 e dada a necessidade que teve em substituir o trabalho escravo, procurou atrair mão-de-obra no exterior, nomeadamente na Itália e em Portugal, mediante a oferta de condições vantajosas. A acção atractiva passava pela oferta de passagens a trabalhadores agrícolas, solteiros e casados, com ou sem família, que queiram ir para qualquer província daquele Estado. Às mulheres que pretendessem reunir-se a seus maridos, era-lhes, igualmente, concedida passagem gratuita⁹⁰. A terminar o primeiro quinquénio de 1890, para trabalhar na agricultura, na indústria e para se ocuparem de importantes obras públicas, como a construção de vias férreas, notamos, uma vez mais, a acção dos órgãos de governação, como o do Estado de Minas Gerais que pagava a passagem por mar até ao Rio de Janeiro e por terra, em comboio, até ao local de destino, para todos os que quisessem trabalhar na agricultura e na indústria daquele Estado. Por sua vez, a *Companhia da Estrada de Ferro do Oeste de Minas* oferecia a todos os que se quisessem candidatar a lugares de trabalhadores, um salário diário de 2\$000 a 4\$000 réis, moeda brasileira e terrenos para a produção de géneros agrícolas e

⁸⁸ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 199-200.

⁸⁹ *O Conimbricense*. (20 Out. 1876) 4.

⁹⁰ *O Conimbricense*. (8 Dez. 1890) 4.

casas; e, para os candidatos a profissionais⁹¹, era-lhes oferecido um salário diário de 3\$000 a 10\$000 réis e por valores módicos, aluguer de habitação. Além disto, tanto a companhia, como os agricultores e industriais daquele Estado, adiantavam mantimentos nos primeiros meses⁹².

Pelo contrário, a diminuição desta hemorragia humana fazia-se sentir de modo proporcionalmente menos intenso quando os condicionalismos lhes eram desfavoráveis. Dada a economia agrícola do concelho, a boa colheita de vinho e de azeitona, sinónimo de necessidade de trabalhadores, e, a crise agrícola que grassava o Brasil⁹³, se apresentam como argumentos para o súbito abrandamento da emigração no distrito de Coimbra, durante o ano de 1884 e início de 1885, que, com a naturalidade, terá afectado o concelho de Penacova. O quadro 7, reflexo dessa conjuntura, aponta, em números absolutos, para 136 emigrantes em 1883, 51 emigrantes em 1884, 75 emigrantes em 1885, 55 emigrantes em 1886 e 132 emigrantes em 1887. Por sua vez, como explicar que entre 1889 e 1899, o volume da emigração de Penacova acompanhe o volume da emigração do continente, nas suas tendências, crescente e decrescente, tendo, ambas, atingindo o seu pico em 1895 com 36 553 indivíduos no total continental e 349 indivíduos para o todo concelhio? A difícil situação cambial brasileira, é factor que nos últimos anos do século XIX, pode ter desencorajado a ida para a antiga colónia portuguesa, pois, “(...) para mandarem para Portugal qualquer quantia, precisam de entregar no Brasil seis vezes essa verba ou mais⁹⁴.”

3.1 - Destinos da emigração

A emigração portuguesa oitocentista orientou-se maioritariamente para o Brasil. O que pretendemos retratar neste ponto, é o seu fluxo de destino e avaliar eventuais alternativas na área de Penacova.

Em 3 447 emigrantes naturais e/ou residentes em Penacova, conhecemos o destino de 3 438, ou seja, de 99,73%. Destes, 3 372 dirigiram-se para a América do Sul, o que corresponde a 98,08%, para a África, 53, o que corresponde a 1,54%, e, para a Europa 8, o que corresponde a 0,23% (Quadro 9).

⁹¹ Cabouqueiros, pedreiros, serradores, fabricantes de telha e de cal, foguistas, torneiros, carpinteiros, limadores, caldeiros, maquinistas, pintores de locomotivas e de casas, latoeiros, ferreiros e compositores de aparelhos eléctricos.

⁹² *O Conimbricense*. (11 Set. 1894) 1.

⁹³ *O Conimbricense*. (17 Jan. 1885) 1.

⁹⁴ *O Conimbricense*. (1 Ago. 1899) 1.

Quadro 9 - Principais destinos da emigração penacovense - total de registos (1870-1899)

Continente/Subcontinente	País/Região	Total parcial	% parcial
1. África	1.1. África Ocidental	1	0,02
	1.2. Angola	38	1,1
	1.3. Moçambique	1	0,02
	1.4. São Tomé	13	0,37
	Total parcial	53	1,54
2. América do Sul	2.1. Argentina	1	0,02
	2.2. Brasil	3 370	98,02
	2.3. Uruguai	1	0,02
	Total parcial	3 372	98,08
3. Europa	3.1. França	3	0,08
	3.2. Não especificados	5	0,14
	Total parcial	8	0,23
4. Diversos indeterminados	4.1. Ilegível	2	0,05
	4.2. Indeterminado	3	0,08
	Total parcial	5	0,14
	Total global	3 438	100
	Sem informação	9	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Dos que escolheram como destino a América do Sul, apenas 2 saíram para a Argentina (Buenos Aires) e o Uruguai (Montevideu), e, 3 370 tiveram como destino o Brasil.

Ao longo do período em estudo, permaneceu imutável o quadro de preferências dos emigrantes penacovenses, continuando, tal como no resto do país, o apelo do Brasil, a ser mais forte.

Porém, no decurso do século XIX, dá-se uma inflexão do tipo de emigração, pois, a emigração de raízes seculares destinada a produzir “brasileiros” enriquecidos pelas actividades mercantis, é substituída por um novo tipo de emigração, a “ (...) do trabalhador braçal, analfabeto, incapaz de outro trabalho além do agrícola ou mecânico”⁹⁵.

No entanto, o fascínio que desde sempre o Brasil exerceu nos portugueses e as condições criadas para lá chegar, transformaram a antiga colónia portuguesa em terra de mel

⁹⁵ SERRÃO – *A Emigração...* p. 53.

para os que tinham a expectativa de ver melhoradas as suas condições materiais, uma vez que tinham o intuito de regressar, de preferência, ricos.

Importa agora analisar a distribuição do total de emigrantes por pontos de destino no Brasil (Quadro 10).

Quadro 10 - Locais de destino dos emigrantes no Brasil –
total de registos (1870-1899)

Destinos	Total parcial	% parcial
Baía	2	0,05
Campinas	102	3,04
Cidade de São Carlos	1	0,02
Espírito Santo	1	0,02
Jaú	1	0,02
Manaus	28	0,83
Minas Gerais	45	1,34
Pará	311	9,28
Pernambuco	7	0,2
Petrópolis	1	0,02
Porto Alegre	4	0,11
Ribeirão Preto	1	0,02
Rio de Janeiro	1 337	39,91
Rio Grande do Sul	12	0,35
Santos	1 451	43,31
São Carlos do Pinhal	1	0,02
São Paulo	40	1,19
Vitória	5	0,14
Total global	3 350	100
Não especificados	20	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Pelo quadro de distribuição dos emigrantes, podemos verificar que as cidades/Estados que nutriam a sua preferência foram, por ordem de importância, Santos com 1 451 emigrantes, 43,31%, Rio de Janeiro, em segundo lugar, com 1 337 emigrantes, 39,91%, Pará, com 311 emigrantes, 9,28%, Campinas, com 102 emigrantes, 3,04%. O Estado do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Baía, Espírito Santo e Pernambuco e as cidades de Jaú, Manaus,

Petrópolis, Porto Alegre, Ribeirão Preto, São Carlos, São Carlos do Pinhal, São Paulo e Vitória recolheram os restantes.

Como se pode observar no quadro, verificamos a menção genérica “Brasil” a 20 emigrantes. Ou estamos perante uma falta de rigor da parte do amanuense, ou, indo ao encontro das palavras de Miguel Monteiro, num estudo sobre migrantes, emigrantes e brasileiros em Fafe entre 1834 e 1926, este aspecto poderá indicar que estes saíram sem destino pré-determinado, ou, pelo contrário, se se tratar de reemigração, o declarante apenas referia que tinha o Brasil como destino⁹⁶. As nossas fontes, base deste estudo, não nos permitiram perceber esta situação.

Quanto aos valores apresentados, importa esclarecer que apenas traduzem o local de chegada ao Brasil, não significando, por isso, o seu destino final. Ou seja, muitos penacovensenses podiam fixar-se nestas cidades portuárias, como podiam deslocar-se para o interior do Estado, exercer tarefas de cariz rural e, posteriormente migrar para os centros urbanos, tendo em perspectiva melhores salários. Exemplificamos. A cidade portuária de Santos, sita no Estado de São Paulo, recebeu 43,31% dos emigrantes. No entanto, esta poderá ter funcionado como plataforma de distribuição de penacovensenses para trabalharem na economia do café deste Estado, geradora de uma ampla demanda de trabalho, ou, dado o impulso que este tipo de economia gerou no desenvolvimento de infra-estruturas em Santos, terem abandonado a sua terra em direcção a este pólo de atracção, tornando o desempenho de actividades em obras públicas, unidades fabris e serviços, uma alternativa ao trabalho nas plantações de café. Estamos em crer que muitos dos que emigravam tinham conhecimento das condições de escravatura nas zonas rurais, no entanto, a situação de penúria em que se encontravam, levava-os a tentar a sorte, pois, o desempenho de tarefas agrícolas poderia ser a porta de entrada no Brasil. Desta forma, Santos enquanto cidade portuária poderia ter sido o local de desembarque de muitos destes emigrantes, não, o local de destino. Esta linha de pensamento e acção não é explicada pela informação contida nos registos de passaportes.

Por sua vez, a emigração para as colónias africanas não é muito significativa, e, nem o estímulo em virtude das consequências do Ultimato e da crise económica e financeira de 1891, nem tão pouco, os artigos de opinião na imprensa local a considerar que a emigração para África já não era uma fatalidade, até por que o governo tem facilitado a passagem gratuita, alteraram a tendência de emigração do Brasil para África⁹⁷. Aliás, o interesse de Portugal pelas suas colónias africanas não surge neste período. Aumentou aquando da

⁹⁶ MONTEIRO – *Migrantes, Emigrantes...* p. 221.

⁹⁷ *O Conimbricense*. (25 Ago. 1891) 4.

independência do Brasil enquanto proposta liberal de recuperação nacional, tendo as colónias a nobre missão de se disporem para a promoção do desenvolvimento de Portugal. Acontece, porém, ser impossível para as autoridades portuguesas competirem com a política de imigração do governo brasileiro do recrutamento de força de trabalho associada à ideia, enraizada na mente das classes populares, do Brasil como terra de fortuna fácil. Portanto, se os emigrantes não procuram o destino africano, as companhias de navegação, ao pretenderem satisfazer as necessidades dos seus clientes, não apresentavam grande quantidade de carreiras com destino aos portos africanos. Assinalamos a sua insignificância pela fraca representatividade de anúncios de vapores a aduzirem a sua saída de Lisboa para os territórios africanos, numa imprensa regional dominada pela publicitação agressiva de vapores com destino ao Brasil.

Angola ocupa a primeira posição com 38 registos, segue-se São Tomé com 13 registos, e, por último, Moçambique com 1 registo⁹⁸. As primeiras saídas com destino a África ocorrem em 1876 para Luanda e, ao longo do período em estudo, espraíam-se no destino Angola, tendo maior incidência em 1889 e em 1895 com seis registos e cinco registos, respectivamente. Para São Tomé, a primeira saída acontece em 1890 e verificamos que os anos de maior incidência são 1898 e 1899 com três registos, respectivamente. Em 1897, surge Lourenço Marques como ponto de destino.

Na Europa, destaca-se a França como ponto de destino, tendo 3 registos. Esta direcção se apresenta como destino esporádico de um ou outro indivíduo, não tendo expressão significativa no todo.

3.2 - Homens e mulheres

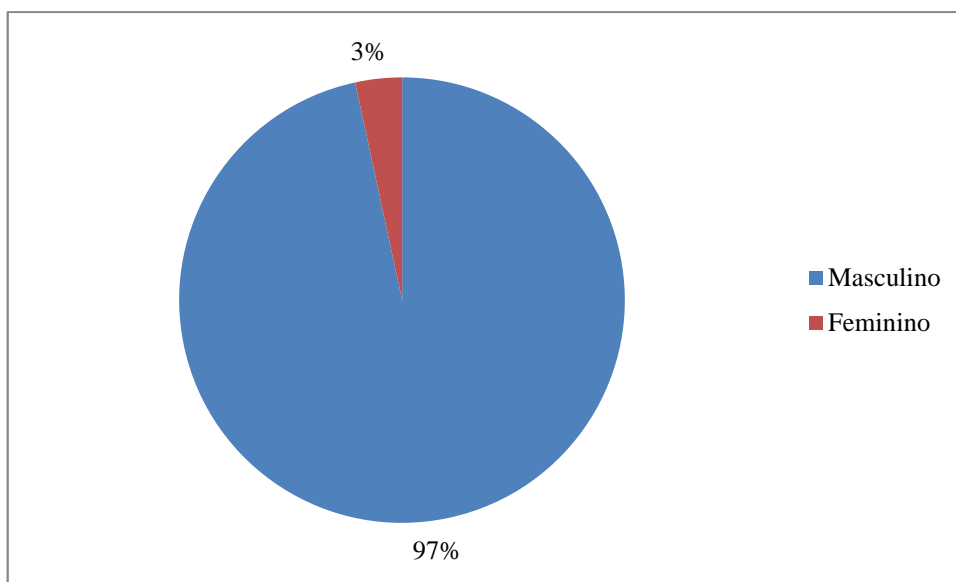
O quadro predominante da emigração portuguesa oitocentista é o elevado número de indivíduos jovens e do sexo masculino que formavam o grosso da coluna.

Pela leitura das percentagens dos gráficos 5 e 6, facilmente concluímos que a emigração penacovense não foge do padrão nacional, dado o predomínio de indivíduos do sexo masculino sobre os do sexo feminino.

⁹⁸ No êxodo para as colónias africanas, Luanda ocupava a primeira posição com 31 registos e a ilha de São Tomé a segunda. Ao mesmo tempo, as cidades de Moçâmedes e Lourenço Marques, e a África Ocidental e Angola, se apresentam com 1 registo, respectivamente.

Sob o ponto de vista da distribuição dos passaportes por titulares, verificamos que num total de 2 992 registos, 97% (2 891) são do sexo masculino e 3% (101) do sexo feminino (Gráfico 5).

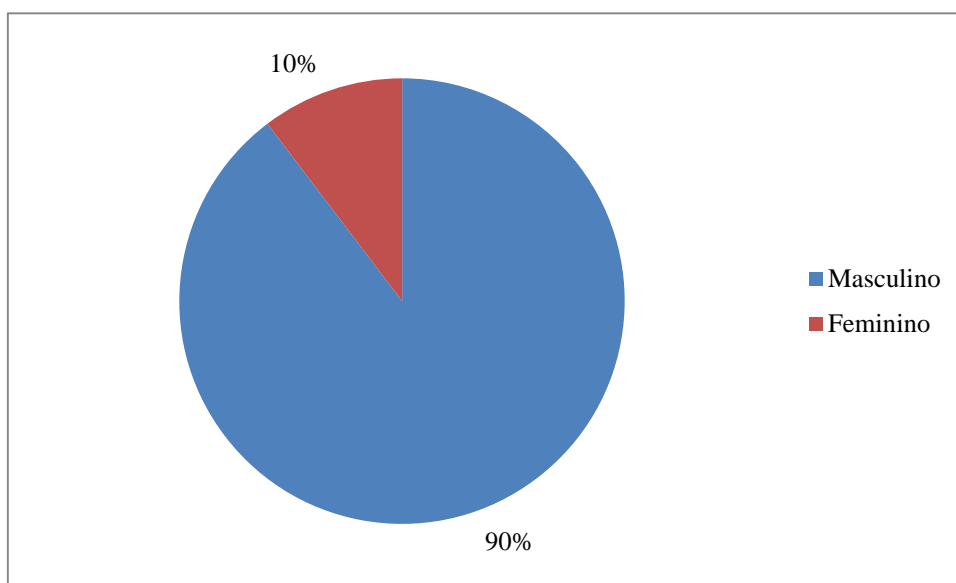
Gráfico 5 - Distribuição dos passaportes por sexo – total de titulares (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

No gráfico seguinte podemos ver que se a este universo acrescentarmos o total de acompanhantes, o universo de registos ascende a um total de 3 447, com continuado predomínio para os indivíduos do sexo masculino com 90% (3 091) face a apenas 10% (356) de mulheres.

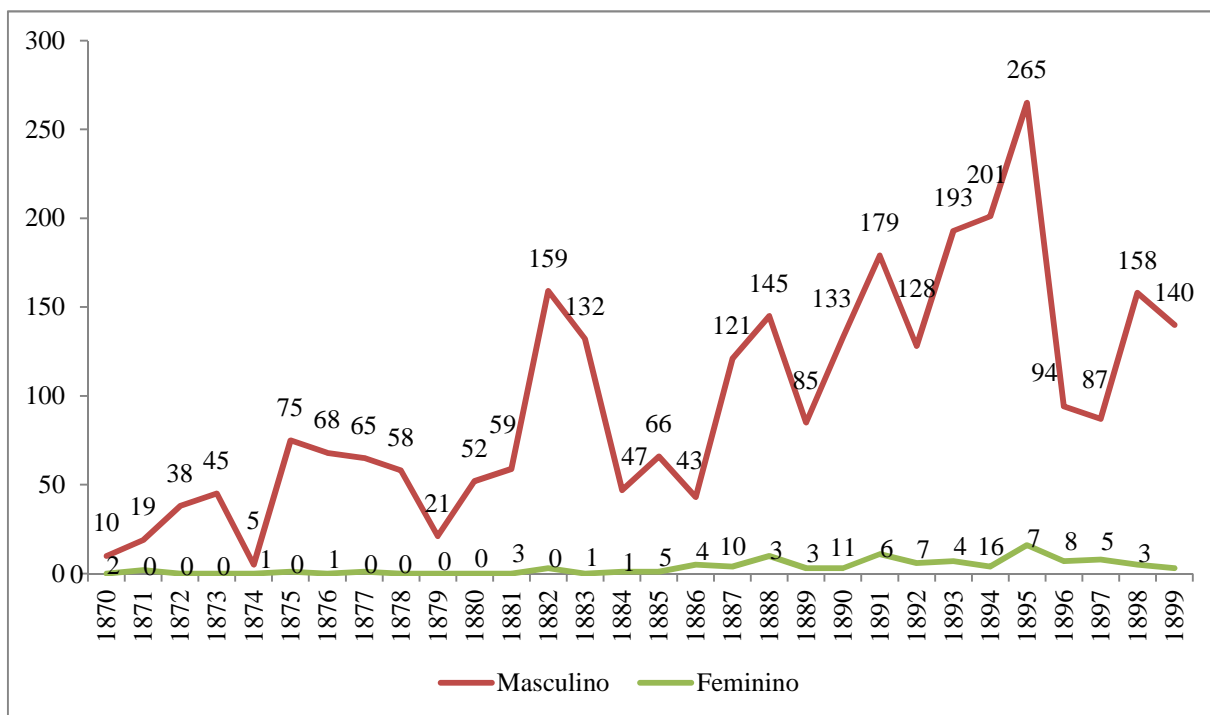
Gráfico 6 - Distribuição dos passaportes por sexo - total de registos (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Ao conhecermos o comportamento anual dos homens e das mulheres, verificamos que se mostram bem distintos (Gráfico 7). A emigração feminina apresenta valores anuais entre 1870 e 1883 nulos ou insignificantes. A partir daquela data, entramos numa fase onde encontramos uma relação estável de valores, pois, na sua quase totalidade, se apresentam muito baixos, excepção para uma ligeira subida em 1896, coincidente com o crescente da curva da emigração masculina, na qual, atinge o seu apogeu com 16 mulheres a embarcarem como titulares de passaportes.

Gráfico 7 - Saldos anuais segundo o sexo - total de titulares (1870-1899)

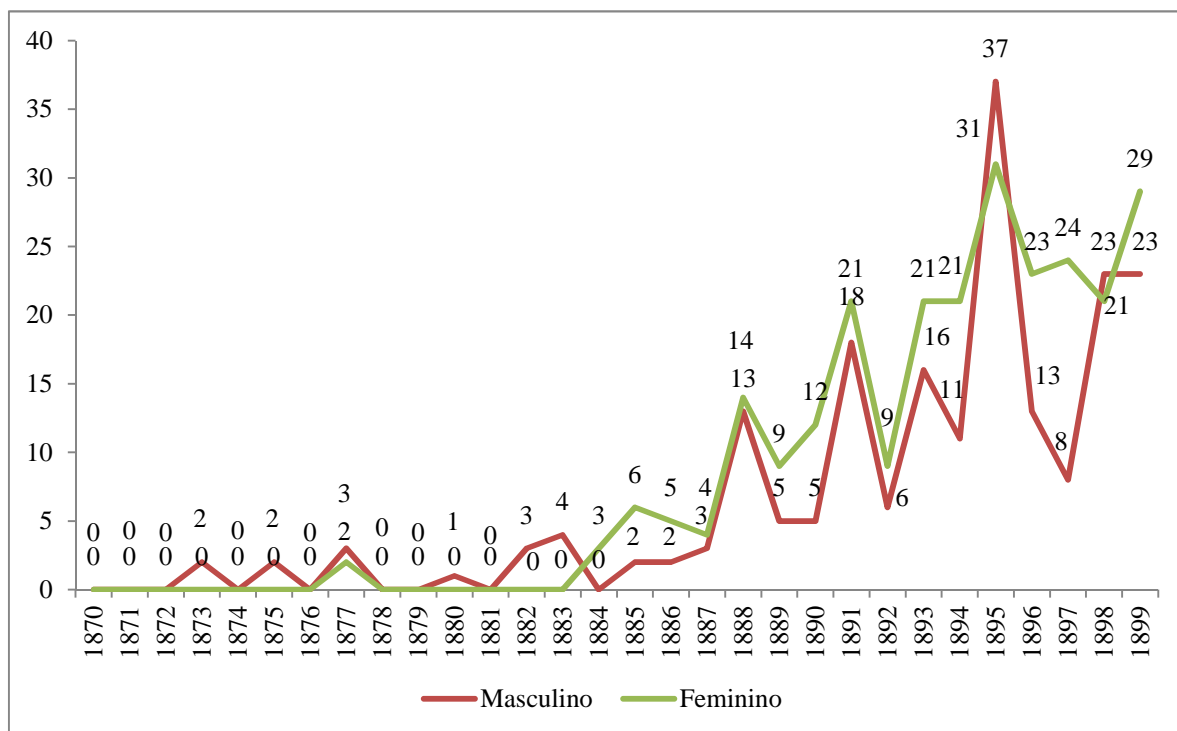


Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Em suma, o fluxo emigratório influenciou a estrutura demográfica de Penacova. De facto, Penacova tinha uma primazia das mulheres na faixa etária entre os 15 e os 54 anos (Gráfico 2).

Embora sejam os homens a dominar enquanto titulares de passaportes, tal situação inverte-se quando analisamos a tipologia dos acompanhantes, onde as mulheres estão em maioria com 255 indivíduos em detrimento dos homens com 200 indivíduos (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Saldos anuais segundo o sexo - total de acompanhantes (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Como aclarar o comportamento distinto entre indivíduos do sexo masculino e indivíduos do sexo feminino na tipologia dos acompanhantes?

Do gráfico anterior e do quadro seguinte, depreendemos que estamos perante a existência de uma emigração familiar, parcial, pelo facto de, pelo menos um dos filhos viajar como acompanhante do pai ou da mãe, ou, total.

Analiseemos, detalhadamente, este fluxo emigratório. Em primeiro, importa notar que utilizado tanto na agricultura como na indústria e no comércio, o trabalho infantil era um mal necessário para o sustento da família. Esta ideia é testemunhada por Eça de Queirós, pois, num apurado sentido crítico e detentor de um conhecimento profundo da sociedade portuguesa, “A criança aí, de sete a dez anos, já conduz os bois, guarda o gado, apanha a lenha, acarreta, sacha, colabora na cultura. Tem a altura de uma enxada e a utilidade de um homem. Sai de madrugada, recolhe às trindades, com o seu dia rudemente trabalhado. (...) No entanto, num país pobre, como o nosso, de pequena cultura e de pequena indústria, a criança trabalha quase tanto como o homem⁹⁹.” Desta forma, a possibilidade de acompanharem um dos progenitores era vista como possibilidade da obtenção de um futuro melhor que Portugal

⁹⁹ In: *Uma Campanha...* p. 77.

não dava. Depois, um grande número de mulheres acompanha os seus maridos, levando consigo a sua descendência e muitas pessoas do seu meio familiar mais próximo. Porém, a emigração familiar não se reduz a partidas colectivas do núcleo familiar, mas, também, ao processo do reagrupamento familiar, em que as mulheres partem para junto do seu marido, fazendo-se acompanhar, na sua quase totalidade, dos seus filhos¹⁰⁰. Como exemplo, temos em 20 de Junho de 1893, Tereza de Nossa Senhora, casada, titular de passaporte com destino a Santos, acompanhada dos seus filhos: Rosária, 14 anos, Francisco, 11 anos, Alfredo, 9 anos, Amélia, 6 anos, Alípio, 4 anos e Augusto, 2 anos¹⁰¹. No seu conjunto, apenas 3 registos de acompanhantes não referem o grau de parentesco, quedando-se pela anotação “uma mulher”.

Quadro 11 - Grau de parentesco dos acompanhantes
(1870-1899)

Grau de parentesco	Titulares dos passaportes		Total global
	Sexo masculino	Sexo feminino	
	Total parcial	Total parcial	
Afilhada	1	-	1
Cônjuge	94	-	94
Criada	1	-	1
Criado	1	-	1
Cunhado	5	-	5
Enteada	1	-	1
Enteado	3	1	4
Filha	64	74	138
Filho	129	47	176
Irmã	4	3	7
Irmão	10	-	10
Mãe	1	-	1
Neto	1	2	3
Primo	2	-	2
Sobrinho	6	1	7
Sogra	1	-	1
Total global	324	128	452
Indeterminado	3	-	3

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

¹⁰⁰ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 210.

¹⁰¹ *Registos de Passaportes*, livro 32, número 2172.

A emigração familiar, prática corrente nos finais do século, por via das políticas de atracção de mão-de-obra, por exemplo, para as plantações de café no Estado de São Paulo, em virtude da necessidade de braços disponíveis durante todo o ano, para trabalhar do cultivo à colheita, é complementada, desta forma, com uma força laboral mais barata, constituída por mulheres e crianças¹⁰². Contando com a actuação de agências de emigração, subsidiadas pelo governo brasileiro ou trabalhando directamente para governos federais, publicitavam na imprensa periódica local anúncios a conceder passagens de graça a todas as famílias que pretendessem seguir para províncias de terras de Vera Cruz¹⁰³.

Ao invés, o Estado português, não fazia a apologia da emigração familiar. A política de emigração adoptada, a partir da segunda metade do século XIX, com o intensificar da saída de portugueses do reino, não passava, no fundo, de tentativas de impedir a emigração de jovens, de mulheres e familiar e de fomentar a continuidade do modelo de emigração selectiva masculina, dado os cofres públicos dependerem das remessas dos emigrantes, nomeadamente, a partir da década de 1870¹⁰⁴.

3.3 - Estado civil

Um dos elementos que nos permitem caracterizar a coluna dos emigrantes penacovensenses é o seu estado civil. Neste aspecto, Penacova não corrobora a ideia que eram maioritariamente os indivíduos do sexo masculino, adultos e solteiros, que emigravam pelo que se infere nos números apresentados no quadro 12.

Quadro 12 - Estado civil dos titulares de passaportes (1870-1899)

Estado civil	Sexo masculino		Sexo feminino	
	Total parcial	% parcial	Total parcial	% parcial
Solteiros	1 377	47,96	33	32,67
Casados	1 442	50,22	62	61,38
Viúvos	52	1,81	6	5,94
Total global	2 871	100	101	100
Indeterminado	20	-	-	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

¹⁰² ALVES – *Os Brasileiros...* p. 211.

¹⁰³ *O Conimbricense*. (18 Fev. 1896) 4.

¹⁰⁴ PEREIRA – *A Política Portuguesa...* p. 48-56.

Apesar de pouco significativa, a diferença percentual entre os homens solteiros (47,96%) e os homens casados (50,22%), permite-nos afiançar que em ambos os casos, o estado civil não influenciava a decisão de emigrar, pelo contrário, a vontade e disponibilidade de saída surgia como alternativa à melhoria das suas condições de vida devido aos parcos rendimentos subreventes de uma economia rural.

A distribuição dos titulares de passaporte apresenta-nos 1,81% (52) de viúvos. Apesar de residual, este dado estatístico permite-nos afirmar que a condição de viúvo não é inquinadora da emigração masculina.

Relativamente às mulheres, num total de 101 emigrantes, 62 eram casadas (61,38%) e 33 eram solteiras (32,67%). Como explicar a predominância de mulheres casadas que tomam a decisão de emigrar? A explicação apresenta-se-nos simples! O casamento surge como promotor da emigração, pois estas mulheres tomam a decisão de sair da sua terra para se juntarem aos maridos que se encontravam a trabalhar fora, depois de estes terem criado condições para que o reagrupamento familiar se tornasse possível¹⁰⁵. Quanto às mulheres solteiras que decidem emigrar, Jorge Fernandes Alves realça que também podemos falar em reagrupamento familiar na grande maioria das raparigas sem vínculo matrimonial¹⁰⁶. A libertação de constrangimentos familiares, com a morte da mãe e as motivações de natureza material, como os baixos salários e a duração do trabalho são factores que podemos apontar para explicar o processo de reagrupamento familiar. Apesar de complexas, podemos apontar impulsos de natureza psicológica, desde o desejo de promoção pessoal, familiar e social, como causa que possa explicar a emigração de mulheres solteiras. Porém, a iniciativa pessoal que muitas mulheres solteiras tomaram em emigrar, iludidas com a promessa de grandes lucros, podia transportá-las para o perigo de resvalarem na prostituição, como nos alerta uma notícia na imprensa local, onde este drama social foi tratado¹⁰⁷.

Embora residuais, importa referir a existência de 6 (5,94%) mulheres viúvas. Livres de vínculos matrimoniais, a emigração surgia como oportunidade de reconstituírem a sua vida, não sob o ponto de vista conjugal, pois, em termos da sua distribuição etária, verificamos a não predominância de mulheres jovens. Pelas suas idades, inferimos que 1 mulher se situa na faixa etária dos 40-44 anos, 3 mulheres na faixa etária dos 50-54 anos e 2 mulheres na faixa etária dos 55-59 anos. Porém, este processo de reconstituição de vida, pelo qual estas mulheres passaram, e por que se fazem acompanhar dos filhos, permite-nos concluir que ou

¹⁰⁵ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 211-213.

¹⁰⁶ In: *Os Brasileiros...* p. 214.

¹⁰⁷ *O Conimbricense*. (3 Jan. 1880) 1.

fogem de uma situação económica difícil, dada a impossibilidade de sustento da família, ou, estamos perante o comportamento voluntário do reagrupamento familiar, procurando a companhia dos filhos mais velhos, que, muito provavelmente, já estariam instalados. Esta teoria pode ser corroborada pela faixa etária dos acompanhantes. Quanto aos acompanhantes do sexo masculino, verificamos que 3 acompanhantes se situam na faixa etária dos 10-14 anos. No que concerne aos acompanhantes do sexo feminino, apontamos 1 acompanhante na faixa etária dos 5-9 anos, 1 acompanhante na faixa etária dos 15-19 anos, 1 acompanhante na faixa etária dos 20-24 anos e 2 acompanhantes na faixa etária dos 25-29 anos.

Por último, devemos ressaltar que existem 20 registos referentes ao sexo masculino nos quais não é referida esta informação. Por uma questão prática, todos os maiores de 18 anos que se encontravam nesta situação, foram considerados de estado matrimonial indeterminado.

3.4 - Estrutura etária dos emigrantes

Considerada como um factor decisivo para o sucesso no mercado de trabalho e na inserção social do país de acolhimento, a análise à estrutura etária dos titulares de passaportes e/ou acompanhantes, permite-nos conhecer o tempo de emigrar¹⁰⁸.

O quadro e o gráfico seguintes, relativos às idades dos que emigraram permite-nos concluir que em Penacova, o tempo de emigrar é a idade adulta, apesar de se encontrar dispersa numa ampla variedade de estruturas etárias, aparecendo emigrantes com idades compreendidas entre os 0-4 anos e os 70-74 anos. Em termos de distribuição etária, o grupo mais activa situa-se entre os 20 e os 39 anos onde podemos encontrar 60,51% (2 084) dos que emigraram. Dentro deste grupo, verificamos que esta é mais participativa na faixa etária compreendida entre os 20-24 anos, com 19,8% (683), seguindo-se por ordem decrescente o grupo etário dos 25-29 anos, com 16,46% (567), o grupo etário dos 30-34 anos, com 13,82% (476), e, por último, o grupo etário dos 35-39 anos, com 10,39% (358). A análise aos dados apresentados permite-nos referenciar um valor significativo de emigrantes com idades compreendidas entre os 10-14 anos, com um total de 1% (293) de jovens, assim como, dos grupos etários compreendidos entre os 40-44 anos, com 8,27% (285), 45-49 anos, com 6,47% (223), e, dos 50-54 anos, com 4,26% (147).

Se procedermos a uma análise à estrutura etária dos titulares de passaporte até aos 14 anos, temos um total de 166 efectivos populacionais. Destes, 9 são do sexo masculino e

¹⁰⁸ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 220.

situam-se na faixa etária dos 5-9 anos; e, 157 efectivos populacionais encontram-se na faixa etária dos 10-14 anos, em que 156 pertencem ao sexo masculino e 1 pertence ao sexo feminino. Terão estes menores sido lançados ao acaso da sorte quando desembarcaram, resvalando a sua vida no caminho da vagabundagem ou foram vítimas de fazendeiros sem escrúpulos que os vão sujeitar a trabalhos duríssimos? Vieram sob a tutela de um parente ou amigo dos pais ou têm algum parente ou amigo da família que os aguarda e lhes serve de apoio? Nenhuma resposta a estas questões é detectável na fonte utilizada.

Quadro 13 - Estrutura de idades - total de registos (1870-1899)

Grupos de idades	Masculino	Feminino	Sexo reunidos - total	% total
0 - 4 anos	34	40	74	2,14
5 - 9 anos	48	36	84	2,43
10 - 14 anos	265	28	293	1
15 - 19 anos	110	31	141	4,09
20 - 24 anos	642	41	683	19,8
25 - 29 anos	507	60	567	16,46
30 - 34 anos	436	40	476	13,82
35 - 39 anos	335	23	358	10,39
40 - 44 anos	267	18	285	8,27
45 - 49 anos	211	12	223	6,47
50 - 54 anos	136	11	147	4,26
55 - 59 anos	62	10	72	2,09
60 - 64 anos	23	4	27	0,78
65 - 69 anos	10	-	10	0,29
70 - 74 anos	3	1	4	0,11
75 - 79 anos	-	-	-	-
80 anos e mais	-	-	-	-
Total global	3 089	355	3 444	100
Indeterminado	2	1	3	-

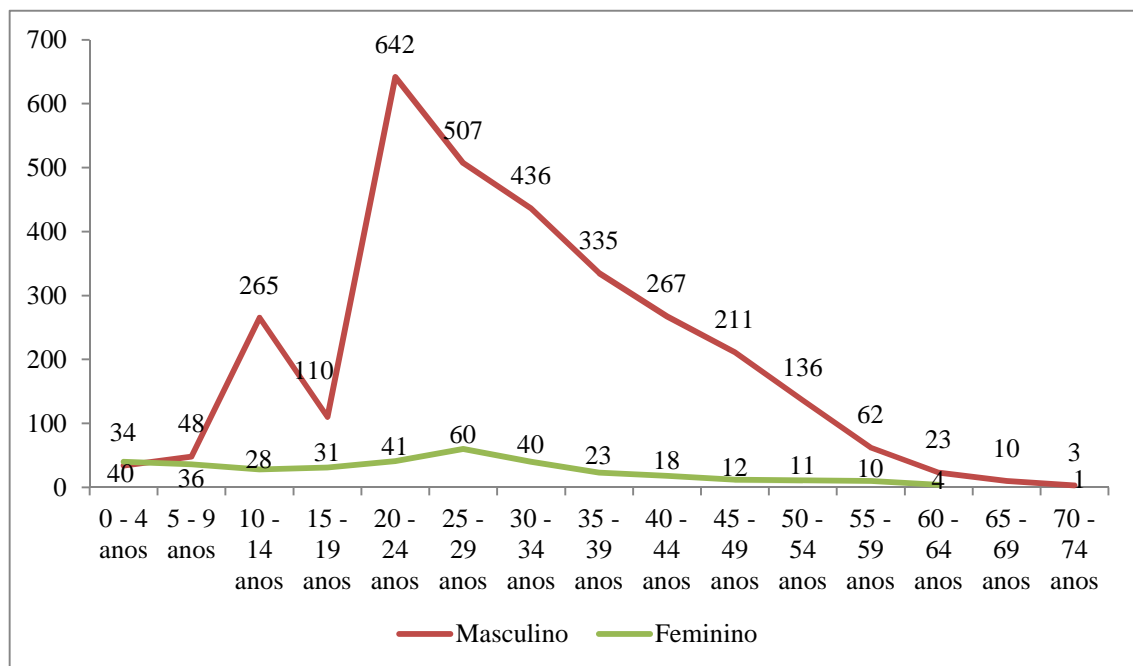
Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Podemos apontar como principal causa explicativa da faixa etária dos 20-24 anos ser a mais representativa nos homens, a proibição de estes emigrarem antes do cumprimento de todas as obrigações militares.

A estrutura etária do fluxo migratório de Penacova não apresenta um comportamento semelhante ao de outras regiões do país, apesar de o enquadramento temporal e espacial destes estudos não ser tão delimitado. No distrito do Porto, para o período coincidente com o presente estudo, a idade modal mais frequente do emigrante é a de um jovem entre os 13 e os 14 anos, excepto em 1878 e 1879 que ultrapassa os 20 anos¹⁰⁹. Para o concelho de Fafe, para o período de 1834 a 1926, verificamos pela existência de uma forte emigração dos que têm entre 10-14 anos¹¹⁰.

Genericamente, podemos inferir como assinalou Oliveira Martins, que a distribuição da emigração portuguesa segundo o sexo, a idade e o estado civil diferiam bastante entre as regiões¹¹¹.

Gráfico 9 - Estrutura de idades - total de registos (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Por outro lado, se delimitarmos a estrutura de idades aos acompanhantes, verificamos pela existência de uma emigração predominantemente composta por crianças e adolescentes (Quadro 14 e Gráfico 10).

¹⁰⁹ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 222.

¹¹⁰ MONTEIRO – *Migrantes, Emigrantes...* p. 169-170 e p. 173.

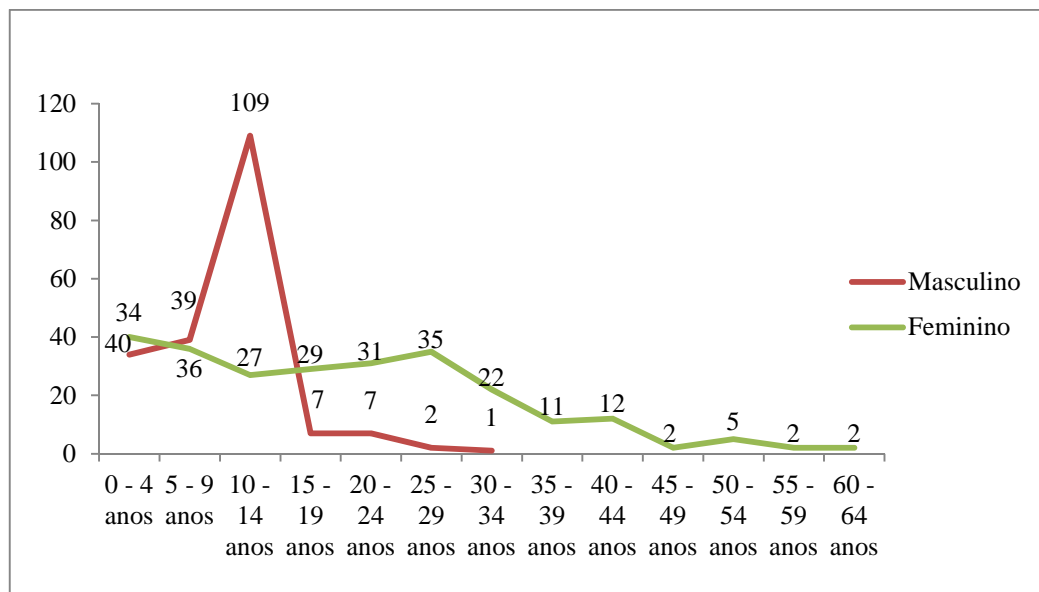
¹¹¹ In: *Fomento Rural...* p. 185-189.

Quadro 14 - Estrutura de idades dos acompanhantes (1870-1899)

Grupos de idades	Masculino	Feminino	Sexo reunidos - total	% total
0 - 4 anos	34	40	74	16,33
5 - 9 anos	39	36	75	16,55
10 - 14 anos	109	27	136	30,02
15 - 19 anos	7	29	36	7,94
20 - 24 anos	7	31	38	8,38
25 - 29 anos	2	35	37	8,16
30 - 34 anos	1	22	23	5,07
35 - 39 anos	-	11	11	2,42
40 - 44 anos	-	12	12	2,64
45 - 49 anos	-	2	2	0,44
50 - 54 anos	-	5	5	1,10
55 - 59 anos	-	2	2	0,44
60 - 64 anos	-	2	2	0,44
Total global	199	254	453	-
Indeterminado	1	1	2	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Gráfico 10 - Estrutura de idades dos acompanhantes (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Ou seja, comparando as duas representações nos grupos etários, observamos, na emigração masculina, o predomínio dos grupos etários dos 0-14 anos, decrescendo a partir do grupo etário dos 15-19 anos, atingindo o pico no grupo etário dos 10-14 anos. Na emigração feminina, as percentagens são equivalentes nos grupos etários dos 0-29 anos e decrescente na idade a partir dos 29 anos. Destes dados, podemos inferir da tentativa, a que já nos referimos, dos jovens do sexo masculino em escapar ao serviço militar obrigatório, até porque, na nossa fonte, verificamos que dos 109 acompanhantes, somente um tem a idade de 14 anos.

Em síntese, os dados apresentados corroboram a tese de Joel Serrão que nos fala da possibilidade de no período entre 1866 e 1954, apesar de não se poder determinar com rigor, os níveis etários dos emigrantes adultos, as suas idades se situarem predominantemente entre os 20 e os 40 anos¹¹². Deste modo, podemos concluir que estamos perante uma população emigrante em idade activa, que procura no Brasil o rendimento do trabalho que permita o sustento da família.

3.4.1 - Recrutamento militar

Num concelho rural, dado o peso que o sector primário ocupava no conjunto das suas actividades económicas, a produtividade agrícola residia essencialmente na abundância de mão-de-obra e respectiva capacidade de trabalho. Por isso, o cumprimento do serviço militar a que estavam sujeitos os mancebos, imposto por uma entidade estranha à comunidade, o Estado, nomeadamente em tempo de paz, era visto como um sacrifício desnecessário a que estavam sujeitos os jovens, pois, de um momento para o outro, estes se veriam deslocados de um ambiente de familiares e amigos e integrados num ambiente estranho e autoritário.

Nestas circunstâncias, e embora não se enquadrem nos movimentos emigratórios no sentido restrito do termo, temos de fazer uma referência expressa ao recrutamento militar, isto porque, ao requererem passaporte, os jovens do sexo masculino tinham de demonstrar a observância integral de todas as obrigações militares.

Desta forma, para a explicação do movimento emigratório, a restrição à emigração por via do cumprimento das obrigações militares, decorria mais da necessidade que o Estado tinha de salvaguardar o preenchimento dos respectivos contingentes, fixados anualmente pelas Cortes que posteriormente o ministro da Guerra dividia pelos distritos proporcionalmente à

¹¹² In: *A Emigração...* p. 124-125.

população, do que de uma política de emigração restritiva, dado não existirem limitações adicionais, uma vez obtida a isenção ou cumprido o serviço militar¹¹³.

Esta situação decorre do triunfo das ideias liberais com o nascimento do constitucionalismo português, através da Constituição de 23 de Setembro de 1822, que, considera no artigo 19.º, um dever de cada português, “ (...) amar a pátria; defendê-la com as armas, quando for chamado pela lei (...)”¹¹⁴.

Por sua vez, a Carta Constitucional de 1826 vai pôr em execução a obrigatoriedade da população masculina prestar serviço militar, pois, o artigo 113.º diz que “Todos os portugueses são obrigados a pegar em armas para sustentar a Independência e Integridade do Reino e defendê-lo de seus inimigos externos, e internos”¹¹⁵.

Na Constituição de 1838, o seu artigo 119.º vem reforçar a ideia subjacente na Carta Constitucional de 1826, da criação de um serviço militar obrigatório em Portugal, ao considerar que “Todos os Portugueses são obrigados a pegar em armas para defender a Constituição do Estado, e a independência e integridade do Reino”¹¹⁶.

Na sequência do exposto, surge a primeira determinação legislativa referencial sobre o recrutamento, a Lei de 27 de Julho de 1855, que vai pôr em execução a obrigatoriedade da população masculina prestar serviço militar¹¹⁷.

A obrigação de recrutamento dava-se entre os 20 e os 21 anos completos, podendo abarcar os jovens de 22 anos completos, caso o contingente se não encontrasse completo. Depois de esgotada a via do voluntariado, a escolha dos recrutas era baseada no recenseamento e posterior sorteamento. O sorteio realizado pela autoridade administrativa concelhia antecedia as inspecções médicas. Realizadas nas capitais de distrito por uma comissão formada pelo Governador Civil que a presidia, por um médico civil, um oficial superior militar e dois médicos militares tinha por função examinar os mancebos e apurar os que forem fisicamente capazes para servir nas armas e serviços.

Apesar das dificuldades colocadas à emigração de jovens do sexo masculino, a Lei de 27 de Julho de 1855 permitia a concessão de passaporte ao jovem recenseado, assim como

¹¹³ LEITE – Emigração portuguesa... p. 466.

¹¹⁴ http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1822.pdf [Consult. 19 Jan. 2014].

¹¹⁵ http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/II%20Carta%20Constitucional.pdf [Consult. 19 Jan. 2014].

¹¹⁶ http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1838.pdf [Consult. 19 Jan. 2014].

¹¹⁷ Sobre a perspectiva da evolução da legislação referente ao serviço militar na segunda metade do século XIX, ver, VICENTE, António Pedro - *Levas e recrutamento nos séculos XVIII e XIX. Uma evolução*, p. 289-314; SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar, Compêndio de História Militar e Naval de Portugal – Desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*, p. 577-582; MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - *A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX*, p. 99-113; e, ALVES – *Os Brasileiros...* p. 158-173.

todas as leis de recrutamento surgidas posteriormente e que tinham por finalidade melhorar o alistamento e a qualidade das tropas. Segundo o artigo 55.º da referida Lei, “A nenhum mancebo, dentro da idade de dezoito a vinte e um anos completos, se dará passaporte para país estrangeiro, sem que dê fiança de como, sendo chamado ao serviço do Exército, se apresentará ou dará substituto.”

Porém, no sentido de condicionar o grupo etário que mais emigrava, a Lei de 4 de Junho de 1859, vem modificar algumas das disposições da Lei de 27 de Julho de 1855, como o seu artigo 11.º, pois, “A nenhum mancebo, desde a idade de catorze a vinte e um anos completos, se dará passaporte para país estrangeiro sem que dê fiança de como, sendo chamado ao serviço militar, se apresentará ou se fará substituir.”

Apesar do explanado na legislação referente ao recrutamento militar, importa referenciar que um mancebo com dinheiro ou crédito suficiente podia sempre livrar-se do serviço militar. A troca de números de recrutamento, a apresentação de um substituto, a remissão e a emigração sob fiança constituíam as alternativas legais¹¹⁸.

Vejamos algumas indicações elucidativas. Joaquim da Costa Leite, em estudo sobre a emigração portuguesa entre 1855 e 1914, apresenta-nos as despesas administrativas individuais mínimas com o passaporte, a fiança militar e a viagem para o Brasil, para os anos de 1863, 1882 e 1910. Dos valores apresentados, tomemos por exemplo o ano de 1882, sito na baliza cronológica do presente estudo em que um passaporte custava 2\$600, o valor da fiança militar situava-se pelos 240\$000 e a viagem para o Brasil rondava os 36\$000. Tendo em linha de conta que, em 1882, um trabalhador indiferenciado podia ganhar cerca de \$200 réis por dia e um trabalhador especializado quatro vezes mais; como se depreende, a viagem para o Brasil custava o equivalente a 180 dias de trabalho do primeiro e a 45 dias de trabalho do segundo¹¹⁹.

Por sua vez, a imprensa periódica regional apresenta-nos alguns anúncios bem esclarecedores do tipo de negócio criado à volta das substituições e remissões militares. Apenas alguns exemplos: “Há homens com abundância para substituir qualquer mancebo em todo o distrito por 52 libras cada um. Aproveite quem precisar”, anunciava o botequim de António Joaquim de Faria n’*O Conimbricense* de 15 de Abril de 1879. Em 3 de Fevereiro de 1885, *O Conimbricense* publicita a existência da *Companhia Remidora do Serviço Militar* que sob a administração do *Banco Mercantil de Lisboa*:

¹¹⁸ LEITE – Emigração portuguesa... p. 467.

¹¹⁹ In: Emigração portuguesa... p. 467.

(...) toma sob a sua responsabilidade todos os mancebos que, pretendendo-se considerar livres do recrutamento militar, se queiram remir dele mediante os baixos preços das suas tabelas, efectuando o seu pagamento por meio de prestações anuais, ou por uma só vez. São importantíssimas para todos os mancebos as vantagens que oferece esta companhia, pois que podem remir-se daquele serviço por uma quantia muito inferior aquela que depois dariam em caso de serem apurados.

No início da década de 1890, a agência de emigração de António Fernandes, através de anúncio publicado em *O Conimbricense* de 6 de Outubro de 1891 procura tocar na consciência dos que consideravam o serviço militar repugnante, dado ter a seu cargo, a nobre missão “(...) de substituir qualquer recruta que pertencendo-lhe o serviço militar, não queira ir assentar praça. Aceita-se qualquer individuo que queira assentar praça por outro. Remuneração vantajosíssima.”

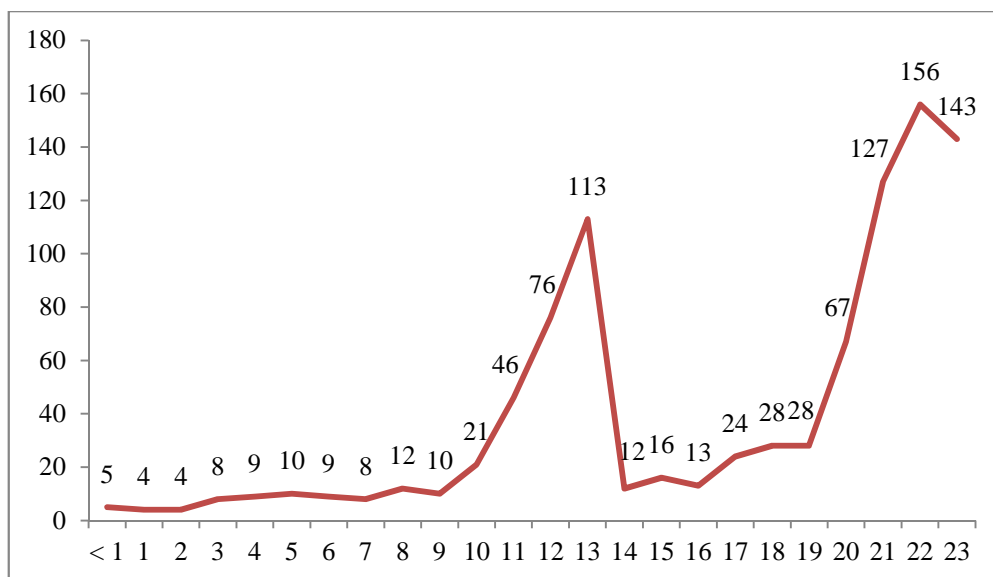
Perante o exposto, a melhor parte da população, a que possuía dinheiro suficiente, conseguia livrar-se do serviço militar e sair legalmente do país com um passaporte. Ao invés, para a grande maioria dos recrutas, provenientes dos grupos sociais mais desfavorecidos, os valores monetários das alternativas legais não estavam ao seu alcance.

Dado a Lei de 4 de Junho de 1859 situar o grupo etário dos 14 anos até aos 21 anos completos no qual se podem conceder passaportes aos mancebos que apresentem fiança, facilmente depreendemos que as famílias vão antecipar a idade da partida dos rapazes até aos 13 anos ajustando-a ao quadro legal apresentado.

Tendo em conta as limitações à emigração provocadas pela prestação de obrigações militares, quais as suas consequências na mobilidade geográfica dos jovens do sexo masculino de Penacova?

Uma análise aos números da emigração masculina por idades (Gráfico 11), indicam uma forte tendência de crescimento do número de emigrantes com 10, 11 e 12 anos, atingindo um ponto quantitativo mais alto aos 13 anos com 113 registos, para, de seguida, notarmos uma forte quebra na saída de rapazes depois dos 14 anos. A retoma quantitativa faz-se sentir a partir dos 20 anos, com 67 registos, aos 21 anos atinge os 127 registos e aos 22 anos temos 156 registos, verificando-se na idade de 23 anos uma tendência decrescente.

Gráfico 11 - Emigração masculina por idades - total de registos (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Em resumo, as oscilações quantitativas relativas ao número de registos da emigração nos jovens de Penacova, devem-se mais ao facto de o serviço militar poder incentivar a emigração até aos 14 anos, para, no momento em que muitos rapazes tenham cumprido as suas obrigações militares, tornar a apresentar uma evolução positiva, podendo, desta forma, emigrarem sem custos adicionais. No entanto, a prestação das alternativas legais não invalida que os rapazes entre os 14 anos e os 21 anos emigrem, apresentando-a.

Na análise efectuada aos registos de passaportes, verificámos que a partir de Abril de 1880, livro 12, a conexão entre a questão do recrutamento militar e a emigração justificou a documentação da situação militar dos candidatos a passaporte. Desta forma, de Abril de 1880 a Setembro de 1888, o amanuense tinha de apontar se o requerente de passaporte “prestou fiança ao recrutamento”; e, a partir de Outubro de 1888, livro 24, passou a registar a sua situação “quanto ao recrutamento”.

Não sendo a fonte mais rica para o estudo da temática do recrutamento militar, encontrámos dados interessantes, apesar da dificuldade na sua interpretação. Dos elementos apresentados, nota-se uma grande diversidade de normativos de natureza militar como condicionantes da concessão de passaporte.

Assim sendo, recuperámos a ideia que um mancebo com dinheiro ou crédito suficiente podia sempre livrar-se do serviço militar, para justificarmos a nossa opção por um estudo dos números de referência dos requisitos legais que permitiam a concessão de passaporte.

Pensamos que antes da apresentação de explicações da amostragem construída, importa, portanto, saber que legislação regulou a possibilidade de escapar ao serviço militar. Sob este aspecto, apresentamos algumas considerações da evolução do enquadramento jurídico de três pilares promotores da emigração legal, a prestação da fiança, a substituição e a remissão.

No caso da prestação de fiança, já referenciámos o artigo 11.º da Lei de 4 de Junho de 1859 que modifica o exposto no artigo 55.º da Lei de 27 de Julho de 1855, sobre a possibilidade de ser concedido passaporte ao mancebo com idade compreendida entre os 14 e os 21 anos completos que apresente fiança, garantindo a própria apresentação ou a de um substituto, que, para Jorge Fernandes Alves, levou à criação de um verdadeiro mercado de “substitutos”¹²⁰.

Quanto à mercancia das substituições, o artigo 50.º da Lei de 27 de Julho de 1855 permitia ao mancebo proclamado recrutar outro para o seu lugar, sendo o preço das substituições fixado anualmente pelo governo como consta no § 2 do artigo 55.º da supracitada lei.

Relativamente às remissões introduzidas pelo artigo 11.º da Lei de 4 de Junho de 1859, possibilitava a todos os mancebos recenseados, sorteados e considerados capazes para o cumprimento do serviço militar, livrar-se desta obrigação mediante o pagamento de uma determinada quantia em dinheiro. Proclamado o fim do sistema das remissões através do artigo 3.º da Lei de 17 de Abril de 1873, ressurgem pelo artigo 1.º da Lei de 21 de Maio de 1884. Por sua vez, a Lei de 13 de Setembro de 1887 ao considerar no seu artigo 4.º, o serviço militar obrigatório e pessoal, vai proibir as remissões e as substituições, à excepção das substituições feitas entre irmãos. Através da Lei de 27 de Setembro de 1895 são novamente admitidas as substituições directas, entre irmãos, e as remissões. É de registar que o artigo 33.º da Lei de 23 de Julho de 1891 permite as substituições que não sejam entre irmãos. Dado ser uma fonte de receita que permitia ao Estado obter o dinheiro indispensável para fazer face às despesas do Exército, as remissões estiveram quase sempre em vigor nos anos referentes ao presente estudo.

Renunciando, pois, a múltiplas explicações da legislação, o que importa, agora, é explicar justificadamente o exposto nos *Livros de Registos de Passaportes*.

¹²⁰ In: *Os Brasileiros...* p. 162.

Da leitura do quadro 15 verificamos que em 732 requerentes de passaporte do sexo masculino, podemos inferir uma análise preliminar da sua situação militar quanto ao recrutamento de 454 indivíduos.

Quadro 15 - O recrutamento militar e a emigração de titulares de passaportes (Abril de 1880 - Setembro de 1888)

Ainda não foi recenseado	1	Não foi chamado sorteado	51
Baixa	22	Não lhe pertence a obrigação de serviço	9
Baixa por doença	1	Não foi recenseado	9
Certidão	14	Prestou fiança	84
Cumpriu serviço efectivo	7	Prestou fiança e tem consentimento	6
Escuso	2	Remiu-se	13
Escuso por amparo	86	Remiu-se 1 irmão gémeo	1
Escuso pela Comissão Distrital	14	Reserva e consentimento	1
Escuso pela Junta de Revisão	8	Ressalva	10
Escuso por ter irmão praça de pret	57	Satisfaz ao recrutamento	1
Escuso pela Junta Militar de Saúde	2	Substituiu-se	6
Isento por amparo e prestou fiança	7	Total global	454
Isento do serviço militar	7	Ilegível	2
Isento na inspecção	33	Indeterminado	49
Livre por sentença de Juiz de Direito	2	Sem informação	227

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 12 a 23.

Porém, e tendo em conta a meta proposta, apuramos que 110 requerentes de passaporte seguem a via legal que a moeda podia comprar. Desta forma, verificamos que a prestação de fiança, 90 indivíduos, a remissão, 14 indivíduos, e a apresentação de um substituto, 6 indivíduos, constituíram as alternativas legais utilizadas pelos emigrantes de Penacova.

Sob o ponto de vista dos acompanhantes, observamos a situação militar de 1 indivíduo de 16 anos que prestou fiança.

Por sua vez, na análise ao quadro 16, apuramos que num universo de 1 576 requerentes de passaporte, temos a informação “quanto ao recrutamento” de 348 indivíduos.

Quadro 16 - O recrutamento militar e a emigração de titulares de passaportes (Outubro de 1888 - Dezembro de 1899)

Ainda não foi chamado	4	Licença para a reserva	15
Baixa	4	Não foi sorteado	39
Certidão	167	Não lhe pertence a obrigação	1
Certidão da Câmara	2	Não foi recenseado	2
Certidão de idade	2	Preenchido o contingente	2
Escuso pela Junta de Revisão	1	Prestou fiança	2
Escuso por ter irmão praça de pret	4	Remiu-se	11
Isento por amparo	11	Ressalva	28
Isento na inspecção	38	Reserva e consentimento	1
Isento do serviço militar	7	Substituiu-se	3
Licença da Câmara	1	Total global	348
Licença e fiança por um reservista	1	Ilegível	7
Licença na Junta Administrativa	2	Indeterminado	329
		Sem informação	892

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 24 a 45.

Observando o quadro, concluímos que aquando da requisição de passaporte, as alternativas legais utilizadas pelos emigrantes de Penacova pode ser caracterizada pelo recurso da remissão, 11 indivíduos, substituição, 3 indivíduos, e pela fiança, 2 indivíduos.

Numa interpretação conjunta dos dados apresentados no gráfico 11 com os dados dos quadros 15 e 16, e tendo presente a ideia que a globalidade de dados apresentados, quer em valores apurados, quer em termos cronológicos, apenas nos permitem conclusões parciais, podemos afiançar, com a certeza, que a saída em acordo com a lei podia constituir um projecto familiar de investimento de futuro, pois, dada a sua juventude, tinham mais facilidade de se adaptarem a novas situações e de construírem o futuro desejado pelas suas famílias, e que passava, obrigatoriamente, pela constituição de fortuna, esperando, posteriormente, que os laços de sangue ressarcissem o investimento feito. Afinal, como refere Isilda Braga da Costa Monteiro, apesar de em determinados anos os montantes fixados das substituições e das remissões serem demasiado elevados se comparados com o valor dos salários praticados, estes, não seriam muitos superiores ao custo de emigrar à margem da lei¹²¹.

¹²¹ In: A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar... p. 107.

No entanto, não devemos esquecer que neste contexto de fobia à vida militar a insuficiência de dinheiro ou crédito levou, com a certeza, à promoção da emigração à margem da lei por engajadores que se aproveitavam do desespero dos mancebos em cumprirem o serviço militar obrigatório.

As proporções que a emigração clandestina estava a tomar no distrito de Coimbra, foi sujeita à denúncia pela imprensa periódica regional. N’*O Conimbricense* de 26 de Outubro de 1895, é feita menção à carta anónima que este periódico recebeu e remeteu junto do magistrado administrativo competente, o Governador Civil, e que denuncia “(...) do concelho de Penacova, 7 mancebos de 18 anos, sujeitos ao serviço militar, emigrando clandestinamente para o Brasil. (...) os emigrantes se vão meter no comboio de ferro, numa das estações na direcção do Porto, e que chegando a Ovar, saem num dos barcos da sardinha, indo entrar em navio que os está esperando.” O supracitado periódico refere que “só no domingo, 20 do corrente, embarcaram em Vigo clandestinamente 55 mancebos, e esperam-se muitos mais para o vapor que dali há-de sair amanhã”; assim como, da chegada a Coimbra, do cabo de polícia de Portalegre, a acompanhar 2 mancebos deste distrito “(...) presos em Elvas, por pretenderem emigrar para Espanha clandestinamente, e dali para o Brasil.”

Neste contexto de emigração, a cidade de Vigo, em Espanha, seria o destino mais que provável destes jovens que embarcavam com passaporte falsificado em direcção ao Brasil.

Porém, não podemos identificar exclusivamente a emigração clandestina com a emigração de jovens que pretendiam fugir ao cumprimento do serviço militar. Joaquim da Costa Leite enuncia outras motivações que poderão estar por detrás deste tipo de emigração como uma situação de escassez extrema em que a dívida da passagem era assumida com o comandante da embarcação ou a dificuldade na obtenção de documentos de menores ou de trabalhadores contratados¹²².

Bem próxima desta linha de pensamento, Isilda Braga da Costa Monteiro, em estudo sobre o debate acerca da problemática da emigração protagonizado pelos deputados com assento na Câmara Alta do Parlamento e pelos articulistas da imprensa periódica, considera apenas uma meia verdade que o recrutamento e o serviço militar sejam apresentados como a razão que justifica a saída de jovens do país. Não sendo certamente a única, tornou-se a mais fácil para a grande maioria dos deputados, e, por conseguinte, subscrever e generalizar a tese que fazia recair a responsabilidade da emigração no Exército e nas más condições oferecidas aos soldados, em vez de assumirem a miséria em que se encontravam algumas classes da

¹²² In: Emigração portuguesa... p. 468.

sociedade, fruto de um sucesso das reformas liberais que tardava em surgir. Desta forma, dentro e fora do Parlamento era desviado o debate em torno de um conjunto de questões que poderiam abalar o jovem regime liberal português¹²³.

Em síntese, para alcançarmos uma imagem mais ampla do fenómeno emigratório em Penacova, nomeadamente o peso que o serviço militar tem no conjunto dos motivos provocatórios da emigração, o seu impacto no tipo de emigração e/ou na estrutura etária dos emigrantes, só a análise integrada dos dados fornecidos pelos *Livros de Registos de Passaportes*, pelos *Livros de Recenseamento Militar* e pelos *Róis de Confessados* poderá contribuir para alcançarmos uma imagem mais ampla da emigração, pois, permite traçar o seu quadro o mais aproximado da realidade.

3.5 - Ocupação profissional

Os registos de passaporte são bastante completos no que se refere à anotação da ocupação profissional dos emigrantes penacovens, pois, de 2 891 titulares de passaportes do sexo masculino, sabemos a profissão de 2 814 (97,3%) indivíduos, e, apenas não conseguimos obter informação relativa a 77 (2,66%) indivíduos.

No rol de profissões referenciadas emergem ocupações de todos os sectores de actividade (Quadro 17). Porém, nem todas tiveram a mesma participação no itinerário emigratório, pois, a grande maioria apresenta um número irrelevante de referências tendo em conta o número total de passaportes.

Com uma economia assente na ruralidade, torna-se difícil não encontrar, na sua maioria, uma emigração baseada na participação de trabalhadores, designação atribuída aos que não têm profissão definida na agricultura, com 2 281 (81,05%) indivíduos, dadas as suas mais que prováveis difíceis e miseráveis condições de vida.

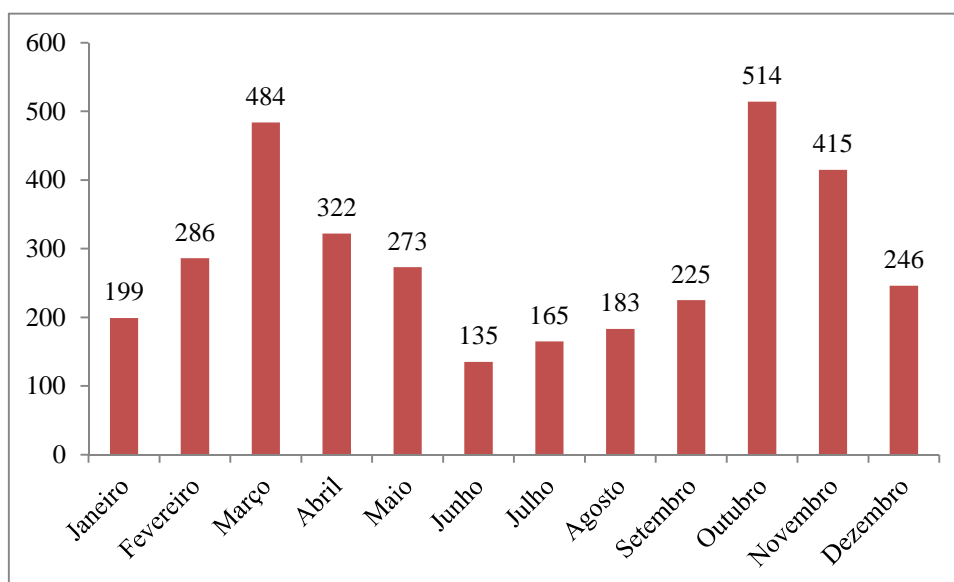
A dificuldade causada pela falta de desenvolvimento do sector agrícola, devido à excessiva divisão da propriedade e a consequente utilização de técnicas de cultivo rudimentares, a falta de fertilizantes, o excesso de assalariados agrícolas em relação à superfície de cultivo e o parco salário a roçar o mínimo indispensável ao sustento de um grosso da população que vive do trabalho sazonal da agricultura, a que muitas vezes aliava o cultivo da terra alheia, quase sempre sobrecarregada com rendas, por vezes, excessivas,

¹²³ MONTEIRO – A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar... p. 108.

agravadas pela existência de maus anos agrícolas agrava a penúria destes indivíduos que facilmente se sentem seduzidos pelo desejo de emigrar.

Na sequência do exposto, atentemos à repartição da emigração por meses do ano (Gráfico 12). Como explicar as flutuações apresentadas? Não adianta conjecturarmos motivações nefelibatas. Como o trabalho agrícola estava sujeito a uma rotina ligada às estações do ano e às alterações climáticas, os indivíduos, nos meses de menor actividade agrícola e dada a elevada oferta de mão-de-obra, encontravam-se mais predispostos para pôr em prática o projecto que consistia em alargar os seus horizontes profissionais. Por isso, os meses de maior emigração são Março e Outubro, com 484 indivíduos e 514 indivíduos, respectivamente. Ao invés, nos meses em que se começava a preparar a terra para as sementeiras de Primavera, a fazer algumas colheitas, se preparavam as terras para as colheitas de Inverno, se procediam às ceifas, debulhas, colheitas de produtos hortícolas e se procedia às vindimas e estrumação dos campos, poderá explicar que os meses de menor emigração sejam Janeiro, Junho, Julho e Agosto, com 199 indivíduos, com 135 indivíduos, 165 indivíduos e 183 indivíduos, respectivamente.

Gráfico 12 - Evolução da emigração segundo os meses do ano (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Mas, voltemos novamente à análise da profissão dos emigrantes de Penacova. Muito interessante, ainda, é o número de profissionais que exerciam uma actividade por conta própria ou por conta de outrem, como, alfaiate (31), barbeiro (28), barqueiro (45), caixeiro

(44), carpinteiro (73), ferreiro (13), pedreiro (51), sapateiro (37) e serrador (23). Como sociedade rural, o exercício de um mester é muitas vezes complementado com a exploração agrícola, assegurada pela mulher e filhos e com o auxílio do chefe de família na época de maior trabalho, as sementeiras e as colheitas¹²⁴.

Encontramos, ainda, a participação de 48 (1,70%) negociantes e 68 (2,41%) proprietários. A ausência de discriminação do tipo de actividade em que se ocupavam não nos permite especificar se se encontravam ligados à agricultura, à transformação pré-industrial de matérias-primas, a actividades respeitantes a funções do quotidiano ou ao ramo dos meios de transporte.

Quadro 17 - Ocupação dos titulares de passaportes (1870-1899)

Profissões	Total parcial	% parcial
Alfaiate	31	1,10
Barbeiro	28	0,99
Barqueiro	45	1,59
Cabouqueiro	2	0,07
Caixeiro	44	1,56
Canastreiro	4	0,14
Carpinteiro	73	2,59
Carpinteiro e trabalhador	1	0,03
Cocheiro	1	0,03
Comerciante	3	0,1
Comerciante no Pará	1	0,03
Cozinheiro	3	0,1
Criado de servir	4	0,14
Empregado na agricultura	1	0,03
Empregado de comércio	6	0,21
Escrevente	2	0,07
Farmacêutico	1	0,03
Ferrador	5	0,17
Ferreiro	13	0,46
Jornaleiro	1	0,03
Jornalista	1	0,03

(continua na página seguinte)

¹²⁴ ALVES – *Os Brasileiros....* p. 233.

Profissões	Total parcial	% parcial
Latoeiro	1	0,03
Lavrador	5	0,17
Marinheiro	1	0,03
Mergulhador	1	0,03
Moleiro	3	0,10
Negociante	48	1,70
Negociante de géneros	1	0,03
Negociante e trabalhador	1	0,03
Padeiro	3	0,10
Paliteiro	3	0,10
Pedreiro	51	1,81
Presbítero	1	0,03
Praticante de farmácia	1	0,03
Proprietário	68	2,41
Proprietário e trabalhador	2	0,07
Proprietário e barbeiro	1	0,03
Proprietário reles	1	0,03
Reverendo	1	0,03
Sapateiro	37	1,31
Serviço de casa	1	0,03
Serrador	23	0,81
Serralheiro	7	0,24
Tanoeiro	1	0,01
Trabalhador	2 281	81,05
Trabalhador de enxada	1	0,03
Total parcial	2 814	100
Sem identificação	76	-
Ilegível	1	-
Total global	2 891	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Quanto ao estatuto sócio-profissional dos acompanhantes, a fonte revela-se pouco rica em informações, pois, apenas sabemos as profissões ou ocupações de 4 indivíduos. A saber, 1 criado de 12 anos, 1 alfaiate de 15 anos, 1 trabalhador de 22 anos e 1 criada de 40 anos.

Por sua vez, a nossa análise às profissões das mulheres titulares de passaportes, permite-nos registar que num universo de 101 mulheres, conhecemos a ocupação de 66 (65,34%) requerentes (Quadro 18).

Quadro 18 - Ocupação das titulares de passaportes (1870-1899)

Profissões	Total parcial	% parcial
Costureira	7	10,6
Dona de casa	5	7,57
Jornaleira	7	10,6
Paliteira	1	1,51
Proprietária	5	7,57
Tecedeira	3	4,54
Trabalhadora	36	54,54
Serviçal	2	3,03
Total parcial	66	100
Sem identificação	35	-
Total global	101	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Com um número de referências a profissões reduzido, se comparado com os homens, verificamos que o exercício da actividade profissional de trabalhadora com 36 (54,54%) requerentes e a presença de 7 (10,6%) jornaleiras perspectiva que numa sociedade rural, a emigração é transversal a todos os trabalhadores rurais, mesmo no sexo feminino, apesar da sua reduzida representatividade na corrente migratória.

A par destas profissões, é de registar em virtude da reduzida dimensão da lista, a presença de costureiras, donas de casa, paliteiras, proprietárias, tecedeiras e serviçais.

Após o reconhecimento das profissões dos emigrantes, procedemos à sua classificação por sectores de actividades¹²⁵ (Quadro 19).

No sector primário, incluímos os cuja sobrevivência dependia do exercício de actividades ligadas à terra e à pesca, com carácter de especialização, como os jornaleiros, lavradores, trabalhadores na agricultura e de enxada, ou, os trabalhadores. Aliás, a mão-de-obra não especializada na agricultura é aquela que contribui com maior percentagem para a emigração penacovense (81,44%). Enquadrados no sector primário encontramos os marinheiros e mergulhadores, denominação que pode referir-se a homens que se dedicavam à pesca.

¹²⁵ Na classificação das ocupações profissionais por sectores de actividades, seguimos os critérios apresentados por ALVES – *Os Brasileiros...* p. 232-248.

No sector secundário, incluímos os que tinham uma actividade ligada à construção civil, vestuário, têxtil e calçado, metalurgia, madeira, alimentação e panificação, como, alfaiates, cabouqueiros, canastreiros, carpinteiros, cozinheiros, ferradores, ferreiros, latoeiros, moleiros, padeiros, paliteiros, pedreiros, sapateiros, serradores, serralheiros e tanoeiros. O sector da transformação de madeira é o que contribui com maior percentagem para a emigração do sector (3,69%). Além de usada na construção civil, era matéria-prima essencial na carpintaria, marcenaria e fabrico de palitos¹²⁶. A actividade associada ao vestuário, têxtil e calçado contribui com a segunda maior percentagem no sector (2,41%). Jorge Fernandes Alves, a propósito destes profissionais, considera não ser um exagero afirmar que nesta época eram os portugueses a calçar e a vestir os brasileiros dado o número elevado de profissionais deste sector de actividade emigrados no Brasil¹²⁷. Segue-se o sector da construção civil (1,88%), da metalurgia (0,92%) e, em menor número, as actividades alimentares (0,31%). Uma referência para uma actividade que, embora com pouca representatividade no fluxo migratório, assumia um significado importante na economia artesanal do concelho, os paliteiros. De facto, o artesanato de palitos, assumiu uma configuração propagativa entre os anos de 1861 e 1910¹²⁸.

Com um total de 260 (9,24%) trabalhadores, podemos questionar a que se deveu a saída de um número considerável de profissionais do sector secundário. No sentido de responder a esta questão, afigura-se-nos pertinente clarificar a história do desenvolvimento industrial na área económica de Coimbra, na segunda metade do século XIX, pois, embora com algumas variantes, pode ser transposta para o espaço em estudo¹²⁹. Condições de natureza demográfica, tecnológica, de mercado, associação e cooperação são apontadas para que as actividades pré-industriais da área de Coimbra resistam à entrada da indústria mecanizada. A explicitação desfaz a contradição imaginada. Quanto à condicionante demográfica, estamos perante um distrito com uma densidade demográfica elevada, com uma população inequivocamente urbana, no qual, a evolução da população das sedes concelhias, na sua quase totalidade, atingiu valores reduzidos. Podemos partir para a conclusão que a debilidade de população e de mão-de-obra gera um fraco consumo. Do ponto de vista tecnológico, a mecanização tardava a fazer-se sentir, nomeadamente nas zonas mais rurais do distrito, onde o maior volume de mão-de-obra exigido não se apresentava como um obstáculo dada a inexistência de actividades fabris e a prática dos baixos salários. De seguida, temos

¹²⁶ MENDES – *A área económica de Coimbra...* p. 89.

¹²⁷ In: *Os Brasileiros...* p. 244.

¹²⁸ MENDES – *A área económica de Coimbra...* p. 96-97.

¹²⁹ MENDES – *A área económica de Coimbra...* p. 102-106.

ligeiras alterações nas condições do mercado, pois, o desenvolvimento verificado no desenvolvimento dos transportes, favoreceu a abertura dos mercados locais aos inter-regionais e ao mercado nacional, o que terá facilitado a entrada de produtos provenientes de fora da área. Por último, encontramos as dificuldades de associação e cooperação entre produtores no sentido de gerarem soluções integradas numa dinâmica de concorrência. Posto isto, e apesar de Penacova se apresentar como um concelho com uma elevada densidade populacional (Quadro 8), verificamos, como observado, que tal como as actividades primárias da economia, também o sector secundário não propiciava oportunidades de trabalho, em virtude da existência de actividades pré-industriais e de fraca intensidade, obrigando esta mão-de-obra a procurar melhorar as suas condições de vida noutros espaços, no território nacional ou no estrangeiro.

Com uma implantação mais reduzida (5,01%), encontramos o exercício de actividades ligadas ao sector terciário, ou seja, os que não produzem bens mas prestam serviços. Em maior escala, encontramos o grupo de profissionais dedicados à vida comercial (1,95%), na sua maior parte, simples caixeiros (Quadro 19). Segue-se-lhe o grupo dos transportes (1,63%), representado na sua quase totalidade por barqueiros (Quadro 19). Igualmente descendente, em termos percentuais, são as actividades ligadas à saúde e higiene (1,06%), como barbeiros e praticantes de farmácia. Com uma importância irrelevante, encontramos o grupo de profissões ligadas à prestação de serviços públicos e serviços privados. A mais evidente é a da criadagem.

O facto de não sabermos se o exercício da actividade de proprietário ou comerciante estão ligados ao comércio, à agricultura ou à indústria considerámos oportuno seguir os critérios de Jorge Fernandes Alves e classificá-los em sector próprio¹³⁰; assim como, optámos por agrupar em actividade não especificada, e incluí-la neste sector, o exercício de duas actividades profissionais, tal como carpinteiro e trabalhador, negociante e trabalhador, proprietário e trabalhador e proprietário e barbeiro.

Quadro 19 - Ocupação dos titulares de passaportes por sectores de actividades (1870-1899)

Sectores	Actividades	Total parcial	% parcial
1 – Primário	1.1. Agro-pecuária	2 289	81,37

(continua na página seguinte)

¹³⁰ In: *Os Brasileiros...* p. 234.

Sectores	Actividades	Total parcial	% parcial
	1.2. Pescas	2	0,07
	Total parcial	2 291	81,44
2 – Secundário	2.1. Construção civil	53	1,88
	2.2. Vestuário, têxtil e calçado	68	2,41
	2.3. Metalurgia	26	0,92
	2.4. Madeira	104	3,69
	2.5. Alimentar/panificação	9	0,31
	Total parcial	260	9,24
3 - Terciário	3.1. Comércio	55	1,95
	3.2. Transportes	46	1,63
	3.3. Saúde e higiene	30	1,06
	3.4. Serviços públicos	5	0,17
	3.5. Serviços privados	5	0,17
	Total parcial	141	5,01
4 - Diversos indeterminados	4.1. Proprietários	69	2,45
	4.2. Negociantes	48	6,82
	4.3. Não especificada	5	0,17
	Total parcial	122	4,33
	Total global	2 814	100
	Profissão não identificada	77	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Seguindo os mesmos critérios utilizados para os titulares de passaportes, vejamos as profissões da emigração feminina por sector de actividade (Quadro 20).

Do quadro esboçado, concluímos que o grupo que mais intensamente participou nesta movimentação humana foi o das trabalhadoras rurais, com jornaleiras e trabalhadoras indiferenciadas, representando 65,15% do total. Segue-se-lhe em importância relativa, os grupos do vestuário, têxtil e calçado com 15,15%, e da madeira com 1,51%, atingindo o sector secundário 16,66% do total. Com um peso mais modesto, surgem as mulheres dedicadas à prestação de serviços (10,6%), na sua maior parte, domésticas e serviçais. Por último, é de registar o grupo das proprietárias (7,57%).

Quadro 20 - Ocupação das titulares de passaportes por sectores de actividades (1870-1899)

Sectores	Actividades	Total parcial	% parcial
1 – Primário	1.1. Agro-pecuária	43	65,15
	Total parcial	43	65,15
2 – Secundário	2.1. Vestuário, têxtil e calçado	10	15,15
	2.2. Madeira	1	1,51
	Total parcial	11	15,15
3 – Terciário	3.1. Serviços privados	7	10,6
	Total parcial	7	10,6
4 - Diversos indeterminados	4.1. Proprietárias	5	7,57
	Total parcial	5	7,57
	Total global	66	100
	Profissão não identificada	35	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Concluimos que na emigração dos naturais e/ou residentes no concelho de Penacova, predominavam os assalariados rurais de baixo nível económico e social que procuravam em destinos externos a estabilidade e o gozo de condições profissionais e económicas que lhes permitisse melhorar as duras condições de vida, evitando, desta forma, ficar à mercê da fome e da miséria.

3.6 - Alfabetização dos emigrantes

Desde a década de 40 do século XIX, que surgem preocupações nos meios mais literatos para o facto de os indivíduos que pretendem emigrar para o Brasil, além de saberem desempenhar um ofício e de custearem a viagem de ida, dominassem a arte da leitura e da escrita¹³¹. Por sua vez, autores como Oliveira Martins¹³² e Afonso Costa¹³³ consideram a falta de instrução como um factor propulsor da emigração. Desta forma, não seriam tão vulneráveis à actividade dos engajadores, muitos deles ao serviço do Estado brasileiro que tinham por missão fornecer às plantações mão-de-obra desqualificada e barata que substituisse o trabalho escravo, pois, com estórias de enriquecimentos fáceis mascaravam a dura realidade das

¹³¹ ALVES, Jorge Fernandes - Ler, escrever e contar na emigração oitocentista, p. 3.

¹³² In: *Fomento Rural*... p. 189.

¹³³ In: *Estudos de Economia Nacional*... p. 109-110.

condições de vida que iam encontrar no Brasil. Aliás, quanto mais analfabetos fossem os emigrantes, maiores seriam as suas dificuldades em se livrarem da labuta na fazenda e procurarem trabalho no comércio. Ao mesmo tempo, impedia que assinassem contratos de trabalho que os endividavam perante seus futuros patrões, mesmo antes de partirem da sua terra natal, evitando uma nova forma de escravatura, a escravatura branca.

Apesar da instabilidade política e social que abalou Portugal após a Revolução Liberal de 1820, e que dificultou a implantação de um conjunto de reformas no ensino¹³⁴, o pressuposto ideológico que a instrução era a melhor defesa do novo regime e condição para o progresso do país, se encontra na Constituição de 1822, pois, referindo-se expressamente ao ensino, declara no artigo 237.º que “Em todos os lugares do reino, onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade Portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever, e contar, e o catecismo das obrigações civis e religiosas¹³⁵.” Por sua vez, o § 30.º do artigo 145.º da Carta Constitucional de 1826, consagrava a instrução primária gratuita a todos os cidadãos¹³⁶. Porém, ambos os documentos são omissos no que concerne à instrução como um direito e como um dever. Pouco foi feito, e, só após a guerra civil entre liberais e absolutistas (1828-1834), é que começam a ser tomadas algumas medidas, como, o Decreto de 15 de Novembro de 1836, de Passos Manuel. Entre outras medidas, determinava a obrigatoriedade dos pais em facilitarem aos seus filhos o acesso à instrução. Medida de carácter persuasivo sem a estipulação de sanções aos incumpridores. Em 1844, através da Lei da Instrução Pública de 20 de Setembro, da responsabilidade de António Bernardo da Costa Cabral, é estabelecida a obrigatoriedade de frequência no ensino primário para as crianças dos 7 aos 15 anos, residentes nas povoações onde existissem escolas no raio de um quarto de légua (2,5 quilómetros), ficando os encarregados de educação sujeitos a penalizações aplicadas pelo Administrador do Concelho, que iam dos simples avisos, passavam pelas intimações e repreensões, e culminavam em multas pecuniárias com quantias que variavam entre 500 a 1\$000 réis. No sentido de aliciar as populações a aderirem ao ensino, penalizava todos os analfabetos com o cumprimento do serviço militar. A Carta de Lei de 2 de Maio de 1878, fixa o ensino obrigatório para as crianças de ambos os sexos entre as idades de 6 até 12 anos, à excepção das crianças que fizessem prova de receber ensino doméstico ou privado, as

¹³⁴ Para uma visão geral da problemática da instrução pública no Portugal após 1820, ver, ALVES – Ler, escrever e contar... p. 1-31; TORGAL, Luís Reis - A instrução pública, p. 609-622; e, RAMOS, Rui - Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo, p. 1067-1145.

¹³⁵ http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/CRP-1822.pdf [Consult. 3 Fev. 2014].

¹³⁶ http://debates.parlamento.pt/Constituicoes_PDF/II%20Carta%20Constitucional.pdf [Consult. 3 Fev. 2014].

que residiam a mais de 2 quilómetros de uma escola pública ou particular, as declaradas em extrema pobreza, órfãos, filhos de viúvas pobres ou de pais indigentes, impossibilitados de trabalhar, que não usufríssem de apoio das Juntas de Paróquia e das Comissões Promotoras de Beneficência, em vestuário, livros e outros materiais considerados indispensáveis à frequência da escola, assim como, os que fossem considerados incapazes de receber o ensino em três exames sucessivos perante os júris de acordo com o § 1.º do artigo 42.º. Os encarregados de educação incumpridores eram admoestados e intimados ao cumprimento da obrigação. A desobediência levava ao pagamento de multa em um dia de trabalho ou o equivalente em dinheiro, podendo chegar, em caso de reincidência, ao quadruplo. Uma novidade apresentada neste projecto é a criação de uma escola para cada sexo em cada freguesia. Além dos aspectos relativos ao acesso à instrução, a presente Lei procurou responsabilizar as autoridades locais, civis e religiosas na construção, manutenção e apetrechamento dos edifícios escolares, na providência de habitação e de salário aos professores. Porém, o desperdício de receitas do erário público com a instrução primária, impôs que a Lei de 6 de Junho de 1894 passasse para a dependência do Estado, os serviços de instrução primária que, de acordo com as leis de 2 de Maio de 1878 e 18 de Julho de 1885, pertenciam às Câmaras Municipais.

Apesar da promulgação de legislação que cultivava o valor da instrução primária, em 1878, 79,4% dos portugueses maiores de 6 anos não sabia ler e, em 1890, 74,1% das crianças com idades entre os 7 e os 9 anos eram consideradas de analfabetas¹³⁷. Os avanços lentos da instrução pública portuguesa podem, igualmente, ser comprovados pelo número de escolas existentes. Assim, em 1863 temos 4,4 escolas por 10 000 habitantes, em 1884 atinge 7,8 e, em 1899, o número de escolas atinge a cifra de 8,3. Em relação à distribuição das escolas por distritos, Coimbra, a par de Aveiro, Viseu e o Noroeste apresentam a rede escolar mais densa¹³⁸.

Não obstante as políticas públicas de ensino no século XIX, como seria a formação intelectual do emigrante penacovense?

Numa perspectiva comparada do grau de alfabetização da população em geral no Continente com o nível de alfabetização do concelho de Penacova, verificamos pela existência de uma taxa de analfabetismo expressivamente elevada, com valores muito superiores ao todo nacional (Quadro 21).

¹³⁷ RAMOS – Culturas da alfabetização... p. 1067.

¹³⁸ RAMOS – Culturas da alfabetização... p. 1103-1104.

Quadro 21 - Analfabetismo dos titulares de passaportes (1878 e 1890)

	1878	1890
Continente	79,4%	76,1%
Penacova	91,97%	86,54%
Emigração	68,42%	-
Sem identificação	-	62,22%

Fontes: *Censos da População do Reino de Portugal de 1878 e 1890*, p. 120-121. Vol. I (Penacova); RAMOS – Culturas da alfabetização... p. 1067 (Continente); e, *Registos de Passaportes*, livros 9, 10, 26 e 27 (Emigração).

Por sua vez, uma visão mais estrita, relativa aos que emigraram, aponta para, no ano de 1878, um nível de alfabetização mais baixo que o Continente e o todo concelhio. Quanto ao ano de 1890, notamos que nos 135 registos, 62,22% (84) não possuem qualquer referência ao grau de alfabetização do requerente. A crueza dos números diz-nos que o analfabetismo se manteve elevado ao longo do período em estudo. Por isso, e apesar das reservas à ideia apresentada, dado o amanuense não ter registado a competência literária do requerente, cremos estar perante a dura realidade do analfabetismo. Ao invés, 51 registos indicam o tipo de competências literárias detidas.

Será que podemos transpor para a realidade de Penacova, a ideia do valor da instrução enquanto carácter utilitário¹³⁹?

Vejamos. Dos 2 891 titulares de passaportes, temos informação relativa às competências literárias de 1 599 (55,3%) indivíduos, sendo desconhecida a informação de 1 291 indivíduos (Quadro 22). Quando nos referimos ao grau de instrução, 1 142 (71,42%) indivíduos são identificados como alfabetos, e, 457 indivíduos (28,58%) não possuíam qualquer grau de instrução.

No que se refere às competências literárias, verificamos que 545 (34,08%) escreviam, 532 (33,27%) sabiam ler e escrever, 63 (3,93%) faziam o nome e 2 (0,12%) liam.

Considerando como válidos os dados apresentados, permitem-nos configurar o grau de alfabetização destes emigrantes como rudimentar¹⁴⁰. Subscrevemos Jorge Fernandes Alves, quando diz que uma fracção da população aprende as primeiras letras fora do sistema escolar e em situações de ensino privado, individual ou colectivo, com o único propósito de

¹³⁹ RAMOS – Culturas da alfabetização... p. 1084.

¹⁴⁰ Estamos a assumir o risco de identificarmos como alfabetizados todos os que escrevem, quando, muito provavelmente, o que sabiam fazer era assinar o nome.

adquirirem noções elementares de leitura e escrita, com o propósito de sair do território¹⁴¹. Porém, como já referido, a maioria dos candidatos à partida, declarou como ocupação o exercício de actividades ligadas à agricultura. Por isso, é natural que no local de destino acabem por desempenhar tarefas agrícolas. Portanto, ao contrário dos que pretendem continuar o desempenho de funções comerciais ou saiem com aspirações para tal, não têm a necessidade de adquirir uma instrução que lhes permita ler, escrever e contar correctamente. No entanto, não quer isto dizer que não tenham ocorrido desvios à prática da profissão de origem. Com a certeza que existiram e as noções ainda que rudimentares de leitura, escrita e aritmética poderão ter funcionado como trampolim para o exercício da tão almejada actividade comercial.

Quadro 22 - Alfabetização dos titulares de passaportes (1870-1899)

	Competências literácias	Total global	% global
1. Alfabetização	1.1. Escreve	545	34,08
	1.2. Faz o nome	63	3,93
	1.3. Lê	2	0,12
	1.4. Lê e escreve	532	33,27
	Total parcial	1 142	71,41
2. Analfabetização	2.1. Não sabe escrever	248	15,5
	2.2. Não sabe ler nem escrever	209	13,07
	Total parcial	457	28,58
	Total global	1 599	100
3. Diversos indeterminados	3.1. Ilegível	1	-
	3.2. Sem identificação	1 291	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Se analisarmos a alfabetização das titulares de passaportes, a situação afigura-se-nos diferente em comparação com os homólogos masculinos (Quadro 23).

Em primeiro lugar, verificamos que num total de 101 registos, a omissão relativa a esta informação atinge 90 registos. De seguida, apuramos pelos números apresentados que 6 (54,54%) mulheres são analfabetas e 5 (45,45%) mulheres possuem competências literácias, das quais, 3 (27,27%) escreviam, 1 (9,09%) lia e 1 (9,09%) lia e escrevia. Em terceiro lugar, inferimos da baixa taxa de alfabetização das mulheres quando comparada com a dos homens,

¹⁴¹ In: Ler, escrever e contar... p. 12.

pela segregação no acesso à escolarização a que o sexo feminino estava votado, pois, era orientado para as lides domésticas e ajuda à criação dos filhos mais novos¹⁴².

Quadro 23 - Alfabetização das titulares de passaportes (1870-1899)

	Competências literácias	Total global	% global
1. Alfabetização	1.1. Escreve	3	27,27
	1.2. Faz o nome	-	-
	1.3. Lê	1	9,09
	1.4. Lê e escreve	1	9,09
	Total parcial	5	45,45
2. Analfabetização	2.1. Não sabe escrever	2	18,18
	2.2. Não sabe ler nem escrever	4	36,36
	Total parcial	6	54,54
	Total global	11	100
3. Diversos indeterminados	3.1. Sem identificação	90	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

No que se refere às competências literácias dos acompanhantes, encontramos indicadores demonstrativos dessa competência de 3 indivíduos, ambos do sexo masculino e com idades compreendidas entre os 15 e os 16 anos. Apesar da não representatividade da amostra, importa considerar que 2 declararam saber ler e escrever e 1 manifestou saber escrever.

Pelo exposto, podemos depreender que os números apresentados nos revelam uma outra realidade da alfabetização, o seu carácter utilitário, pois, os que emigravam viam no saber ler, escrever e contar uma melhor perspectiva de emprego e de melhoria das suas condições de vida, dado os alfabetizados de ambos os sexos, manifestarem uma maior propensão para emigrar que os analfabetos.

3.7 - Freguesias de naturalidade e/ou residência dos emigrantes

É interessante verificar qual o contributo de cada freguesia para o cômputo global da emigração do espaço penacovense.

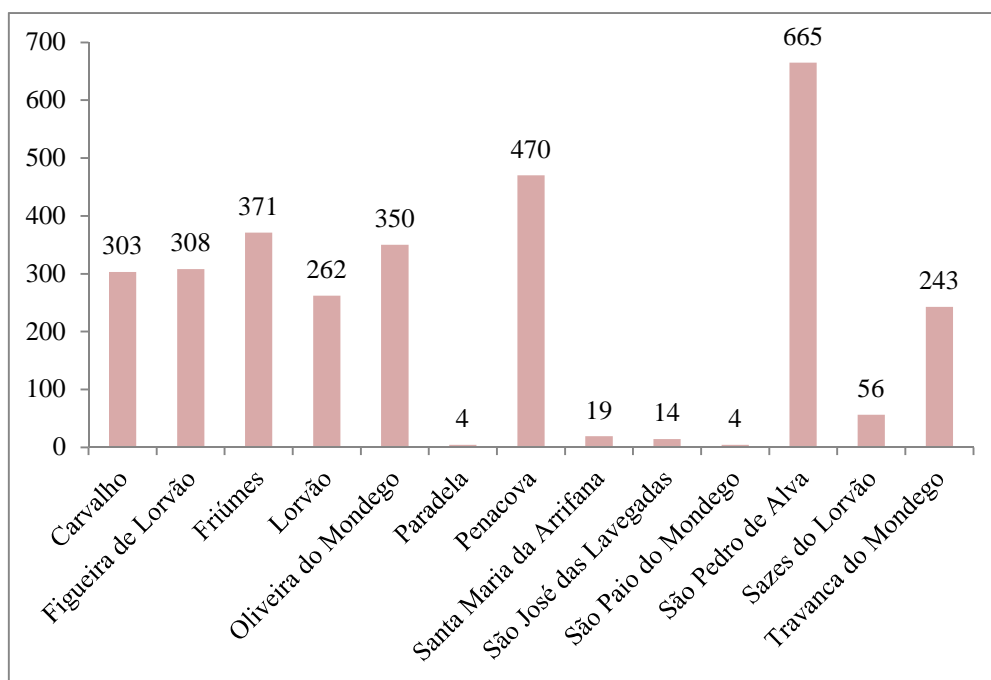
¹⁴² ALVES – *Os Brasileiros...* p. 253.

Dadas as alterações verificadas no quadro da divisão administrativa do território nacional durante o período temporal abrangido pelo nosso estudo, que, provocaram sucessivas alterações nas fronteiras do concelho de Penacova, como referido no capítulo 2, detectámos pela coincidência a freguesia de origem com o período em que esta se encontrava anexa a Penacova.

Entre 1870 e 1899, saíram de Penacova, 3 447 naturais e/ou residentes para destinos internacionais. Não é conhecida a freguesia de naturalidade de 378 indivíduos, o que corresponde a 10,96%.

No gráfico 13 podemos analisar a distribuição quantitativa dos principais centros de proveniência dos emigrantes e traçar o peso de cada freguesia para o êxodo global do concelho.

Gráfico 13 - Freguesias de naturalidade e/ou de residência dos que emigraram - total de registos (1870-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

O núcleo mais importante da emigração foi São Pedro de Alva com 665 indivíduos, 21,66% do total. Segue-se, a sede de concelho, Penacova, com 470 (15,31%) indivíduos. Aparecem, depois, com uma percentagem significativa, Friúmes com 371 (12,08%) indivíduos, Oliveira do Mondego com 350 (11,4%) indivíduos, Figueira de Lorvão com 308 (10,03%) indivíduos, Carvalho com 303 (9,87%) indivíduos, Lorvão com 262 (8,53%)

indivíduos e Travanca do Mondego com 243 (7,9%) indivíduos. Com uma percentagem menos significativa, encontramos Sazes do Lorvão, Santa Maria da Arrifana, São José das Lavegadas, São Paio do Mondego e Paradela. Estas cinco freguesias contribuíram para o fluxo emigratório com 97 indivíduos, cerca de 3,16% do contingente total.

Que comentários nos revelam estes números?

Em primeiro lugar, verificamos que em termos quantitativos, o contributo dado pelas freguesias foi desigual. Ao compararmos os valores apresentados no quadro 1, referenciado no capítulo dois deste trabalho, com os números do gráfico anterior, concluímos que não existe uma correspondência linear entre as freguesias com maior população e as que apresentam um maior número de saídas. Como exemplo. Os dados dos censos de 1878 e 1890 apontam para Penacova, 3 056 habitantes e 3 264 habitantes, respectivamente. Por sua vez, as contagens da população referidas anteriormente, indicam para São Pedro de Alva, 2 399 habitantes e 2 422 habitantes, respectivamente. No cômputo geral da emigração respeitante ao presente estudo, apuramos para Penacova, 470 emigrantes e para São Pedro de Alva, 665 emigrantes. Outro exemplo. Na pretérita citação da contagem da população, Lorvão apresenta 2 664 habitantes e 3 220 habitantes para os anos de 1878 e 1890, respectivamente. Por sua vez, os censos da população em 1879 e 1890 recensearam para Oliveira do Mondego uma população de 975 habitantes e 991 habitantes, respectivamente. Porém, os números da emigração apontam para Lorvão, 262 emigrantes e, para Oliveira do Mondego, 350 emigrantes.

De seguida, notamos uma contrariedade na relação entre a dimensão média dos fogos (Quadro 2) e o fluxo emigratório. Exemplo. A freguesia de Sazes do Lorvão apresenta a dimensão média de fogos mais elevada, 4,2 e 4,4 em 1878 e 1890, respectivamente. Contraditoriamente, ao cruzarmos esses valores com a informação apresentada no gráfico 13, concluímos pela existência de uma emigração quase nula.

Por último, importa questionar se, de facto, a emigração em Penacova está directamente relacionada com o sobrepovoamento do concelho, isto porque, à medida que a população emigrava, a pressão demográfica devia de diminuir e, as estruturas produtivas, ainda que parcas e subdesenvolvidas, deveriam absorver os municípes que ficavam. Notamos, pelo cruzamento dos dados apresentados nos quadros 1 e 7 e no gráfico 13, o contrário, isto é, o aumento do fluxo emigratório é acompanhado por um aumento da população, com excepção da freguesia de Travanca do Mondego.

Como explicar estas ocorrências? Podemos apontar razões de natureza histórica, económica e geográfica como justificativo. Quanto às razões de natureza histórica, as

inúmeras modificações administrativas, terá levado a que as relações entre os indivíduos, pautadas pela estreiteza económica e social, dada a pequenez da jurisdição, se percam de vista ao ser integrada numa comunidade com um estágio de desenvolvimento diferenciado e com um afastamento espacial acentuado destas “novas” freguesias, agravado pelos meios de acesso, originou níveis de desenvolvimento económico mais lentos e diferenciados entre freguesias. Neste contexto, podemos integrar o papel desempenhado pelo concelho de São Pedro de Alva na promoção do desenvolvimento local, potenciado pela sua proximidade às populações, que, após a sua extinção, terá levado a uma exclusão destas, pois, os laços criados na administração de negócios de interesse local, como a assistência às populações, terão sido quebrados. Nas motivações de natureza económica, verificamos que o fluxo emigratório é mais acentuado nas freguesias mais dependentes das actividades económicas rurais, como, Friúmes, Oliveira do Mondego, São Pedro de Alva e Travanca do Mondego. Por isso, se explica que a freguesia de Lorrão, importante centro do fabrico paliteiro e a segunda com maior população em termos absolutos, corresponda uma das percentagens mais baixas de emigrantes. Desta forma, as fracas expectativas económicas dos lugares onde habitavam e as oportunidades que cada indivíduo pensava vir a obter no Brasil, influenciados por informações de familiares, amigos ou outro tipo de contacto, em virtude da política diferencial de salários praticada entre Portugal e o Brasil, são variáveis que se conjugam, de forma diferenciada, na maioria das freguesias do concelho, como tendo um papel activo no fluxo emigratório. Analisando as questões de natureza geográfica, notamos que as freguesias em situação de contiguidade com a sede de distrito, ou, as povoações vizinhas de Lorrão, apresentam valores correspondentes mais baixos de emigração. Por um lado, a proximidade espacial com Coimbra, potenciadora de um êxodo rural, necessário para ocupar importantes nichos de mercado de trabalho deixados pelos que tinham emigrado. Este estágio na vida dos candidatos à emigração, permitia-lhes, não somente a aquisição das economias necessárias às despesas com a viagem e o conhecimento necessário das redes existentes, nomeadamente no comércio brasileiro, mas, também, o corte com as relações paroquiais da sua terra de origem¹⁴³. Por outro lado, o fabrico dos palitos vai ter uma difusão geográfica por diversas localidades do concelho, o que permite os seus habitantes terem uma ocupação quase exclusiva nesta actividade¹⁴⁴.

¹⁴³ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 268.

¹⁴⁴ MENDES – *A área económica de Coimbra...* p. 99-100.

3.7.1 - Espaços em conexão

Depois de observados os quantitativos emigratórios, segundo as zonas de partida e as zonas de chegada, propomo-nos analisar a relação entre estes dois espaços.

Para termos um quadro que nos permita identificar os espaços em conexão, foram tratados os registos de passaportes que não suscitaram dúvidas de estabelecermos uma dicotomia entre dois pontos, o de partida e o de chegada.

Neste sentido, depois de procedermos ao levantamento da informação, para o total das zonas de partida, seleccionámos os destinos de chegada que acolheram a maioria dos emigrantes (Quadro 24). Num universo de 2 870 emigrantes, 1 355 (47,21%) partiram em direcção a Santos, 1 156 (40,27%) rumaram para o Rio de Janeiro e 286 (9,96%) dirigiram-se para o Pará. Os restantes partiram para diversos pontos do Brasil, da Argentina e do Uruguai, pela Europa e, alguns (1,63%) deslocaram-se para as colónias africanas.

Quadro 24 - Espaços em conexão dos emigrantes - total de registos (1870-1899)

Freguesias	Destinos preferenciais		
	Rio de Janeiro	Santos	Pará
Carvalho	192	79	3
Figueira de Lorvão	105	167	17
Friúmes	83	79	184
Lorvão	83	121	19
Oliveira do Mondego	200	108	4
Paradela	-	-	4
Penacova	237	155	24
Santa Maria da Arrifana	7	12	-
São José das Lavegadas	2	-	11
São Paio do Mondego	-	4	-
São Pedro de Alva	147	458	13
Sazes do Lorvão	23	29	1
Travanca do Mondego	77	143	6
Total global	1 156	1 355	286

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Conforme se pode facilmente comprovar, verificamos que existe uma relação entre as freguesias de proveniência, as relações de proximidade entre duas localidades e os destinos. Por exemplo, a freguesia de São Pedro de Alva tem como destino de eleição Santos com 458 emigrantes, ou seja, do total global de partidas para esta cidade, 33,8% pertencem a esta freguesia. Por sua vez, e dada a sua proximidade espacial com a freguesia de Travanca do Mondego, esta, vai exercer alguma influência atractiva nos seus habitantes, tornando Santos no principal destino da sua população com uma parcela de 10,55%. Grosso modo, verificamos que nestas duas freguesias, o número de saídas para aquele destino se situa nos 44,35%. É, igualmente evidente, uma relação entre as freguesias de Travanca do Mondego e Oliveira do Mondego, espacialmente limítrofes, que contribuiu com 108 (7,97%) saídas para este destino. Outra parcela do concelho, com uma relação espacial muito forte entre freguesias e que permitiu um movimento emigratório significativo para Santos, situa-se em Figueira de Lervão com 167 (12,32%) partidas, Lervão com 121 (8,92%) partidas e Penacova com 155 (11,43%) partidas.

Analisando a distribuição geográfica dos fluxos migratórios das freguesias de proveniência para o Rio de Janeiro, notamos que estes se espraiem por todo o concelho. Penacova foi o centro que demonstrou maior movimento populacional para a capital do Brasil com 237 (20,5%) saídas. De seguida, apontamos a existência de outros importantes centros de proveniência para este destino, como Oliveira do Mondego com 200 (17,3%) saídas, Carvalho com 192 (16,6%) saídas, São Pedro de Alva com 147 (12,71%) saídas, Figueira de Lervão com 105 (9,08%) saídas, Friúmes e Lervão com 83 (7,17%) saídas, respectivamente, e Travanca do Mondego com 77 (6,66%) saídas.

Por sua vez, a freguesia de Friúmes é um caso interessante, uma vez que apresenta como destino preferido o Pará. Este Estado do Norte do Brasil reuniu a preferência de 184 habitantes desta freguesia, o que corresponde a 64,33% do total de partidas para este destino.

Os números apresentados, indiciam claramente que a emigração não é um fenómeno simétrico, dado a existência de assimetrias no concelho, pois, as partidas de cada freguesia tinham, na sua maioria, destino específico o Brasil.

Como podemos explicar a conexão entre lugares as freguesias de proveniência, as relações de proximidade entre duas localidades e os destinos?

Em primeiro lugar, temos de apontar os laços de afectividade e de solidariedade criados nos habitantes dos lugares da freguesia e entre freguesias, pois, em grupo, suportavam com mais facilidade a partida da sua terra natal e tornavam a viagem menos penosa. A documentação que compulsámos, apresenta vários registos de indivíduos que saídos da sua

localidade se apresentaram no mesmo dia junto do Governo Civil de Coimbra, a solicitarem passaporte para o mesmo destino. Por sua vez, o cenário edílico de solidariedade que marcava a partida do penacovense de origem rural, determinava o local de acolhimento, pois, desenraizado, esperava contar com a solidariedade dos portugueses residentes no Brasil, que, de forma directa, através da mão de parentes, amigos e conhecidos, ou, de forma indirecta, por via de um conjunto de instituições empenhadas em transmitir uma imagem de honestidade, ajuda ao mais necessitado, sobriedade e de trabalho características do emigrante português. Com a devida ressalva, é possível ter como uma das hipóteses explicativas para que o Rio de Janeiro, mas, também, Santos possam ter surgido como destinos preferenciais destes emigrantes dado o número elevado de associações de assistência de iniciativa portuguesa¹⁴⁵, apesar de o Rio de Janeiro, enquanto capital do país se afigurasse no imaginário dos que emigravam como terra de oportunidades? Se pensarmos no dito popular, “a união faz a força”, assinalamos que a associação entre portugueses, era uma estratégia útil na reposição dos laços de solidariedade que a emigração quebrara e, desta forma, fazer face aos problemas que a vida lhes apresentava, apesar de muitas delas serem abertas a sócios e prestassem assistência a pessoas de qualquer nacionalidade. No *Inquérito Consular Sobre a Emigração Portuguesa*, de 12 de Junho de 1872, efectuado a pedido da Câmara dos Deputados, o cônsul de Portugal no Rio de Janeiro, António de Almeida Campos, considera uma honra nossa, a existência de associações de beneficência e instituições de caridade portuguesas, como a *Caixa de Socorros D. Pedro V*, que presta o auxílio a todos os seus concidadãos sem distinção de quotização, na doença e no regresso à pátria¹⁴⁶. De seguida, referimos as oportunidades que apareciam aos olhos dos candidatos à emigração, surgidas através de informações de familiares, amigos, vizinhos, entre outros, influenciando directamente os emigrantes de uma mesma freguesia ou de freguesias limítrofes a dirigirem-se para o mesmo local de destino. A hipótese pode ser comprovada pelo elevado contingente migratório de Friúmes direccionado para o Pará. A necessidade de mão-de-obra para a exploração da borracha e o facto de a emigração de Friúmes ser constituída maioritariamente por trabalhadores agrícolas, permite-nos afirmar que estes destinaram-se para laborar no surto da borracha. Portanto, o tipo de mão-de-obra que emigrava e a sua concentração num determinado destino, está correlacionada com a actividade que iam desempenhar. Depois,

¹⁴⁵ Sobre as associações de auxílio mútuo e beneficência, ver, ARROTEIA, Jorge Carvalho - Emigrantes e irmandades de origem portuguesa no Brasil: as Santas Casas de Misericórdia, p. 41-50; FONSECA, Vitor Manoel Marques da - Associações portuguesas no Rio de Janeiro: aspectos sociais e financeiros em 1912, p. 249-268; e, BASTOS, Sênia, MATOS, Maria Izilda Santos de - Portugueses em São Paulo. Registros e ingressos (1912): Hospedaria do imigrante – listas de bordo e livros de registro, p. 269-287.

¹⁴⁶ PEREIRA – *A Política Portuguesa...* p. 167-168.

devemos considerar na emigração penacovense, tal como na portuguesa, no geral, o processo de reagrupamento familiar, pois, muitas das situações vivenciadas constituem a união da família nuclear. Começava por partir o chefe da família ou uma criança ou jovem, e, quando o contexto se propiciava, os que ficavam recebiam a chamada dos seus e a família tornava a se unir. É, igualmente importante, expor a actividade desenvolvida por engajadores que aliciavam e captavam mão-de-obra junto das populações cujas actividades económicas rurais se caracterizavam pela falta de rendimentos e de alternativas ao trabalho agrícola. Por sua vez, Jorge Fernandes Alves apresenta-nos um aspecto importante, a dialogia existente nas carreiras de vapores que, por um lado, procuravam satisfazer a procura dos passageiros, e, por outro lado, tinham em preocupação, condições técnicas, portuárias e financeiras¹⁴⁷.

Porém, devemos ter em conta que os destinos de chegada no Brasil, podem não corresponder ao destino final do emigrante, pois, este pode funcionar como porta de entrada neste território, para, de seguida, reorientarem a sua deslocação para outras regiões, nomeadamente, para o interior do território, tarefa facilitada pela existência de uma extensa rede ferroviária ou pela intensa navegação de cabotagem¹⁴⁸. Esta redistribuição poderá acontecer devido à existência de contratos de trabalho celebrados noutros destinos, à reunião com a família ou amigos, ou, após esta união, o contexto propiciar o deslocamento para outras paragens à procura de melhores perspectivas.

No seguimento desta linha de pensamento, podemos questionar se a cidade de Santos, destino preferido destes emigrantes, albergou a quase totalidade do contingente que aí desembarcou, ou, pelo contrário, estes, deslocaram-se para as grandes fazendas de café que se situavam no Estado de São Paulo? O facto é que Santos apresentava um cenário de crescimento económico, em virtude da modernização das suas infra-estruturas ferroviárias, portuárias e urbanas proporcionadas pelo desenvolvimento da exploração cafeeira, capaz de atrair os assalariados rurais penacovenses.

Sob esta perspectiva, corroboramos da opinião de Jorge Fernandes Alves que considera fundamental a cumplicidade do outro lado do Atlântico, no seguir os itinerários dos emigrantes portugueses no Brasil oitocentista¹⁴⁹. Só com a reciprocidade estabelecida entre os historiadores portugueses e brasileiros, é possível almejar o objectivo teórico final do historiador na construção do saber histórico, neste caso, uma História Total da emigração portuguesa.

¹⁴⁷ In: *Os Brasileiros...* p. 288.

¹⁴⁸ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 288.

¹⁴⁹ In: *Os Brasileiros...* p. 290.

3.8 - Motivo de saída dos emigrantes

Apesar de metodologicamente impossível separar os factores repulsivos, que funcionam no ponto de origem, dos agentes atractivos, cuja acção se faz sentir a partir do local de destino¹⁵⁰, pretendemos observar as causas que rodeiam a emigração invocadas pelos que pretendiam deixar a sua pátria, através das informações contidas nos registos de passaportes.

Como referido no ponto 1.5., sito no capítulo um do presente estudo, a partir do livro vinte e quatro, o amanuense tinha de registar a causa da emigração apontada pelo requerente de passaporte.

Face a um universo de 1 817 registos, verificamos que a nossa fonte é pouco pródiga em informações acerca dos argumentos invocados pelos emigrantes (Quadro 25).

Quadro 25 - Motivo de saída dos titulares de passaportes (Outubro de 1888-1899)

Motivo	Masculino	Feminino	Total global
Comércio	6	-	6
Desgostos de família	1	-	1
Falta de l'argent	1	-	1
Família no Brasil	54	3	57
Família no Brasil e negócios	1	-	1
Família no Brasil e pouco ganho	19	1	20
Livre vontade	9	-	9
Marido no Brasil	-	11	11
Negócios	5	-	5
Pai no Brasil	3	-	3
Pouco ganho	73	-	73
Trabalho	2	-	2
Total global	174	15	189

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 24 a 45.

Conforme se pode atentar no quadro anterior, o motivo principal invocado pelos emigrantes era o “pouco ganho”. Segue-se a presença de familiares no Brasil, e, em terceiro

¹⁵⁰ CASCÃO – *Permanência e mudança em duas comunidades...* p. 60.

lugar, surge como causa invocada, a associação das duas motivações atrás referidas. Uma observância para explicitar que a falta de informação do grau de parentesco no local de destino, levou a que a referência aos filhos que se vão encontrar com o pai no Brasil, não tenha sido anexa à causa “família no Brasil”.

Quanto às motivações que explicam a emigração feminina, verificamos que estão relacionadas com a presença de familiares no Brasil, o marido ou parentes. Quando acontece o reagrupamento familiar, a explicação possível é o facto de o seu marido ter alcançado uma vida económica e social estável.

Já foi sublinhado que numa economia de base agrícola, o salário dos trabalhadores rurais era escasso e irregular. Por isso, a solução passava pelo aumento da remuneração auferida no desempenho de tarefas nos campos.

Aliás, as dificuldades financeiras em que vivia parte desta população serviu como campo de intervenção social da parte do amanuense, exprimindo um julgamento crítico camuflado através da ironia, ao arrolar “falta de l’argent” como causa de emigração de Joaquim Duarte, viúvo, trabalhador de 62 anos que requereu passaporte a 30 de Agosto de 1889 com destino a Santos na companhia de suas filhas Teresa de Jesus, 31 anos, Ana de Jesus, 28 anos e Maria do Rosário de 16 anos¹⁵¹.

Questão concreta e antiga, os baixos salários auferidos pelos trabalhadores agrícolas¹⁵², é motivo invocado pela imprensa local para a partida com destino ao Brasil. *O Conimbricense* denunciava que enquanto “(...) as classes trabalhadoras lutarem com graves dificuldades para subsistir e as suas famílias (...)”¹⁵³ a emigração é um facto que empurra os assalariados rurais a sair do país. Por outro lado, dadas as dificuldades estruturais por que passava a agricultura nacional, a mesma imprensa questiona que pode fazer o agricultor quando vê as suas propriedades hipotecadas à Companhia do Crédito Predial, se encontra perante maus anos agrícolas e os poucos produtos que obteve são comercializados a preços baixos, tem de suportar uma elevada carga fiscal e se encontra perante as exigências de salários elevados dos seus trabalhadores¹⁵⁴? Vendiam os bens que possuíam para evitarem ficar sem capacidade de pagamento.

Perante este quadro, a situação dos assalariados rurais agravava-se, pois, as estruturas sócio-económicas não surgiam como capazes de absorver a totalidade da mão-de-obra

¹⁵¹ *Registos de Passaportes*, livro 25, número 761.

¹⁵² Em estudo elaborado para as comunidades da Figueira da Foz e de Buarcos, Rui de Ascensão Ferreira Cascão, reporta que “O salário de um jornaleiro agrícola representava 44,4% do de um pedreiro em 1863 e 51,7% em 1910”, in: *Permanência e mudança em duas comunidades...* nota 25, p. 61.

¹⁵³ 10 de Novembro de 1888, p. 1.

¹⁵⁴ *O Conimbricense*. (7 Dez. 1886) 1.

disponível, dificultada pelo excedente populacional e, as pessoas não encontravam na actividade industrial, uma alternativa eficaz à actividade agrícola. Desta forma, a emigração assume-se como a única alternativa possível.

Preocupações de carácter salarial? Ambição material desmedida? Pressão familiar?

Apesar da complexidade das motivações que explicam a emigração, o carácter dominante da agricultura na economia do concelho como actividade incapaz de ofertar ocupação e bem-estar às populações aí residentes, indicia uma transferência de mão-de-obra para outros destinos.

Eça de Queirós considerava a miséria como a causa principal da emigração. As outras causas, transitórias e acidentais, em determinadas épocas podem estimular a emigração, em razão dum excepcional desenvolvimento da pobreza¹⁵⁵. A observação de Eça de Queirós enquadra-se na realidade do concelho. Uma conjuntura económica menos favorável, como uma sucessão de maus anos agrícolas provocados por situações climáticas adversas, vinha criar condições de excelência para o aumento do fluxo emigratório, devido ao intensificar da miséria das populações.

3.9 - Saída por...

A questão que se poderá levantar agora é a de sabermos a natureza dos locais por onde se realizou a saída dos emigrantes de Penacova titulares de passaporte.

Do total de registos, seleccionámos todos os que forneciam elementos válidos que nos permitam estabelecer uma relação entre a freguesia de origem com o local de destino

Depreendemos no quadro 26 que em 2 992 registos, a lacuna desta variável na fonte corresponde a 72,22% do total. Do registo efectuado pelo amanuense, podemos estabelecer uma relação fidedigna entre o local de saída com o local de chegada em 828 (27,67%) emigrantes.

São números muito reduzidos para tirarmos conclusões definitivas. Mesmo assim, analisando os números apresentados do local de saída quanto à natureza, verificamos, por um lado, que 99,2% dos emigrantes saíram por via marítima e apenas 0,36% preferiram sair pela fronteira terrestre, e, por outro lado, como portos marítimos predominantes destacam-se Lisboa, com 92,7%, o Porto, com 4,81%, Vigo, com 1,2% e Leixões, com 0,48%.

¹⁵⁵ In: *A Emigração como força civilizadora*, p. 101.

Quadro 26 - Local de saída dos titulares de passaportes
(1870-1899)

Natureza		Total parcial	% parcial
1 - Marítima	1.1. Leixões	4	0,48
	1.2. Lisboa	771	92,7
	1.3. Porto	40	4,81
	1.4. Vigo	10	1,2
	Total parcial	825	99,2
2 - Terrestre	2.1. Espanha	3	0,36
	Total parcial	3	0,36
3 - Diversos	3.1. Ilegível	2	0,24
	3.2. Indeterminados	1	0,12
	Total parcial	3	0,36
Total global		831	100
Sem informação		2 161	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 2 a 45.

Em nosso entendimento, a relação entre as infra-estruturas marítimas, rodoviárias e férreas, fruto da vasta política de dinamização dos transportes iniciada pela figura de Fontes Pereira de Melo, a que se lhe seguiram os sucessivos governos liberais do período da regeneração.

As estradas, pontes e, principalmente, os caminhos-de-ferro quebraram o isolamento interno entre regiões, relacionando os vários espaços entre si e com o litoral. Por sua vez, a construção do porto artificial de Leixões e as obras de ampliação sofridas pelo porto de Lisboa em finais da década de 80, proporcionam o alargamento das relações internacionais do país.

Como aproveitou, no conjunto da população de Penacova, este facto notável?

Com efeito, para participar no surto emigratório nacional da segunda metade do século XIX, deixando a sua localidade à procura da terra de promessa.

A partir do 3.º quartel do século XIX, a abertura do caminho-de-ferro da Beira Alta, em 1882, e a beneficiação de algumas estradas e a abertura de outras¹⁵⁶, são factores que permitem uma maior deslocação dos penacovenses, pois, aproxima-os da sua capital de

¹⁵⁶ VAQUINHAS – *Violência, Justiça e Sociedade Rural...* p. 22.

distrito, no sentido de solicitarem passaporte no Governo Civil, e lhes facilita a toma do caminho para o porto de embarque.

Até 30 de Abril de 1874, encontramos declarada a preferência mútua pelo embarque no Porto e em Lisboa. A partir desta data, os emigrantes penacovenses passaram a tomar o caminho de Lisboa. Em 1894, temos 10 saídas pelo porto marítimo de Vigo, tendo uma delas como destino uma viagem pela Europa. Quanto às saídas por Leixões, notamos que se encontram espaçadas entre os anos de 1896 e 1899.

A ausência de condições do porto marítimo do Douro para que os navios de maior calado e os paquetes possam atracar leva à sua exclusão das viagens transatlânticas efectuadas por vapores de diversas companhias. Ao porto marítimo do Douro fica reservado o discreto papel de efectuar as viagens para os portos brasileiros menos frequentados pelos vapores, com o transporte de algumas mercadorias e de um ou outro passageiro¹⁵⁷.

Desta forma, os que pretendiam emigrar tomavam o caminho de Lisboa onde embarcavam num paquete. Temos de reconhecer as diferenças entre uma viagem de longo curso realizada num veleiro ou num vapor. A falta de espaço e de higiene, a monotonia da ementa, a doença, a promiscuidade, a tensão entre passageiros, a lentidão e a irregularidade da viagem são alguns dos pontos que faziam da viagem a bordo de um veleiro uma aventura tormentosa¹⁵⁸.

Nesta “guerra” entre veleiros e vapores pelo exclusivo do transporte de emigrantes na rota do Brasil os anúncios das linhas transatlânticas tentavam ser o mais eficazes possível, procurando entrar na mente do potencial emigrante. Ao publicitarem agradecimentos da sua competência associados a uma série de significados positivos, procuravam apoiar-se na razão do produto fornecido como estratégia de posicionamento no mercado¹⁵⁹. O que dizer da actuação do agente da *Companhia Real Inglesa* em Coimbra, Joaquim Martins da Cunha, que na linha de paquetes quinzenais a sair de Lisboa em direcção a São Vicente, Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, Montevideu e Buenos Aires, adjectiva a actuação da companhia de regular, segura, veloz e com ordem a bordo. Para além de nunca ter perdido um vapor nem ter sofrido qualquer sinistro, recebe protecção de Sua Majestade Britânica para transporte das malas e foi a preferida de Suas Majestades Imperiais do Brasil nas suas mais recentes viagens¹⁶⁰.

¹⁵⁷ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 281-286.

¹⁵⁸ LEITE – O transporte de emigrantes... p. 742-743.

¹⁵⁹ *O Conimbricense*. (1 Abr. 1873) 4.

¹⁶⁰ *O Conimbricense*. (30 Ago. 1873) 4.

As condições de viagem a bordo dos vapores eram claramente superiores à dos veleiros. Os anúncios que pululam nas folhas da imprensa periódica regional explicitam alguns dos luxos a que os passageiros teriam direito, como por exemplo, serviço de comida portuguesa, vinho duas vezes por dia, pão em lugar de bolacha¹⁶¹, cama e roupa de cama¹⁶². Além destas vantagens, temos de acrescentar a regularidade e a duração da viagem. Em 1880, a *Companhia Real Ingleza*, por exemplo, anunciava através do seu representante em Coimbra, que os mais velozes paquetes conhecidos, saíam de Lisboa com direcção a Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro e portos do Pacífico nos dias 14 e 27 de Abril e 12 e 25 de Maio¹⁶³. Os vapores eram mais rápidos e o encurtamento da viagem tornava-a menos penosa. Para uma viagem entre o Continente e o Rio de Janeiro, a diferença podia cifrar-se entre três a cinco semanas, com clara vantagem para o vapor¹⁶⁴. A este propósito, uma das agências de emigração em Coimbra anunciava passagens em vapores que faziam a viagem entre Lisboa e o Rio de Janeiro em 14 dias¹⁶⁵.

Porém, o preço da viagem praticado pelos veleiros era significativamente mais barata que a passagem num vapor, e, apesar de encontramos até meados de 1874 pequenos anúncios a veleiros, estes já não conseguem combater a supremacia dos anúncios dos vapores. A necessidade de atrair mão-de-obra e o reduzido tempo de viagem efectuado pelos vapores leva a que empresas subvencionadas pelo governo brasileiro ofereçam passagens com grande redução de preços¹⁶⁶ ou gratuitas¹⁶⁷, incluindo a gratuidade do caminho-de-ferro para Lisboa¹⁶⁸.

Concluimos das vantagens da qualidade de serviço do vapor sobre os veleiros no transporte de emigrantes penacovenses para o Brasil via Lisboa; e, nem mesmo o início da construção do porto de Leixões a 13 de Julho de 1884 e a prova das suas potencialidades com a entrada do primeiro vapor a 9 de Novembro de 1886, oito anos antes de a obra estar terminada¹⁶⁹, vai desviar a saída do fluxo de passageiros de Lisboa. A esta situação não é de

¹⁶¹ *O Conimbricense*. (20 Abr. 1880) 4.

¹⁶² LEITE – O transporte de emigrantes... p. 743.

¹⁶³ *O Conimbricense*. (20 Abr. 1880) 4.

¹⁶⁴ LEITE – O transporte de emigrantes... p. 745.

¹⁶⁵ *O Conimbricense*. (24 Maio 1892) 4.

¹⁶⁶ *O Conimbricense*. (1 Maio 1880) 4.

¹⁶⁷ *O Conimbricense*. (7 Jun. 1887) 4.

¹⁶⁸ *O Conimbricense*. (16 Maio 1882) 4.

¹⁶⁹ A obra foi concluída a 16 de Fevereiro de 1895.

excluir a linha de actuação de engajadores, aliciadores e das agências de emigração sediadas em Coimbra que propagandeavam a partida para terras brasileiras por Lisboa¹⁷⁰.

Por entre numerosos anúncios de carreiras que passavam por Lisboa, a imprensa periódica regional publicitava, igualmente, vapores em direcção ao Brasil, com saída pela cidade espanhola de Vigo¹⁷¹, o que poderá estar na base do processo dos nove emigrantes que partiram do porto galego. Por outro lado, é importante referirmos que estamos perante o mesmo agente de emigração que, de forma persistente e constante, propagandeava a sua actividade, na imprensa periódica, com informações de partidas via Lisboa.

Em 1898 começam a surgir anúncios como o da *Norddeutscher Lloyd*, com representação no Porto, a informar da passagem por Leixões do paquete *Trier* para a Baía, Rio de Janeiro e Santos com passagens em 3.^a classe a 6\$000 réis¹⁷². Num contexto de poucos recursos financeiros, associada ao leque de dificuldades que apresentava uma deslocação ao Porto para a aquisição do título de viagem, a publicitação deste tipo de informação, com a certeza, não chamaria a atenção da maioria dos que perspectivavam a emigração.

3.10 - Reemigração

Genericamente falando, quando equacionamos o fenómeno da emigração, não o podemos restringir ao simples acto do indivíduo que abandona o solo pátrio, devido a motivações individuais, a procura de trabalho ou a procura de fortuna, resultantes de situações de carência interna do país e de solicitações, verdadeiras ou enganosas que se lhe oferecem no interior e no exterior.

Depois, e independentemente das motivações de partida, uma ideia, imaginária ou retórica, acompanhava a sua mente, o desejo, ou, pelo menos, a intenção de um dia regressar à terra que o vira nascer, de preferência rico. Para Miriam Halpern Pereira, o retorno está relacionado com a construção de fortuna, pois, retornar à terra de origem era uma forma de promoção social¹⁷³.

Partindo da decisão de partir, Maria Beatriz Rocha-Trindade expõe um modelo formal dos itinerários que acompanham o emigrante ao distinguir o itinerário linear do itinerário circular ou fechado. Com um único sentido, o itinerário linear liga o ponto de partida no país

¹⁷⁰ José Maria Amado Mendes refere a existência de pelo menos três agências oficialmente autorizadas em Coimbra, para os anos de 1895 e 1896, in: A emigração portuguesa nas ópticas de... nota 40, p. 303.

¹⁷¹ *O Conimbricense*. (26 Maio 1894) 4.

¹⁷² *O Conimbricense*. (10 Set. 1898) 4.

¹⁷³ In: *A Política Portuguesa*... p. 29.

de origem ao de fixação definitiva no país de acolhimento. Por sua vez, o itinerário circular é aquele em que o emigrante, tarde ou cedo, regressará ao seu país. Considera, igualmente, que entre os dois modelos, coexistem situações como o regresso não definitivo, sendo este cortado por estadias mais ou menos prolongadas no país de imigração, ou, o inverso, marcado pelo regresso frequente à terra de origem¹⁷⁴.

Seguindo esta ordem de ideias, torna-se indispensável tratar no contexto da migração internacional de Penacova, dos casos que coexistiam entre cada um dos itinerários, isto é, o fenómeno da reemigração.

Baseada na análise efectuada aos *Livros de Registos de Passaportes*, foi possível inferir através do registo efectuado pelo amanuense à questão se o requerente já tinha ido ao Brasil, a condição de 372 indivíduos, ou seja, 16,93% dos emigrantes, num total de 2 196 indivíduos (Quadro 27).

Uma nota para referenciar que entre 6 de Setembro de 1879 e 25 de Fevereiro de 1880, sito no livro onze, o amanuense observou aos 22 requerentes de passaporte balizados na cronologia mencionada, o número de vezes que tinham ido ao Brasil. Apenas 1 reincide na viagem ao Brasil. No tratamento da informação subjacente a este ponto não o incluímos, dado ser um valor que, além de insignificante no todo, não se encontra observado no corpo do formulário que o amanuense teria de preencher. Apesar de estarmos na posse de uma amostra quantitativa baixa, não podemos deixar de ensaiar a incidência da reemigração em Penacova.

Quadro 27 - Reemigração dos titulares de passaportes (Abril de 1880-1899)

N.º de vezes que se ausentou	Masculino	%	Feminino	%	Total global	% global	Sem informação
1	278	74,73	1	0,26	279	75	
2	59	15,86	-	-	59	15,86	
3	23	6,18	-	-	23	6,18	
4	2	0,53	-	-	2	0,53	
5	2	0,53	-	-	2	0,53	
6	6	1,61	-	-	6	1,61	
7	1	0,26	-	-	1	0,26	
Total global	371	100	1	0,26	372	100	
Sem informação							2 196

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 12 a 45.

¹⁷⁴ In: Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil, p. 143.

Pela observação do quadro, inferimos que 278 emigrantes, 74,73%, migraram para um destino externo ou intercontinental, 1 vez. Por ordem decrescente, a amostra do número de vezes que cada emigrante se ausentou da mãe pátria, está representada em termos percentuais em 15,68%, 2 vezes, 6,18%, 3 vezes, 0,53%, 4 e 5 vezes, respectivamente, 1,61%, 6 vezes, e, 0,26%, 7 vezes.

Um aspecto que merece abordagem é o facto de entre Abril de 1880 e Setembro de 1888, o requerente, após ter informado do número de vezes que emigrou, declarar ao amanuense dos anos de ausência (Quadro 28).

No sentido de evitar uma grande massa de dados, na análise do tempo de ausência, a informação referenciada foi agrupada por anos, em que a cada unidade mês, esta, era agrupado no ano mais próximo.

Quadro 28 - Anos de ausência dos titulares de passaportes (Abril de 1880 a Setembro de 1888)

Anos de ausência	N.º de indivíduos	% parcial
< 1	2	2,06
1	5	5,15
2	11	11,34
3	19	19,58
4	14	14,43
5	13	13,4
6	11	11,34
7	4	4,12
8	4	4,12
9	3	3,09
10	4	4,12
11	2	3,09
14	1	1,03
17	2	2,06
20	1	1,03
24	1	1,03
Total global	97	100

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 12 a 23.

Analisando os anos de ausência dos titulares de passaporte, verificamos que 19,58% estiveram ausentes 3 anos, 14,43% estiveram ausentes 4 anos, 13,4% estiveram ausentes 5 anos, e, 11,34% estiveram ausentes 2 e 6 anos, respectivamente.

No sentido da fundamentação das nossas conclusões, o cruzamento dos dados referentes aos anos de ausência com o número de vezes que o requerente se ausentou, apesar de a amostra ser pouco significativa, permite perspectivar, por um lado, que na globalidade estes emigrantes partiam sozinhos, perspectivando a concretização de determinado projecto, deixando desta forma, na maioria dos casos, mulher e filhos, pelo que, a opção do seu regresso deve ser sempre atendida. Por outro lado, a melhoria operada a partir da década de 1870, no sector dos transportes, nomeadamente, a transição dos veleiros para o vapor, trouxe mais comodidade, rapidez e o intensificar das viagens transatlânticas na carreira do Atlântico, entre Portugal e a antiga colónia.

Conforme o exposto, o emigrante penacovense tinha a motivação para se deslocar ou regressar à terra, e, ao mesmo tempo, passou a poder fazê-la com mais facilidade. Quando tal acontecia, dificilmente poderia assumir o seu regresso como definitivo, pois, ou de forma consciente, torna para passar um determinado período de tempo com os seus familiares e amigos, tendo o regresso ao Brasil como adquirido, ou, a difícil reintegração na estrutura sociofamiliar, pode impeli-lo a reemigrar. No primeiro tipo, podemos mencionar os que já estão mais ou menos radicados no Brasil, que, como referencia Jorge Fernandes Alves, conjugam as visitas familiares, o turismo e os negócios, dado, na sua maioria, serem negociantes¹⁷⁵. No censo da população de 1890, encontramos, como referenciado no capítulo dois do presente trabalho, a existência de dez estrangeiros de nacionalidade brasileira a residir em freguesias do concelho. Como não nos é possível fazer o trabalho de análise da sua trajectória, permanece a dúvida se estamos perante descendentes de uma partida individual ou familiar que atingiu o sucesso no Brasil e que voluntariamente se encontram, ainda que de forma temporária, na terra de origem dos seus antepassados, em virtude da permanência de vínculos familiares ou, se estamos perante uma situação de retorno, permanente ou temporário, fruto dos sucesso ou insucesso pessoal, na qual, a família entretanto constituída, se faz acompanhar. Através da comparação dos dados obtidos nos *Livros de Registos de Passaportes*, quando o requerente era inquirido acerca do número de vezes que já foi ao Brasil e a causa da emigração, rastreamos cinco indivíduos que já se tinham deslocado pelo menos por uma vez a este território, e, cuja motivação para nova viagem estava relacionada

¹⁷⁵ In: *Os Brasileiros...* p. 306.

com o trato do comércio ou de negócios. Destes cinco, apenas um apresentou por profissão, “trabalhador”. Os restantes tinham por ocupação os negócios. Quanto aos outros, a pobreza, o aventureirismo ou a dificuldade em lidar com o fracasso de um retorno empobrecido, sinónimo de um projecto falhado ou adiado, podiam funcionar como estímulos para tornarem ao Brasil.

Em estudo para o Porto oitocentista, Jorge Fernandes Alves considera que dois factores se conectaram ao sucesso pessoal e à construção das nomeadas lendárias fortunas brasileiras dos tempos coloniais do ciclo dos diamantes e do ouro. Em primeiro lugar, o tempo de presença no Brasil, pois, “Uma emigração de curta duração significava, de certeza, insucesso (...)”¹⁷⁶. Depois, o exercício de profissão no comércio, a começar em tenra idade, mais favorável que o exercício de actividades braçais, desenvolvidas, na sua quase totalidade, por adultos¹⁷⁷.

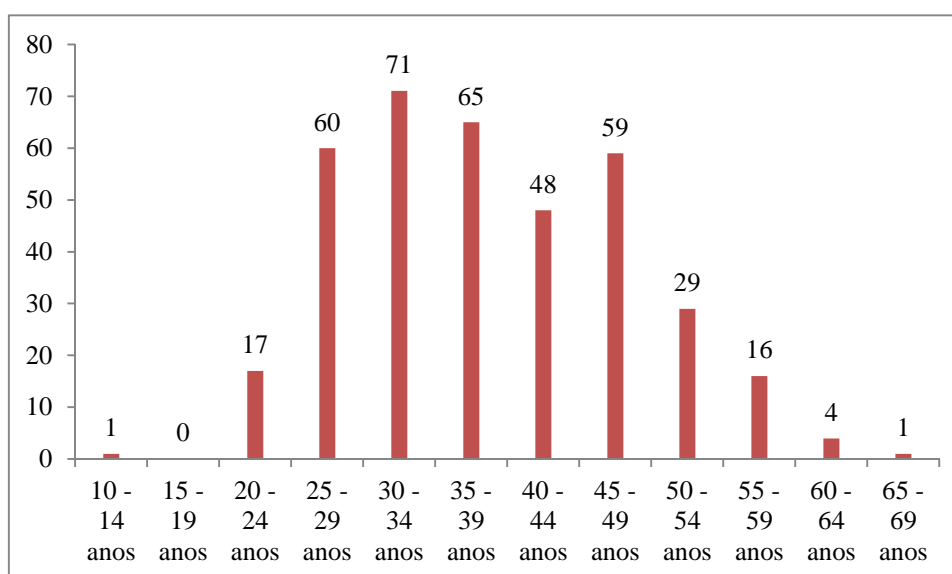
Seguindo esta linha de pensamento, pretendemos aprofundar um pouco mais as conclusões perspectivadas para o conhecimento do perfil do emigrante penacovense de retorno.

Da leitura do gráfico 14 fica claro, mesmo para uma amostra pouco significativa, que no que se refere à estrutura etária dos emigrantes de retorno, o regresso ao Brasil se concentra na estrutura etária entre os 25-59 anos.

¹⁷⁶ In: *Os Brasileiros...* p. 318.

¹⁷⁷ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 320-321.

Gráfico 14 - Estrutura etária dos emigrantes de retorno (Abril de 1880-1899)



Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 12 a 45.

Pelo quadro 28 e gráfico 14 junto, inferimos que a existência de um ciclo migratório curto, não se coaduna com o projecto da construção de fortuna. Por outras palavras, o facto desta corrente migratória ser composta maioritariamente por casados, 246 indivíduos num universo de 372 indivíduos, indicia que estamos perante uma reemigração que tem por objectivo a concretização de projectos no imediato, isto é, passar o tempo necessário no Brasil tendo em vista ganhar o dinheiro suficiente que lhes permita pagar dívidas contraídas ou adquirir uma pequena parcela de terra. Importa ainda considerar que faziam parte deste movimento, 114 indivíduos solteiros, e, 12 viúvos.

No que concerne à distribuição ocupacional, apenas sabemos a actividade exercida de 96 indivíduos. Este conhecimento advém do facto de o amanuense ao preencher os registos de requisição de novo passaporte, ter de apontar, entre Abril de 1880 e Setembro de 1888, o “tipo de ocupação” no país em que trabalharam. No sentido de uma mais fácil leitura das mesmas, seguimos os critérios de organização adoptados em 3.5. do presente capítulo. Ao mesmo tempo, cruzámos a informação da ocupação desempenhada em Penacova com a desempenhada no Brasil (Quadro 29).

Quadro 29 - Actividades exercidas pelos reemigrantes - Penacova *versus* Brasil (Abril de 1880 a Setembro de 1888)

Sectores	Actividades	A mesma		Total no Brasil	% global no Brasil
		Penacova	Brasil		
1 - Primário	1.1. Agro-pecuária				
	Trabalhador	66	60	69	71,87
	Total parcial	66	60	69	71,87
2 - Secundário	2.1. Construção civil				
	Pedreiro	2	2	2	2,08
	2.2. Vestuário, têxtil e calçado				
	Alfaiate	2	2	2	2,08
	Sapateiro	2	2	2	2,08
	2.3. Metalurgia				
	Ferreiro	-	-	1	1,04
	2.4. Madeira				
	Carpinteiro	4	3	5	5,2
	Serrador	1	-	-	-
	2.5. Alimentar/panificação				
	Leiteiro	-	-	1	1,04
	Padeiro	1	1	2	2,08
		Total parcial	12	10	15
3 - Terciário	3.1. Comércio				
	Caixeiro	1	1	3	3,12
	3.2. Transportes				
	Barqueiro	3	-	-	-
	3.3. Saúde e higiene				
	Barbeiro	2	2	2	2,08
	Total parcial	6	3	5	5,2
4 - Diversos indeterminados	4.1. Proprietários	10	-	-	-
	4.2. Negociantes	3	-	1	1,04
	4.3. Não especificada	-	-	6	6,25
	Total parcial	13	-	7	7,29
	Total global	97	73	96	100
	Ilegível	-	-	1	-

Fonte: AUC – *Registos de Passaportes*, livros 12 a 23.

Da leitura do quadro anterior fica claro que a reemigração estava fortemente representada pelos que tinham ocupações e vínculos à terra, pois, a sua distribuição ocupacional mostra a existência de uma afinidade entre as actividades exercidas em Penacova e as praticadas no país de acolhimento.

Dos dados apresentados, importa 3 apontamentos. Em primeiro lugar, para mencionar que dos 66 trabalhadores penacovensens caídos na tómbola da reemigração, 60 indivíduos desempenharam a ocupação no Brasil, e, 6 indivíduos, executaram outras ocupações, assim distribuídas, 2 caixeiros, 2 carpinteiros, 1 leiteiro e 1 padeiro. De seguida, para elucidarmos que dos 10 proprietários reemigrantes, sem excepção, executaram outras actividades, assim distribuídas, 3 comerciantes, 1 negociante, 5 trabalhadores e 1 com actividade considerada ilegível. Por último, considerámos 6 reemigrantes de actividade não especificada por assento “comércio” no registo.

Em síntese, verificamos que a ideia presente na reemigração de Penacova, hipoteticamente se não aduz como muito penosa, dados os periódicos regressos à terra, ricos ou remediados, promovidos socialmente ou a enfrentar a reprovação social, o seu projecto de vida era centrado à volta da terra natal.

4 – UM CRUZAMENTO NECESSÁRIO: O DISCURSO DAS AUTORIDADES BRASILEIRAS E A EMIGRAÇÃO

Os imigrantes vão para onde desejam ir; nenhuma imposição lhes é feita; são inteiramente livres na escolha do seu destino.

Guia do Emigrante para o Império do Brasil, p. 9.

Ao contrário do capítulo anterior, onde foi explicitado o perfil do emigrante de Penacova, o presente capítulo, apresenta uma fundamentação teórica complementar à presente investigação, onde procuramos analisar a maneira de abordar o processo de imigração, neste caso, através do discurso veiculado pelas autoridades brasileiras na *Guia do Emigrante para o Império do Brasil*.

O avanço das ideias liberais após o triunfo da Revolução Francesa, que proclama, no artigo 1.º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, todos os Homens nascem livres e iguais em direitos, lança a questão da legitimidade ética e humanitária da escravatura.

Desta forma, numa economia baseada no trabalho escravo, o confronto ideológico entre abolicionistas e escravagistas, também vai ocorrer no Brasil. Numa breve cronologia da abolição da escravatura, notamos a 4 de Setembro de 1850, pela aprovação do Decreto Imperial 584, a proibição oficial da transacção de escravos para território brasileiro. Contudo, só a Lei Áurea de 13 de Maio de 1888 decretaria a extinção da escravatura. Entre estes dois diplomas, é aprovada em 28 de Setembro de 1871, a Lei n.º 2040, também designada por Lei do Ventre Livre, que declarava livres todos os filhos de mulher escrava que nascessem a partir desta data.

A *Guia do Emigrante para o Império do Brasil*, evidencia esse processo de veiculação, feitas ao plano local e ao internacional, da erradicação do trabalho baseada na escravidão e da sua substituição por homens livres.

4.1 - Um olhar sobre a *Guia do Emigrante para o Império do Brasil*

Baseado numa ideia de acessibilidade a uma informação que se pretendia alcançável a todos, o discurso utilizado, caracterizado por ser descritivo, apresenta-se, facilitador dessa compreensão.

Desta forma, podemos considerar esta Guia como um apanhado geral de todas as dúvidas que as autoridades imperiais consideram que pudessem afligir os que pretendessem imigrar para o Brasil, tendo, portanto, presente o objectivo de auxiliar os que já se encontram no processo, mas, também, todos aqueles que pretendam ingressar no processo.

Com um grafismo simples e apresentado com uma lógica própria, sem a divisão em secções, notamos que possuía uma estrutura fragmentada, de partes distintas e com matérias de naturezas diferentes, compreendendo: “resumo dos favores concedidos à imigração espontânea pelo governo do Brasil”, “auxílio aos imigrantes”, “estabelecimento da ilha das Flores”, “imigrantes que não aceitam a hospedagem do governo na ilha das Flores”, “notícia sobre algumas povoações coloniais do Estado”, “serviço de imigração nas províncias”, “Lei n.º 29 de 28 de Março de 1884”, “mapa dos imigrantes entrados no porto do Rio de Janeiro, de 1 de Janeiro de 1883 a 30 de Junho de 1884”, “Império do Brasil”, “tabela comparativa das moedas dos diferentes países da Europa com as do Brasil”, “artigos da Constituição do Império do Brasil que interessam à imigração”, “Leis sobre a naturalização dos estrangeiros”, “Regulamento aduaneiro sobre bagagem de imigrantes” e mapa de “estradas de ferro do Brasil”.

De acordo com a visão do apresentado, mais do que legitimar a procura de mão-de-obra livre para satisfazer as necessidades da sua economia, a imigração surge como um papel estratégico no processo de promoção do progresso político, económico, social e cultural do Brasil junto de países terceiros.

4.1.1 - O conteúdo – algumas considerações

No sentido de darmos a conhecer a informação veiculada por esta publicação, agrupámos as matérias tratadas em três núcleos temáticos: i) intervenção do Estado no fenómeno imigratório; ii) És imigrante? Legislação brasileira; e, iii) informações do Império do Brasil.

4.1.1.1 - Intervenção do Estado no fenómeno imigratório

O facto de as estruturas produtivas brasileiras estarem demasiado dependentes do trabalho braçal escravo, originou que em meados do século XIX, sejam despoletadas campanhas no sentido de atrair mão-de-obra assalariada tendo em vista substituir a

escravatura negra e evitar a ruína de uma economia predominantemente agrícola. Além disso, este território era, igualmente afectado, por um outro problema, o subpovoamento.

Desta forma, são atraídos para o Brasil, portugueses, italianos, espanhóis, alemães, entre outros, para se empregarem nas grandes plantações de cacau, café e cana-de-açúcar.

Se, a política de atracção de estrangeiros, tem o seu início, ainda o Brasil era parte do Império colonial português, com a concessão do direito a portugueses, suíços e alemães à aquisição de terras, e, neste caso, a fundação de colónias; será, no Brasil imperial, pela actuação do Imperador D. Pedro I que é encetada uma política de atracção de alemães, não só para o ingresso nas fileiras do exército, mas, também, a concessão de terras em condições vantajosas, como, “(...) viagem paga do lugar de embarque até à colónia, direito de cidadania à chegada ao Brasil, tolerância religiosa, doação de terras medidas e demarcadas, fornecimento gratuito de gado e cavalos, subsídios por espaço de 2 anos, dispensa de serviço militar nos primeiros 10 anos, com a única obrigação de os colonos não venderem os seus prazos por igual período, cultivando-os e habitando-os¹⁷⁸.”

Nas décadas de 1830 e 1840, a ideia subjacente ao projecto da criação de colónias, isto é, a concessão de propriedades livres a emigrantes contratados desaparece, e, no seu lugar, continua a estratégia de angariação de colonos para trabalharem nas fazendas, ao lado dos escravos ou para colónias dirigidas por particulares. Sujeitos à legislação da locação de serviços, os colonos cultivavam uma porção de cafeeiros. Do produto final, entregue ao fazendeiro, o colono recebia metade do lucro líquido. Além disso, os colonos estavam autorizados a cultivar produtos agrícolas entre os cafeeiros ou em terrenos indicados para o efeito.

Como resultado da extinção oficial do tráfico escravagista, assiste-se, na década de 1850, a um aumento deste modelo de importação de mão-de-obra. Os governos, imperial e provinciais, intervêm nesta necessidade prioritária de força de trabalho agrícola através da formação de agência de imigração, a fixação do número de colonos a contratar, o acréscimo de colónias de parceria e a efectivação dos contratos nos países de origem, nos quais, o fazendeiro garantia o transporte e a concessão de terras apenas para produção.

Quais os resultados obtidos por este modelo? Não caindo na conclusão simplista, os ganhos decorridos são divergentes, pois, se algumas destas colónias deram origem a novos povoados e floresceram economicamente, outras, acabaram por desaparecer. Má administração, prepotência, dificuldades de escoamento da produção devido ao isolamento,

¹⁷⁸ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 145-146.

problemas sanitários, alongamento do prazo de adscrição¹⁷⁹, são algumas das motivações apresentadas por Jorge Fernandes Alves para o fracasso de muitas colónias. Por sua vez, a fuga de portugueses para as cidades, tendo em vista encontrar a solidariedade dos seus patrícios, e, a fuga de espanhóis e alemães para a zona do rio da Prata, através da qual, pretendiam chegar à Argentina, vai gerar um comportamento escravista da parte dos fazendeiros que chegavam a oferecer recompensas pelos colonos em fuga e a proceder a julgamentos desfavoráveis ao colono por incumprimento de contrato.

Um parêntesis para salientarmos que o fracasso de muitas colónias é assumido na Guia. No entanto, as entidades oficiais preferem salientar os aspectos positivos dessa política de subvenção da imigração, posta em prática até 1878, ao apresentarem o rol das colónias que se acham em situação de prosperidade, como veremos a seguir.

A hostilidade estrangeira a este modelo de colonização, nomeadamente da Alemanha, e o reconhecimento por parte das autoridades brasileiras dos fracos resultados, origina a que as colónias na década de 1860 sofram uma quebra substancial de mão-de-obra.

Pelo exposto, passa a ser privilegiado o contrato de locação individual, no qual, o fazendeiro se socorre da mão-de-obra indispensável, pagando ao trabalhador, apenas pela tarefa desempenhada. Dada a necessidade de força de trabalho, será privilegiada a quantidade em vez da qualidade, o que levou ao engajamento de população urbana, artesãos e vadios¹⁸⁰. Por sua vez, a decadência do Norte do Brasil, vai originar movimentos de mobilidade interna, quer de homens livres, quer de escravos, para um Sul em expansão, suprimindo, desta forma, as necessidades de mão-de-obra, que, só voltam a ganhar novo fôlego, na década de 1870.

Na década de 1880, o Estado brasileiro torna a intervir na emigração, desta vez, ao colocar de lado a ideia de povoamento do seu vasto território; e, a pôr em prática uma política de imigração subvencionada, através do pagamento da viagem para o Brasil, e, dentro do Brasil, para as fazendas, com a concessão de subsídios às companhias transportadoras, de acordo com as solicitações e mediante o pagamento de um salário.

Com uma dupla finalidade, em que ambos os objectivos estão interligados, é na sequência deste quadro de intervenção das autoridades do Império no fenómeno imigratório que surge a presente Guia. Em primeiro lugar, como já referido, satisfazer a necessidade prioritária de mão-de-obra para uma economia assente no trato agrícola. Porém, este objectivo só poderia ser concretizável se a imagem externa desfavorável que o Brasil gozava, nomeadamente, nos países europeus, fosse mudada. Convém referir que a Alemanha vai

¹⁷⁹ In: *Os Brasileiros...* p. 152.

¹⁸⁰ ALVES – *Os Brasileiros...* p. 153.

proibir em 1858, a emigração contratada para o Brasil, em virtude das condições escravizantes a que eram sujeitos os seus cidadãos.

Na sequência, o ministro e secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Conselheiro António Carneiro da Rocha, determinou a sua tradução nas línguas francesa, alemã e italiana com o propósito de ser mais divulgada na Europa. Também os agentes do governo que se deslocavam a bordo e que acompanhavam os embarques, desembarques e recepção dos imigrantes, desde a chegada ao porto marítimo do Rio de Janeiro até ao ponto de destino final, falavam a língua dos que tinham chegado ao Brasil. Aliás, os imigrantes subsidiados pelo Estado, eram acompanhados por agentes do governo até aos lotes que lhes tiverem sido designados.

Desta forma, o Estado brasileiro procurava demonstrar, através da Inspeção Geral das Terras e Colonização, um controlo sobre a imigração espontânea, na demarcação, divisão e registo das terras, na legitimação de posses, na fiscalização e direcção de todos os serviços atinentes à imigração e colonização desde a recepção, com a presença de agentes da Inspeção de Terras e Colonização com conhecimento da língua dos que se encontram a bordo, agasalho e transporte de imigrantes para o lote de terras concedido, seja por via ferroviária, fluvial ou marítima.

Por isto, os novos colonos não tinham a recear. As parcelas ou unidades de exploração, constituídas por terras de boa qualidade, localizam-se junto de cursos de água navegáveis e de estradas transitáveis que comunicam com os portos marítimos e fluviais, facilitando, desta forma, o escoamento da produção para os grandes mercados. Entretanto, a sua proximidade com núcleos e povoações de origem colonial, permitia, em caso de necessidade, o auxílio de seus compatriotas. Quanto ao pagamento do lote, as autoridades permitiam o pagamento da totalidade do valor em dívida, o recurso a prestações, tendo, neste caso, sete anos para saldar a dívida, ou remir-se sem que se vença o tempo marcado para as prestações. Assim, os novos colonos gozam da sua propriedade útil, sendo que “Um trabalhador activo e inteligente pode tratar de 2 hectares plantados de cana, que lhe produzirá a quantia de 1:400\$ vendendo 1 000 quilogramas de cana por 7\$000. Regulando a despesa por 130\$, o necessário para o tratamento de um hectare, ficará um lucro líquido de 570\$ para o proprietário do terreno, além do que produzir o milho, o feijão, etc., plantado nos canaviais¹⁸¹.”

¹⁸¹ *Guia do Emigrante...* p. 43-44.

Os imigrantes podiam, se o pretendessem, ficar alojados na Hospedaria da ilha das Flores, localizada na baía do Rio de Janeiro, a cinquenta minutos da cidade. Feita a deslocação por embarcações próprias, possuía uma ponte para o desembarque à ilha e um trilho ferroviário para o transporte da bagagem até às instalações da hospedaria.

Dirigida por um funcionário nomeado pelo governo, tem capacidade para receber até 1 500 indivíduos. Encontram-se no edifício principal, os dormitórios, divididos em quatro grandes salões, nomeadamente, o que possui condições especiais para famílias. Além destes salões, localizavam-se três salas de enfermagem e consultório médico, dois escritórios, a arrecadação e os aposentos para os empregados da hospedagem. Separado deste edifício, temos, numa construção à parte, a cozinha, a copa, a dispensa e o refeitório. Com três refeições por dia, os imigrantes tomavam às oito horas da manhã o almoço, composto de café, pão e manteiga. Às treze horas, era-lhes servido o jantar constituído de sopa de batata, arroz ou macarrão, feijão guisado com ervas, arroz, carne fresca ensopada com batatas ou verduras, farinha de mandioca, pão e laranjas ou bananas para sobremesa. Às dezoito horas, era servida a ceia, composta de café, pão e manteiga. Servida em quantidade e qualidade, a comida era confeccionada de acordo com a nacionalidade dos imigrantes.

Depois de devidamente instalados, os imigrantes deslocavam-se com as respectivas famílias ao escritório da direcção, para prestarem as seguintes informações: local de destino, nacionalidade, idade, profissão e local de proveniência.

Durante o período de hospedagem, o imigrante usufruía de uma total liberdade, pois, podia deslocar-se à cidade, depois de devidamente autorizado pelo director da hospedaria, podendo ser acompanhado por um funcionário da hospedaria, se pretendesse fazer transacções de câmbio ou adquirir algum instrumento de trabalho.

Após terem tomado o tempo necessário para recuperarem da viagem intercontinental, os imigrantes seguem o caminho do destino pretendido, ou, a via ferroviária, para aqueles que se deslocam para as províncias de São Paulo, Minas Gerais e o interior da província do Rio de Janeiro, ou, a via marítima, para os que pretendem as províncias do litoral.

Ao chegarem à província de São Paulo, os imigrantes encontravam, patrocinado pelo governo provincial, um serviço análogo à Hospedaria da ilha das Flores, a Hospedaria Provincial. Nas províncias do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, os agentes do governo que se deslocam a bordo, providenciarão aos imigrantes que o solicitarem, transporte custeado pelo Estado, por terra ou por água, para o local de destino, agasalho e alimentação.

Salientamos que os imigrantes, livres na escolha do local onde desejam ir, eram, igualmente livres em não quererem recolher-se na hospedaria. Para o efeito, bastava, no prazo de três meses após a sua chegada, solicitar junto da Inspeção das Terras e Colonização, passagem para qualquer ponto do Império, a qual lhes é concedida gratuitamente, mediante a apresentação do passaporte.

Como referido, a preocupação das autoridades brasileiras era demonstrar junto dos europeus, potenciais trabalhadores imigrantes, que no panorama do sistema de colonização implantado pelo Estado brasileiro, a grande maioria das colónias evoluíram para importantes povoados, tornando-se motores de dinamismo comercial, regional e nacional.

Desta forma, o Estado propagandeava o Brasil na Europa, ao apresentar o rol das colónias que nas províncias do Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, exemplificavam as virtudes da política colonial.

Agrupadas por províncias, as referências às características abordadas reportam-se ao ano da fundação e emancipação, ao número aproximado de habitantes, às nacionalidades que a compõem, aos produtos cultivados, à localização geográfica, ao conjunto de recursos mais próximos, às condições do clima e dos solos, às infra-estruturas existentes e às oportunidades de ganho. A respeito dos produtos cultivados, destacamos o café, farinha de mandioca, milho, trigo, centeio, batata, feijão, cana-de-açúcar, vinho, aguardente, cebola, algodão, fumo ou tabaco, lenha e a produção de carne suína e salame, pastorícia e derivados como manteiga e queijo. Quanto à localização geográfica, interessa apontar que a Guia procura referenciar a localização mais próxima da capital ou de um ponto ou lugar, como, outros núcleos coloniais, uma cidade, uma plataforma de distribuição de produtos, seja, ferroviária, fluvial ou marítima, ou, de meios de transporte. No que se refere ao conjunto de recursos mais próximos, podemos classificar a sua temática por palavras-chave, em virtude da projecção, construção ou presença de rede viária, rede ferroviária, rede fluvial, porto marítimo ou porto fluvial. Em relação às infra-estruturas existentes, consideramos a existência de câmara municipal, templo católico e protestante, escola primária para ambos os sexos, escola de instrução secundária, sapateiro, alfaiate, marceneiro, mercado, cemitério, jardim público, estação telegráfica, tipografia, fundição, serração, latoaria, olaria, moinho, engenhos a vapor, fábricas de cerveja, licores, sabão, charutos, tecelagem e fiação de seda. Por último, quanto às oportunidades de ganho, é importante referir que a Guia ao divulgar alguns dos aspectos referidos anteriormente, sempre que oportuno, conjugando-os com algumas referências à área total e parcelar das colónias, assim como, ao nível de produção e ganho financeiro em determinados produtos, se encontrava numa política objectiva de atracção de mão-de-obra agrária.

Se, até ao presente, referenciámos a política de subvenção de mão-de-obra das autoridades brasileiras, sujeita à condição de colonos ou contratados, paralelamente, desenvolveu-se uma corrente imigratória espontânea, composta por homens livres.

No contexto de atracção deste tipo de imigrantes rurais, a Guia refere a actuação do governo provincial de São Paulo e do governo provincial do Amazonas.

Ao pretender fomentar uma economia baseada na cultura do café, o governo provincial de São Paulo, em acordo com a Lei n.º 29 de 28 de Março de 1884, concede a todos os imigrantes da Europa e das ilhas atlânticas dos Açores e das Canárias, casados ou com filhos, que se queiram fixar na província de São Paulo e dedicarem-se aos trabalhos agrícolas, nas colónias particulares ou nos núcleos coloniais a criar na província pelo governo geral ou provincial, por associações ou por particulares, subsídios “(...) como indemnização de passagem: 70\$000 para os maiores de 12 anos, 35\$000 para os de 7 a 12 anos e 17\$500 para os de 3 a 7 anos de idade¹⁸².”

Com o sistema a implantar, nomeadamente, a criação de núcleos coloniais compostos por terras de excelente qualidade, localizadas junto às vias férreas e próximo das vias fluviais navegáveis, o governo provincial pretendia atrair a mão-de-obra constante e permanente que a economia cafeeira exigia durante todo o ano.

De acordo com a Guia, entraram no primeiro semestre do ano de 1884 na província de São Paulo 3 174 imigrantes, dos quais, 1 558 italianos e 1 396 portugueses. Observamos, ainda, outras nacionalidades como, alemães, 98, espanhóis, 94, turcos, 15, franceses, 12 e 1 suíço.

A necessidade de mão-de-obra para a agricultura e criação de gado está na origem do governo da província do Amazonas, em propagandear a subvenção da imigração, em particular, a familiar, dado poder vir a conceder a empresários singulares ou colectivos, “(...) por cada família de 4 pessoas para cima, 100\$00 a 150\$00, conforme o número de membros da família”, que se estabeleça como proprietários nos núcleos coloniais por eles formados, com o transporte transatlântico até à cidade de Manaus, a hospedagem por oito dias em hospedaria e o transporte dos imigrantes para o ponto de destino escolhido, de colonos europeus contratados por intermédio de agentes de imigração a operar nos países de partida, ao serviço da autoridade governativa provincial.

Nos estados de São Paulo e do Amazonas, como vimos, as necessidades de mão-de-obra eram tão altas que a política de colonização passou pelo estímulo à imigração familiar,

¹⁸² *Guia do Emigrante...* p. 34.

de forma a fixar o imigrante em virtude da ausência de laços familiares que os pudessem prender à terra de origem; e, igualmente, pela atracção de colonos nacionais, sendo concedidos direitos idênticos aos dos estrangeiros.

4.1.1.2 - És imigrante? Legislação brasileira

A respeito de És imigrante? Legislação brasileira, destacamos um conjunto de informação legal acerca dos direitos que os imigrantes têm face à Constituição do Império do Brasil, sobre a naturalização de cidadãos estrangeiros, e, o regulamento aduaneiro sobre bagagens de imigrantes.

No que se refere aos direitos dos imigrantes consagrados na Lei suprema do Império, os artigos apresentados reportam-se a um conjunto de direitos fundamentais dos cidadãos, que, podemos agrupar em liberdades, igualdade, solidariedade, cidadania e justiça. Quanto às liberdades, a Constituição consagra a de religião, pensamento e consciência, circulação, respeito pela vida privada e familiar, profissional e direito de trabalhar, propriedade e educação. Relativamente à igualdade, os cidadãos do Império eram iguais perante a lei, e, não podiam ser discriminados pela sua diferença religiosa. Porém, de acordo com o § 3.º do artigo 95.º, “Os que não professarem a religião do Estado”, não podem ser nomeados deputados. Referente à solidariedade, todos os cidadãos são obrigados a cumprir as suas obrigações para com o Estado, em impostos e taxas, de forma justa e equitativa, em acordo com as suas possibilidades. Concernente à cidadania, a Constituição consagra o direito ao exercício de cargos públicos aos estrangeiros naturalizados, com excepção dos de deputado à Assembleia Geral, ministro de Estado e regente do Império, apesar de os estrangeiros naturalizados terem o direito de eleger. Por último, todos os cidadãos têm o direito à presunção de inocência e a serem julgados em tribunal imparcial.

Perante o exposto, importa referirmos que, de acordo com o § 5.º do artigo 6.º, são cidadãos brasileiros, “Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua religião.”

Por isso, urge questionar como podia um estrangeiro vir a ter a nacionalidade brasileira. De acordo com o Decreto n.º 1950 de 12 de Julho de 1871, “(...) todo o estrangeiro maior de 21 anos, que, tendo residido no Brasil ou fora dele em seu serviço por mais de dois anos, a requerer, declarando a intenção de continuar a residir no Brasil ou a servi-lo depois de naturalizado.” Constam da lei outras vias possíveis, como, em caso de casamento com um nacional brasileiro, a detenção de bens de raiz no Brasil ou quota em unidade industrial, ao introdutor de qualquer tipo de indústria, àquele que se tenha destacado nas artes e letras ou

manifesta aptidão profissional em qualquer ramo de indústria, ou, ao filho de estrangeiro naturalizado que tenha nascido fora do Império antes da naturalização de seu pai.

Comparativamente aos colonos, a naturalização era regulada pelo Decreto n.º 808 A, de 23 de Junho de 1855 e pela Lei n.º 3140 de 30 de Outubro de 1882. Para a sua aquisição, regulamentada pelo decreto, o requerente tinha de declarar, junto da câmara ou juiz de paz, ser essa a sua vontade e de estabelecer residência no território brasileiro. Por sua vez, a norma jurídica de 1882, concede a isenção do pagamento de todo e qualquer imposto aos colonos que requeiram a carta de naturalização.

Quanto ao ingresso de bens em território brasileiro, a Guia apresenta um conjunto de artigos extraídos do *Regulamento aduaneiro sobre bagagem de imigrantes*.

Procurando esclarecer os pontos de maior interesse para os imigrantes, o Estado brasileiro entende por bagagem as roupas, os objectos para uso pessoal ou para o exercício de actividades profissionais, e, os baús, caixas, malas, sacos e afins utilizados no transporte dos bens mencionados. Além destes, ainda se enquadrava no conceito de bagagem, os bens novos ou usados, indispensáveis para o uso do colono e da sua família como, camas, louças e espingarda de caça, uma por cada homem adulto.

Considerando a natureza de interesse geral, a regulamentação estabelecia, ainda, os critérios de fiscalização, despacho e armazenamento de bagagens.

4.1.1.3 - Informações do Império do Brasil

Por último, é importante referir que a Guia procurou oferecer uma visão global do Brasil. Nesse sentido, sobressai, em primeiro lugar, as suas características de Geografia Física, como a localização no subcontinente América do Sul, a área total, fronteiras terrestres e marítimas, formas de relevo, com destaque para as vastas planícies, extensos vales e rios caudalosos e a variedade de climas, sendo referenciados os efeitos do clima na peculiaridade de tornar o solo brasileiro, um solo saudável para a prática da agricultura. De seguida, encontramos aludidas as suas características de Geografia Humana, com destaque para uma população de 12 milhões de habitantes, na qual, se encontram cerca de 1 milhão de povos indígenas que habitam as florestas. Importa registar ainda a presença de elementos relativos à forma de governo, a Monarquia Constitucional Hereditária e Representativa; assim como, elementos referentes à sua divisão administrativa e concernentes competências legislativas. O Império se divide em 20 províncias, além do Município Neutro onde se encontra a capital do Império. Por sua vez, todas estas se dividem em municípios. Outro tema importante é a

religião. Apesar de o artigo 5.º da Constituição do Império do Brasil considerar a religião católica como a religião oficial do Império, a Lei fundamental deste Estado garante total liberdade religiosa e a igualdade entre crentes de diferentes credos. O tema que ocupa grande espaço é a economia. Baseada no sector primário, dado ser o que mais população activa ocupa, é dado um grande destaque às culturas exploradas, em função do tipo de solo, do clima e da quantidade de água, as quantidades produzidas e os lucros obtidos. Os principais produtos cultivados são o feijão, o arroz, o trigo, o centeio, o algodão, o café, o fumo ou tabaco, a cana-de-açúcar, o cacau, a baunilha, a mandioca, o látex, árvores de fruto como pereiras, macieiras e pessegueiros, vinha, erva-mate e produtos hortícolas europeus. Mencionamos, de seguida, a apresentação de uma tabela de taxas de câmbio que fornece ao imigrante informação de como as moedas da Inglaterra, França, Itália, Hamburgo, Espanha, Prússia, Suécia e Portugal se comportam face à moeda brasileira. Por fim, aludimos ao directório das estradas de ferro do Brasil. Assim, o directório apresenta a distância em quilómetros das infra-estruturas ferroviárias brasileiras nas vertentes da gestão de circulação, de construção e em estudo. As respectivas características estão organizadas de acordo com as províncias e a denominação das respectivas linhas.

No quadro 30 destacam-se as nacionalidades dos imigrantes que desembarcaram no porto do Rio de Janeiro entre 1 de Janeiro de 1883 e 30 de Junho de 1884.

Quadro 30 - Imigrantes entrados no porto do Rio de Janeiro de 1 de Janeiro de 1883 a 30 de Junho de 1884

Nacionalidades	1883	1884	Total
Alemã	1 690	664	2 354
Austríaca	249	510	759
Americana	10	19	29
Argentina	23	9	32
Belga	24	7	31
Espanhola	2 343	233	2 576
Francesa	152	427	579
Italiana	10 698	3 198	13 896
Inglesa	158	54	212
Marroquina	2	8	10
Oriental	11	8	19

(continua na página seguinte)

Nacionalidades	1883	1884	Total
Portuguesa	11 286	5 947	17 233
Peruana	1	7	8
Russa	10	-	10
Suíça	94	48	142
Sueca	2	-	2
Turca	6	-	6
Diversas	30	3	33
Total	26 789	11 142	37 931

Fonte: *Guia do Emigrante...* p. 39.

Em análise aos dados apresentados, verificamos que do total de imigrantes entrados no Brasil, 37 931, são portugueses, 17 233, o que corresponde a 45,43%, cabendo o segundo lugar aos italianos com 13 896 (36,63%), e, em terceiro lugar encontramos os espanhóis com 2 576 (6,79%). Em acordo com a fonte base da presente investigação, dos 17 233 portugueses desembarcados no Rio de Janeiro, 77 (0,44%) são originários de Penacova, demonstrando o seu reduzido valor percentual na emigração do todo nacional, rumo à capital do Império.

A crise estrutural da economia portuguesa e as suas crises conjunturais provocatórias de carestia de vida em virtude da falta de trabalho, dos baixos salários e da subida generalizada do preço dos cereais, e, por sua vez, a similitude da língua e da religião, a facilidade na obtenção de trabalho mais bem remunerado que na terra de origem, a semelhança de costumes entre portugueses e brasileiros, a existência no Brasil de familiares e conterrâneos que poderiam actuar como rede informal de solidariedade e a actuação das autoridades governativas estatais e provinciais no patrocínio da imigração, são factores explicativos do Brasil como polo de atracção para os portugueses.

4.2 - O contexto local: aproximações e distanciamentos

Quanto aos emigrantes penacovenses, a fonte base da presente investigação não nos permite decodificar se estamos perante um processo de emigração livre, espontânea ou, pelo contrário, se estamos perante uma imigração contratada, dada a ausência de referência a essa situação nos *Livros de Registos de Passaportes*.

Além disso, não nos é possível afiançar se os emigrantes penacovenses tiveram conhecimento da Guia. Porém, dado o negócio criado em torno da emigração entre o governo brasileiro, os governos provinciais, as associações de colonização, os grandes fazendeiros

brasileiros e a rede de engajadores espalhados por todo o território nacional, associado ao baixo índice sócio cultural dos emigrantes de Penacova, como vimos no capítulo 3, é provável que não. No entanto, temos de admitir essa possibilidade.

Contudo, num facto temos a certeza. Com ou sem contrato, os penacovensenses que se deslocavam para o Brasil, conseguiriam, com a certeza, encontrar uma ocupação profissional.

Em estudo para o Porto oitocentista, Jorge Fernandes Alves considera a emigração livre saída pela barra do Douro, maioritária, cifrando-se em cerca de 17% o total dos que partem com um contrato, podendo este valor duplicar em virtude da ocultação da celebração deste tipo de contratos¹⁸³.

Por isso, o âmbito deste estudo não se encontra esgotado. Como reforço desta ideia, enunciamos o facto de a nossa pesquisa deve ser complementada através do trabalho minucioso de análise dos fundos/colecções do Arquivo Nacional, sito no Rio de Janeiro, do *Departamento Nacional de Povoamento*, no qual, podemos encontrar os registos de imigrantes na Hospedaria da ilha das Flores, Pinheiro e *Agência Central de Imigração*, informando do porto de saída, data de entrada, nome do imigrante, idade, estado civil, nacionalidade, profissão, religião, destino e data de saída; da Inspeção Geral das Terras e Colonização, 1817-1895, com particular destaque para a relação de imigrantes; e, da *Série Agricultura – Terras Públicas e Colonização*, 1819-1890, dando ênfase à localização de trabalhadores estrangeiros nas várias províncias, às solicitações de terras e a relação de colonos devedores ao Estado¹⁸⁴.

Ou, por exemplo, para o Estado de São Paulo, através da análise das *Listas de Bordo*, documentação que contempla a proveniência regional e o destino inicial de quem migrava, ou, dos *Livros de Registo de Imigrantes*, da Hospedaria do Bom Retiro e da Hospedaria do Brás. Maria Izilda Santos de Matos e Sênia Bastos, consideram a potencialidade destes livros no facto de apontarem: “(...) número de ordem, nome, idade/filiação, nacionalidade, sexo, estado civil, família e número de membros, profissões, instrução, religião, parentesco, última residência, porto de embarque/vapor/data da saída, porto de desembarque/vapor/data da chegada, data de entrada na hospedaria, se já esteve no Brasil, volumes de bagagens, destino (estação, Município, fazendeiro, núcleos coloniais, outros estados), repatriados/rejeitados, falecidos e outras observações¹⁸⁵.”

¹⁸³ In: *Os Brasileiros...* p. 157.

¹⁸⁴ Para aprofundar esta questão, ver, Fontes para Estudos da Entrada de Estrangeiros e de Imigrantes no Brasil. *Revista Acervo*. [Em linha]. Vol. 10, n.º 2, Jul./Dez., 1997. P. 223-228. Disponível em: <http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/307/267> [Consult. 28 Fev. 2014].

¹⁸⁵ In: *Portugueses em São Paulo...* p. 278.

Só através da partilha/divulgação dessa informação, compilada num banco de dados, para posterior cotejamento com os dados extraídos das investigações nacionais, poderemos chegar a uma imagem o mais aproximada possível do que foi verdadeiramente a emigração portuguesa.

5 - CONCLUSÃO

Ao estudarmos a estrutura e o desenvolvimento da emigração no concelho de Penacova, deparámo-nos com algumas dificuldades que nem sempre conseguimos eliminar na totalidade. As que mais condicionaram a nossa investigação prendem-se com a ausência quase total de bibliografia monográfica e ensaística sobre Penacova e a sua História. A fim de minorarmos o mais possível os efeitos do dito factor, tivemos a necessidade de recorrer a um número elevado e diversificado de fontes e de bibliografia. Todavia, nem mesmo assim foi possível trilhar o mais fiel possível o caminho da busca das origens e das memórias em que assenta a presente dissertação.

De entre os assuntos que mereciam um tratamento mais desenvolvido, se os elementos disponíveis na fonte base o permitissem, destacam-se: o processo de reemigração e a relação entre o recrutamento militar e a emigração. A fim de minorarmos o mais possível o efeito das referidas limitações, julgamos ter conseguido lançar alguma luz sobre a problemática em causa.

Destacaremos, de seguida, as conclusões que nos parecem mais relevantes.

No período em análise (1870-1899), verificamos no concelho de Penacova, um crescimento demográfico, apesar da fragilidade da estrutura socioeconómica que assolava grande parte da população, agravada pelas consequências conjunturais – crises agrícolas, dificuldades em conseguir uma ocupação noutra área económica e aumento do desemprego – se reflecte na insegurança económica dos penacovens, mas, também, factores de natureza material, psicológica, familiar e social, assim como, o chamamento das autoridades brasileiras numa tentativa de fazer face à carestia de trabalhadores indispensáveis a uma economia agrícola dependente de mão-de-obra em grandes quantidades, vai traduzir-se na emigração.

Caracterizada, em termos gerais, pela mesma essência atribuída à emigração portuguesa, notamos que, na sua quase totalidade se dirige em direcção ao Brasil, principal destino da hemorragia humana do Portugal oitocentista. Contínua e permanente, apresenta alguns períodos de quebra. De importância relativa quando comparada com os valores totais da emigração de Portugal continental, a emigração penacovense, pauta-se, maioritariamente, por indivíduos do sexo masculino, essencialmente jovens, mas, cujos dados não corroboram a tese que eram os homens, jovens e solteiros que emigravam em busca de fortuna e em fuga ao serviço militar, dado que os titulares de passaportes eram, grosso modo, casados.

Na tipologia de acompanhantes, as mulheres apresentam um ligeiro domínio face aos homens. Porém, importa acrescentar que muitas mulheres viajavam na qualidade de

acompanhantes de seus maridos, ou, outros familiares, bem como alguns empregados. Relativamente à sua estrutura etária, notamos uma predominância acentuada de crianças e adolescentes, em ambos os sexos, o que reforça a ideia de os filhos viajarem quase sempre como acompanhantes de um dos seus progenitores.

A análise dos registos de passaporte permite-nos tomar conhecimento da existência de uma emigração, aparentemente individual, pois, muitos passaportes solicitados por homens solteiros ou casados poderiam esconder, em muitas situações, formas de emigração familiar ou de reagrupamento familiar. Visível é a profissão destes indivíduos em que a maior parte se dedicava ao exercício de actividades ligadas à terra. Através de alguma informação transmitida pela fonte base, podemos descortinar que grande parte destes emigrantes iam desempenhar tarefas ligadas ao sector agrícola, dado serem portadores de conhecimento na área, mas, também, pelo facto de as suas competências literácias serem baixas, o que lhes dificultava o desempenho de actividades inerentes ao trato comercial.

No que se refere ao local de saída do país, a carência da informação é notória. No entanto, devemos ressaltar que o porto pelo qual saíram grande parte dos titulares de passaporte se fez por Lisboa. Notamos o predomínio de Santos e Rio de Janeiro como sendo os portos de entrada no Brasil. Porém, muitos emigrantes penacovenses vir-se-iam obrigados a deslocarem-se para outros Estados do território brasileiro em busca do desempenho de uma actividade profissional ou, ao encontro de familiares.

Em virtude da fonte base utilizada na presente dissertação, podemos afirmar, com a certeza, que a investigação sobre a emigração de Penacova não está encerrada, antes se encontra na sua fase inicial, pois, no presente, apenas temos um quadro geral da saída de penacovenses em direcção ao Brasil. Consideramos necessário prosseguir a pesquisa, através do desbravar de novas fontes, para transmitir uma explicação global do fenómeno em estudo.

Genericamente, podemos afirmar que o fundo documental do Governo Civil de Coimbra, incorporado no Arquivo da Universidade de Coimbra, é composto por um conjunto de documentação, da qual destacamos, para a baliza cronológica em estudo, como fontes primordiais que nos poderão aprofundar o conhecimento da saída de indivíduos deste concelho: i) documentos relativos a agentes de emigração; ii) mapas de emigração; iii) registo de licenças concedidos a estrangeiros; iv) retenção de passaportes; v) documentos relativos a concessão de passaportes; vi) registos de atestados de residência, comportamento moral e civil; vii) termos de identidade dos indivíduos que pretendem passaporte; e, viii) documentos de passaportes.

De seguida, consideramos importante a necessidade de uma investigação mais aprofundada acerca da realidade socioeconómica do concelho de Penacova, perspectivando, a permanência ou a mudança, apresentando-se como índices, mais ou menos estáticos, de mudança na esfera demográfica, na estrutura social e nas coordenadas económicas.

No seguimento desta linha de pensamento, uma última palavra para afirmarmos que o esforço desenvolvido não foi em vão, dada a sugestão de futuras temáticas e pistas de investigação por nós consideradas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES DOCUMENTAIS

1. Arquivos Institucionais

1.1. Arquivo Geral da Universidade de Coimbra

Registo de Passaportes. Livros 2 a 45 (1870-1899).

FONTES IMPRESSAS

1. Publicações Periódicas Portuguesas

1.1. Hemeroteca da Biblioteca Municipal de Coimbra

O Conimbricense. Coimbra (1870-1899).

2. Publicações Estrangeiras

2.1. Do Brasil

Guia do Emigrante para o Império do Brazil. Rio de Janeiro (1884).

2. Publicações Seriadas [consultadas em vários anos – apenas na plataforma web]

Colecção Oficial da Legislação Portuguesa. Lisboa. Assembleia da República.

Constituição de 1822. Lisboa. Assembleia da República.

Carta Constitucional de 1826. Lisboa. Assembleia da República.

Constituição de 1838. Lisboa. Assembleia da República.

3. Estatística Nacional

Censo da População do Reino de Portugal – 1864. Lisboa, Imprensa Nacional, 1868.

Censo da População do Reino de Portugal – 1878. Lisboa, Imprensa Nacional, 1881.

Censo da População do Reino de Portugal – 1890. Lisboa, Imprensa Nacional, 1896. 3 vol.

4. Outras

COSTA, Afonso - *Estudos de Economia Nacional I – O problema da emigração*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.

HERCULANO, Alexandre - *Opúsculos II*. Porto: Editorial Presença, 1983. P. 61-132.

LARANJO, José Frederico - *Teoria Geral da Emigração E Sua Aplicação A Portugal*. Coimbra: Imprensa Literária, 1878.

MARTINS, Oliveira - *Fomento Rural e Emigração*. 3.^a ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1994. P. 167- 217. ISBN 972-665-389-4.

ORTIGÃO, Ramalho - *As Farpas X*. Lisboa: Clássica Editora, 1992. P. 47-94. ISBN 972-561-080-6.

QUEIRÓS, Eça de - *Uma Campanha Alegre II*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1987.

QUEIRÓS, Eça de - *A Emigração Como Força Civilizadora*. 2.^a ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote (Fora de Colecção), 2001. ISBN 972-20-1894-9.

SALAZAR, Abel - O vale de Penacova de Eugénio Moreira. Separata de *O Tripeiro*. Porto: Fundação Abel Salazar, 5.^a série, ano 11, 1955.

SÊCCO, António Luiz de Sousa Henriques - *Memória Historico-Chorographica dos diversos concelhos do Districto Administrativo de Coimbra*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1853.

BIBLIOGRAFIA

1. Recursos Electrónicos

ALVES, Jorge Fernandes - Leituras sobre a emigração em Portugal – revisitação da Teoria Geral de José Frederico Laranjo (1878). *História Unisinos*. [Em linha]. Vol. 11, n.º 1 (2007), p. 5-13. [Consult. 3 Abr. 2013]. Disponível na WWW: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/search/authors>>. ISSN 2236-1782.

Atlas de Cartografia Histórica. [Consult. 25 Jan. 2014]. Disponível na WWW: <<http://www.fcsh.unl.pt/atlas2005/>>.

Fontes para Estudos da Entrada de Estrangeiros e de Imigrantes no Brasil. *Revista Acervo*. [Em linha]. Vol. 10, n.º 2, Jul./Dez. (1997), p. 223-228. [Consult. 28 Fev. 2014]. Disponível na WWW: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/307/267>>. ISSN 2237-8723.

Projectos do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. [Consult. 13 Maio 2013]. Disponível na WWW: <http://www.cepese.pt/portal/investigacao/projectos/descricao-da-pasta-projectos?cl=pt&set_language=pt>.

Publicações do CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade. [Consult. 13 Maio 2013]. Disponível na WWW: <<http://www.cepese.pt/portal/investigacao/publicacoes>>.

2. Obras genéricas, dicionários, guias e outros instrumentos de trabalho

ALBARELLO, Luc; [et al] - *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Trad. Luísa Baptista. 2.^a ed. Lisboa: Gradiva, 2005. ISBN 972-662-554-8.

BORGES, Nelson Correia - *Novos Guias de Portugal 6: Coimbra e Região*. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

CORNELSEN, Julce Mary – *Escrever... Com normas: guia prático para a elaboração de trabalhos técnico-científicos*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2012. ISBN 978-989-26-0108-3.

NP 405-1. 1994, Informação e Documentação – *Referências bibliográficas: documentos impressos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.

NP 405-4. 2002, Informação e Documentação – *Referências bibliográficas: documentos electrónicos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.

NP 405-18. 1988, Documentação – *Resumos analíticos para publicações e documentação*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.

Portugal. Arquivo da Universidade de Coimbra – *Migrações: populações em movimento no Distrito de Coimbra nos séculos XVII-XX*. Catálogo da exposição documental. Coimbra: AUC, 2009. ISBN 978-972-594-107-2.

SERRÃO, Joel (dir.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992. P. 363-373. Vol. II.

3. Estudos

ALVES, Jorge Fernandes - *Os Brasileiros: Emigração e Retorno no Porto Oitocentista*. Porto: Faculdade de Letras, 1993. Tese de Doutoramento em História Moderna e Contemporânea.

ALVES, Jorge Fernandes - Aspectos da emigração no Noroeste português – o distrito do Porto no século XIX. *Revista de Demografia Histórica*. Asociación de Demografía Histórica. ISSN 1696-702X. Vol. 13, n.º 2 (1995), p. 75-89.

ALVES, Jorge Fernandes - Ler, escrever e contar na emigração oitocentista. Separata da *Revista de História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1999.

AZEVEDO, José; CALLAPEZ, Pedro e PAREDES, Ricardo - Importância e historial, Geomorfologia e Estratigrafia e tectónica, in: CORREIA, Fernando e FONSECA Carlos - *Penacova, o Mondego e a Lampreia*. Penacova: Edição da Câmara Municipal de Penacova, 2010. ISBN 978-972-99628-1-3. P. 94-116.

ARROTEIA, Jorge Carvalho - *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983. P. 11-29.

ARROTEIA, Jorge Carvalho - Emigrantes e irmandades de origem portuguesa no Brasil: as Santas Casas de Misericórdia, in: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia e MATOS, Izilda (coord.) - *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009. ISBN 978-972-36-1028-4. P. 41-50.

BAGANHA, Maria Ioannis Benis - Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. Vol. XXVI (3.º-4.º), 1991 (n.º 112-113), p. 723-739.

BASTOS, Sênia, MATOS, Maria Izilda Santos de - Portugueses em São Paulo. Registos e ingressos (1912): Hospedaria do imigrante – listas de bordo e livros de registo, in: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia e MATOS, Izilda (coord.) - *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009. ISBN 978-972-36-1028-4. P. 269-287.

BEIRANTE, Maria Ângela - A Reconquista Cristã, in: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal: Portugal, das Invasões Germânicas à Reconquista*. Lisboa: Editorial Presença, 1993. ISBN 972-23-1719-9. P. 253-289. Vol. II.

CASCÃO, Rui de Ascensão Ferreira - *Permanência e mudança em duas comunidades do litoral: Figueira da Foz e Buarcos entre 1861 e 1910*. Coimbra – Figueira da Foz: Centro de Estudos do Mar e das Navegações – Câmara Municipal da Figueira da Foz – Livraria Minerva, 1998. ISBN 972-8289-03-0. P. 37-63.

CORREIA, Fernando - Mondego – a génese e identidade, in: CORREIA, Fernando e FONSECA Carlos - *Penacova, o Mondego e a Lampreia*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2010. ISBN 978-972-99628-1-3. P. 70-82.

FONSECA, Carlos; DUARTE, José António e FONTE, José da - *Penacova: um quadro natural*. Penacova: Câmara Municipal de Penacova, 2002.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da - Associações portuguesas no Rio de Janeiro: aspectos sociais e financeiros em 1912, in: SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia e MATOS, Izilda (coord.) - *Nas duas margens. Os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009. ISBN 978-972-36-1028-4. P. 249-268.

LEITE, Joaquim da Costa - Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914). *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. Vol. XXIII (3.º), 1987 (n.º 97), p. 463-480.

LEITE, Joaquim da Costa - Os negócios da emigração (1855-1914). *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. Vol. XXXI (2.º-3.º), 1996 (n.º 136-137), p. 381-396.

LEITE, Joaquim da Costa - O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. Vol. XXVI (3.º-4.º), 1991 (n.º 112-113), p. 741-752.

MARQUES, A. H. Oliveira - O Portugal Islâmico, in: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal: Portugal, das Invasões Germânicas à Reconquista*. Lisboa: Editorial Presença, 1993. ISBN 972-23-1719-9. P. 121-205. Vol. II.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes - *Os forais de Penacova*. Paredes: Reviver, 2007. ISBN 978-989-8021-05-2.

MATTOSO, José – *A Escrita da História*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2002. ISBN 972-42-2721-9.

MEDEIROS, Carlos Alberto - *Geografia de Portugal – Ambiente Natural e Ocupação Humana – Uma Introdução*. 5.ª ed. Lisboa: Editorial Estampa, 2000. P. 92-98. ISBN 972-33-1609-9.

MENDES, José Maria Amado - *A área económica de Coimbra – estrutura e desenvolvimento industrial, 1867-1927*. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro, 1984.

MENDES, José Maria Amado - A emigração portuguesa nas ópticas de Alexandre Herculano, Oliveira Martins e Afonso Costa. *Revista Portuguesa de História*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social. ISSN 087-4147. N.º 24 (1988). P. 293-308.

MENDES, José Maria Amado - *A indústria de cal no concelho de Penacova – História e potencialidades*. Penacova: Edição da Câmara Municipal de Penacova, 2000.

MONTEIRO, Isilda Braga da Costa - A emigração para o Brasil e a fuga ao recrutamento militar – uma questão em debate na segunda metade do século XIX. *Revista População e Sociedade*. CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Edições Afrontamento. ISSN 0873-1861. N.º 14/15 – Parte II (2007). P. 99-114.

MONTEIRO, Isilda - Os passaportes – do enquadramento legal à prática (1855-1926), in: SOUSA, Fernando de; [et. al.] (coord.) - *Um Passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Fronteira do Caos Editores, 2011. ISBN 978-972-36-1028-4. P. 117-146.

MONTEIRO, Miguel Teixeira Alves - *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*. Fafe: Edição do autor, 2000.

NAZARETH, J. Manuel - *Demografia – A Ciência da População*. 4.^a ed. Lisboa: Editorial Presença, 2010. ISBN 978-972-23-3153-1.

PEREIRA, Miriam Halpern - *A Política Portuguesa de Emigração (1850-1930)*. Porto: A Regra do Jogo, 1981.

RAMOS, Rui - Culturas da alfabetização e culturas do analfabetismo em Portugal: uma introdução à História da Alfabetização no Portugal contemporâneo. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. Vol. XXIV (103-104), 1988, (4.º, 5.º). P. 1067-1145.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz - Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. Vol. XXII (90), 1986-1.º. P. 139-156.

ROQUE, João Lourenço - *Classes populares no distrito de Coimbra no XIX (1830-1870). Contribuição para o seu estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1982. Tese de doutoramento em História. Vol. I.

SECO, Maria Adelina de Jesus Nogueira - *A região de Penacova e a navegação comercial no Mondego: subsídios para a história desta navegação*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1965. Dissertação de licenciatura em Ciências Históricas.

SELVAGEM, Carlos - *Portugal Militar, Compêndio de História Militar e Naval de Portugal – Desde as origens do Estado Portucalense até o fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991. ISBN 972-27-0442-7. P. 577-582.

SERRÃO, Joel - *Demografia Portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

SERRÃO, Joel e outros - *Testemunhos Sobre a Emigração Portuguesa – Antologia -*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.

SERRÃO, Joel - *A Emigração Portuguesa*. 4.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da - A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil. *Análise Social*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais. ISSN 0003-2573. Vol. XXII (3.º-4.º), 1986 (n.º 92-93), p. 653-659.

TORGAL, Luís Reis - A instrução pública, MATTOSO, José, (dir.), TORGAL, Luís Reis e ROQUE, João (coord.) - *História de Portugal: O Liberalismo (1807-1890)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993. ISBN 972-33-0935-1. P. 609-622. Vol. 5.

VAQUINHAS, Irene Maria – *Violência, Justiça e Sociedade Rural – Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto: Edições Afrontamento, 1996. ISBN 972-36-0416-7. P. 17-114.

VICENTE, António Pedro - Levas e recrutamento nos séculos XVIII e XIX. Uma evolução.
Actas do VII Colóquio da Comissão Portuguesa de História Militar. 1996. P. 289-314.

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Evolução demográfica (1864, 1878 e 1890)	38
Quadro 2 - Distribuição de habitantes por fogo (1878 e 1890).....	38
Quadro 3 – Estado civil da população por freguesias (1890).....	41
Quadro 4 - Actividades profissionais no concelho de Penacova (1890)	43
Quadro 5 - Grau de instrução da população do concelho de Penacova (1878 e 1890)	44
Quadro 6 - Grau de instrução da população por freguesias (1890)	45
Quadro 7 - Emigração - Portugal Continental e Penacova (1870-1899).....	47
Quadro 8 - Densidade populacional (Habitantes por km ²).....	50
Quadro 9 - Principais destinos da emigração penacovense - total de registos (1870-1899)	53
Quadro 10 - Locais de destino dos emigrantes no Brasil –total de registos (1870-1899).....	54
Quadro 11 - Grau de parentesco dos acompanhantes (1870-1899).....	61
Quadro 12 - Estado civil dos titulares de passaportes (1870-1899)	62
Quadro 13 - Estrutura de idades - total de registos (1870-1899).....	65
Quadro 14 - Estrutura de idades dos acompanhantes (1870-1899)	67
Quadro 15 - O recrutamento militar e a emigração de titulares de passaportes (Abril de 1880 - Setembro de 1888).....	74
Quadro 16 - O recrutamento militar e a emigração de titulares de passaportes (Outubro de 1888 - Dezembro de 1899)	75
Quadro 17 - Ocupação dos titulares de passaportes (1870-1899)	79
Quadro 18 - Ocupação das titulares de passaportes (1870-1899)	81

Quadro 19 - Ocupação dos titulares de passaportes por sectores de actividades (1870-1899)	83
Quadro 20 - Ocupação das titulares de passaportes por sectores de actividades (1870-1899)	85
Quadro 21 - Analfabetismo dos titulares de passaportes (1878 e 1890)	88
Quadro 22 - Alfabetização dos titulares de passaportes (1870-1899)	89
Quadro 23 - Alfabetização das titulares de passaportes (1870-1899)	90
Quadro 24 - Espaços em conexão dos emigrantes - total de registos (1870-1899).....	94
Quadro 25 - Motivo de saída dos titulares de passaportes (Outubro de 1888-1899)	98
Quadro 26 - Local de saída dos titulares de passaportes (1870-1899)	101
Quadro 27 - Reemigração dos titulares de passaportes (Abril de 1880-1899).....	105
Quadro 28 - Anos de ausência dos titulares de passaportes (Abril de 1880 a Setembro de 1888).....	106
Quadro 29 - Actividades exercidas pelos reemigrantes - Penacova <i>versus</i> Brasil (Abril de 1880 a Setembro de 1888)	110
Quadro 30 - Imigrantes entrados no porto do Rio de Janeiro de 1 de Janeiro de 1883 a 30 de Junho de 1884.....	122
Gráfico 1 - Número e composição de famílias do concelho de Penacova (1890).....	40
Gráfico 2 - Grupo de idades no concelho de Penacova (1890)	41
Gráfico 3 - Relações de masculinidade no concelho de Penacova (1890)	42
Gráfico 4 - Fluxo anual de emigração do concelho de Penacova - total de registos (1870-1899)	49
Gráfico 5 - Distribuição dos passaportes por sexo - total de titulares (1870-1899)	57
Gráfico 6 - Distribuição dos passaportes por sexo - total de registos (1870-1899).....	58

Gráfico 7 - Saldos anuais segundo o sexo - total de titulares (1870-1899).....	59
Gráfico 8 - Saldos anuais segundo o sexo - total de acompanhantes (1870-1899)	60
Gráfico 9 - Estrutura de idades - total de registos (1870-1899)	66
Gráfico 10 - Estrutura de idades dos acompanhantes (1870-1899).....	67
Gráfico 11 - Emigração masculina por idades - total de registos (1870-1899).....	72
Gráfico 12 - Evolução da emigração segundo os meses do ano (1870-1899).....	78
Gráfico 13 - Freguesias de naturalidade e/ou de residência dos que emigraram - total de registos (1870-1899).....	91
Gráfico 14 - Estrutura etária dos emigrantes de retorno (Abril de 1880-1899)	109